



# **O PROGRAMA LER E ESCREVER NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SÃO PAULO**

TATIANE AFFONSO GIMENES

**SÃO PAULO**  
**2017**



# O PROGRAMA LER E ESCREVER NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SÃO PAULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho.

**SÃO PAULO**

**2017**

Gimenes, Tatiane Affonso.

O programa Ler e Escrever na perspectiva dos professores da rede estadual de ensino de São Paulo. / Tatiane Affonso Gimenes. 2017.

127 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2017.

Orientador (a): Prof. Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho.

1. Educação. 2. Programa Ler e Escrever. 3. Implementação. 4. Políticas Educacionais. 5. Estado de São Paulo.
- I. Carvalho, Celso do Prado Ferraz de. II. Titulo

CDU 37

## BANCA EXAMINADORA

Dissertação apresentada à Universidade Nove de Julho,  
junto ao Programa de Mestrado e Doutorado em  
Educação, para obtenção do título de Mestre em Educação  
pela banca examinadora formada por,

---

Orientador: Prof. Dr. CELSO DO PRADO FERRAZ DE CARVALHO – UNINOVE

---

Membro Titular: Prof. Dr. JULIO GOMES ALMEIDA - UNICID

---

Membro Titular: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. ROSILEY APARECIDA TEIXEIRA - UNINOVE

---

Mestranda: TATIANE AFFONSO GIMENES

Aprovado (a) em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Dedico este trabalho aos meus pais,  
Elisete Aparecida Affonso Gimenes e  
Wladimir Cesar Gimenes, que muito me  
incentivaram no gosto e prazer pelos  
estudos, levando-me a descobrir novos  
caminhos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido a graça de poder alcançar e concretizar mais um objetivo em minha vida.

À minha família, sempre presente em todos os momentos da minha vida, me incentivando e contribuindo para a realização dos meus sonhos.

Aos meus amigos e namorado, que sempre acreditaram que este objetivo seria concretizado e que me ajudaram nos momentos em que pensei desistir.

Ao meu orientador, Prof.<sup>º</sup> Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho, por sua orientação, dedicação e paciência.

Agradeço, ainda, a todos os professores que tive a honra de conhecer ao longo de minha trajetória acadêmica, pelos exemplos que me foram dados e pelas palavras amigas que me guiaram até aqui.

Agradecimentos especiais à Prof.<sup>a</sup> Dra. Adriana Patrício Delgado, que me encorajou a participar do processo de seleção para o Mestrado em Educação; ao Prof.<sup>º</sup> Dr. Miguel Henrique Russo, que me acolheu no Programa, sendo meu primeiro orientador; e à Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosiley Aparecida Teixeira e ao Prof.<sup>º</sup> Dr. Julio Gomes Almeida, pelas contribuições ao longo da construção deste trabalho.

Agradeço, também, aos professores entrevistados, pela disponibilidade e dedicação em contribuir para esta pesquisa; e um agradecimento em especial a uma professora que, apesar da vontade em querer contribuir, não teve condições de fazê-lo por motivos pessoais.

## RESUMO

Os processos de aprendizagem assumiram nos anos recentes centralidade no debate sobre as políticas educacionais para o ensino fundamental, com a emergência de programas e projetos visando dar conta dessa questão. Entre esses programas citamos o Programa Ler e Escrever da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), objeto de estudo dessa dissertação, implementado na Rede Estadual de Ensino de São Paulo a partir de 2008, como parte de um amplo conjunto de medidas que visavam melhorar a qualidade da educação. Nosso objetivo foi saber como um grupo de professoras dessa Rede comprehende o processo de implementação desta Política Educacional e como essa compreensão é percebida, por elas, como impactante em seu trabalho. Para alcançar esse objetivo, nossa preocupação inicial foi mapear a recente produção acerca das políticas educacionais com foco no processo de alfabetização e sua implementação - utilizamos teses e dissertações que tiveram o Programa como objeto de estudo, além da bibliografia especializada produzida pela área de educação. Na sequência fizemos um aprofundamento na análise documental do Programa Ler e Escrever, através de seus documentos oficiais produzidos pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Por fim, para verificar como os professores comprehendem esses documentos e como seu trabalho é impactado, realizamos um conjunto de entrevistas com um grupo de professoras que lecionam no ciclo I em Escolas Estaduais localizadas no Município de São Paulo, mais precisamente na Zona Norte, que foram selecionados pelo critério da disponibilidade. A entrevista foi dividida em três tópicos iniciais e tratou de sua formação geral, as políticas públicas educacionais e o Programa Ler e Escrever. O depoimento das professoras externa a crítica ao fato de não se sentirem participantes da elaboração das políticas educacionais, de uma forma geral. Por essa razão, argumentam que apesar de perceberem a importância e necessidade de Programas como o Ler e Escrever, com foco no Ensino Fundamental I, estes precisam ser revistos e melhorados, considerando as peculiaridades dos contextos escolares, e fornecendo formação adequada aos professores.

**Palavras-Chave:** Educação. Programa Ler e Escrever. Implementação. Políticas Educacionais. Estado de São Paulo.

---

## ABSTRACT

The learning processes assumed in the recent years centrality in the debate about the educational policies related to elementary school, with the emergency of programs and projects aiming to deal this issue. Among these programs we mentioned the program *Ler e Escrever* from Secretary of Education of the State of São Paulo (SEE-SP), object of this dissertation, implemented on Education of State of São Paulo since 2008, as part of a large set of measures that aimed improve the education quality. Our goal was to know how a group of teachers comprehend the implementation process of this educational policies and how this comprehension is realized by them, as its impact in their work. To reach this goal, our start concern was map the recent production around the educational policies with focus on the literacy process and its implementation we used theses and dissertations that had the Program as a study object, besides the bibliography specialized produced by the education area. In sequence we did a deepening in the documentary analysis of the program *Ler e Escrever*, through of their official documents produced by the Secretary of Education of São Paulo. Finally, to verify how teachers understand this documents and how their work is impacted, we realized a set of interviewees with a group of teachers who teach in the cycle one in public schools located in the Municipality of São Paulo, more precisely in the North Zone, they were selected by the criterion of availability. The interview was divided by three initial topics and deal with the general education formation, the Public Educational Policies and the Program *Ler e Escrever*. The testimony of teachers shows the criticism to the fact of do not feel part on the elaboration of educational policies, in a general way. For this reason, they argue that although they perceive the matter and need for programs such as *Ler e Escrever*, focusing on elementary education one, they need to be reviewed and improved, considering the peculiarities of school contexts, and providing adequate formation for teachers.

**Key-words:** Education, Program *Ler e Escrever*. Implementation. Educational Policies. São Paulo State.

## RESUMEN

Los procesos de aprendizaje han tenido en los últimos años centralidad en el debate sobre la política educativa para la enseñanza fundamental, con la aparición de proyectos y programas destinados a abordar esta cuestión. Entre estos programas podemos citar el programa *Ler e Escrever* de la Secretaría de Educación del Estado de São Paulo (SEE-SP), objeto de estudio de esta investigación, implementado en la Red Estado de São Paulo la Enseñanza a partir de 2008, como parte de un conjunto amplio medidas destinadas a mejorar la calidad de la educación. Nuestro objetivo era aprender como un grupo de profesores de esta red comprende el proceso de implementación de esta política educativa y cómo este entendimiento es percibida por ellos como impactante en su trabajo. Para lograr este objetivo, nuestra principal preocupación fue mapear la producción reciente acerca de las políticas educativas centradas en el proceso de alfabetización y su aplicación - utilizamos tesis y disertaciones que tenían el programa como un objeto de estudio, además de la literatura especializada producida por la educación. A continuación hizo una profundización en el análisis documental del programa de lectura y escritura, a través de sus documentos oficiales producidos por el departamento de educación del estado de São Paulo. Por último, para ver cómo los maestros a entender estos documentos y cómo se ve afectada su trabajo, llevamos a cabo una serie de entrevistas con un grupo de maestros que enseñan en el ciclo i en las escuelas estatales ubicados en São Paulo, más precisamente en el norte, que ellos fueron seleccionados por el criterio de disponibilidad. La entrevista se dividió en tres temas iniciales y trató su educación general, las políticas educativas y de lo programa *Ler e Escrever*. El testimonio de los profesores extranjeros para criticar el hecho de no sentirse participantes en la preparación de las políticas educativas en general. Por esta razón, argumentan que a pesar de darse cuenta de la importancia y necesidad de programas tales como *Ler e Escrever*, con un enfoque en la escuela primaria, éstos deben ser revisados y mejorados, teniendo en cuenta las particularidades de los contextos escolares y facilitar una formación adecuada a los maestros.

**Palabras Clave:** Educación. Programa *Ler e Escrever*. Implementación. Las Políticas Educativas. Estado de São Paulo.

## SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	11
<b>Introdução.....</b>	13
<b>Capítulo 1 - As Políticas Educacionais do Governo do Estado de São Paulo (1990-2014).....</b>	21
<b>Capítulo 2 – O Programa Ler e Escrever no Contexto das Políticas Educacionais Paulistas.....</b>	31
2.1.O Governo Montoro e o Panorama das Políticas Educacionais.....	31
2.2.O Programa Ler e Escrever.....	36
2.3.Estudos Recentes sobre o Ler e Escrever.....	49
<b>Capítulo 3 – A voz dos Professores da Rede Estadual de São Paulo.....</b>	55
3.1.A Formação Geral Dos Professores Entrevistados E Suas Trajetórias Profissionais.....	57
3.2.Visão Geral Sobre As Políticas Educacionais.....	62
3.3.O Programa Ler E Escrever: Implementação Nas Escolas Estaduais De São Paulo.....	70
<b>Considerações Finais.....</b>	86
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	89
<b>Anexos.....</b>	97

## APRESENTAÇÃO

Esta dissertação é concebida a partir das observações acerca da minha prática docente e dos relatos de colegas de trabalho. Alguns dos questionamentos feitos ao longo da minha formação e vivência em sala de aula resultaram na problemática aqui retratada. Para clareza da origem dessa inquietação, faz-se necessária uma breve apresentação da minha trajetória acadêmica e profissional na área educacional.

Nascida em São Paulo, no ano de 1992, e filha de Wladimir Cesar Gimenes e Elisete Aparecida Affonso Gimenes, ambos com formação superior na área educacional – Matemática e Pedagogia, respectivamente – minha trajetória não poderia traçar outro caminho que não fosse à área acadêmica.

Minha paixão pelo conhecimento foi a maior responsável pelo meu ingresso no magistério. Iniciei o curso de Pedagogia no ano de 2010, logo após a saída do Ensino Médio e, ainda nos primeiros meses, comecei a estagiar na Educação Infantil, em uma escola vinculada a IES – Instituição de Ensino Superior – onde cursava Pedagogia.

No último ano da graduação, iniciei minha participação como Aluna-Pesquisadora no Programa Ler e Escrever – Política Pública que permeia esta dissertação - realizado em salas de alfabetização, da Prefeitura de São Paulo. Neste momento, com mais conhecimento acadêmico, tornei-me uma grande crítica das práticas adotadas pela grande parte dos profissionais diante das diversidades encontradas em sala de aula.

Ao término da graduação, comecei a lecionar em uma sala de alfabetização na Rede Estadual de Ensino de São Paulo, onde fiquei por dois anos. Neste período, de observadora, passei a protagonista na sala de aula. Minhas práticas, resultantes da formação acadêmica e dos estudos realizados ao longo dos estágios, por si só, não se foram suficientes para atender às demandas de todos os meus alunos. Senti necessidade de entendê-las melhor, bem como suas relações e implicações.

A formação para o trabalho com crianças durante o período de aquisição da escrita foi discutida de forma breve durante as aulas do curso de Pedagogia, por meio de uma disciplina denominada Fundamentos da Alfabetização. Com duração de apenas um semestre, revelou-se insuficiente, em tempo e aprofundamento,

diante das diversidades encontradas no âmbito escolar. Consequentemente, não colaborou de maneira efetiva com minha prática pedagógica ao ingressar efetivamente na escola como professora alfabetizadora.

Em razão disso decidi ingressar na Pós-Graduação *Lato Sensu*, em Psicopedagogia Clínica e Educacional a fim de me especializar para melhor compreender e intervir frente às demandas e dificuldades apresentadas pelas crianças, principalmente no período de aquisição da escrita.

Ao finalizar a minha Pós-Graduação, ingressei por meio de concurso público na Rede Municipal de Educação de São Paulo, ainda desenvolvendo o meu trabalho com estudantes do ciclo I, onde continuo até hoje.

Foi esse caminhar, acadêmico e profissional, que despertou meu interesse por investigar as Políticas Públicas Educacionais. Para tal, ingressei no Mestrado em Educação da Universidade Nove de Julho – UNINOVE.

Inicialmente, dentro da linha de pesquisa em Políticas Educacionais, fui orientada pelo Professor Dr. Miguel Henrique Russo e, neste momento, minha pesquisa ainda possuía um caráter analítico pela perspectiva da Gestão Escolar. Com o desligamento deste professor do Programa de Mestrado em Educação, houve uma substituição do meu orientador.

A partir desse momento, passei a ser orientada pelo Professor Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho. Com a troca de orientador, houve também a mudança do foco da pesquisa que passou a ser uma análise das Políticas Públicas Educacionais, mais precisamente o processo de implementação do Programa Ler e Escrever na Rede Estadual de Educação de São Paulo. Essa mudança se tornou muito benéfica tanto na perspectiva da minha pesquisa quanto nas resoluções das minhas inquietações encontradas na prática pedagógica que desenvolvo em sala de aula.

## INTRODUÇÃO

Esta, como qualquer outra dissertação, possui limitações no âmbito mais geral com relação ao estudo das Políticas Educacionais. O propósito deste trabalho é analisar um fragmento que se insere em um conjunto de Políticas Educacionais que possui várias dimensões.

Minhas trajetórias acadêmica e profissional me trouxeram ao objeto desta dissertação, através das observações e pesquisas que realizei ao longo destes anos, principalmente após o meu ingresso no Mestrado em Educação, na linha de Políticas Educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Nove de Julho.

Nesta pesquisa, meu interesse é trabalhar no âmbito das Políticas Públicas Educacionais que foram implementadas no Estado de São Paulo - a maior rede escolar do país<sup>1</sup> - mais precisamente no período recente, marcado pelos governos do Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB.

O Estado de São Paulo vem sendo governado por esse mesmo partido há seis mandatos. Período iniciado em 1995 com a primeira eleição de Mário Covas e que se estende até hoje, com a reeleição do atual governador Geraldo Alckmin em 2014, com mandado previsto até 2018.

É importante ressaltar que em uma parte desse período - especificamente os oito anos iniciais, de 1995 a 2002 - as Políticas Educacionais implementadas no Estado de São Paulo<sup>2</sup> pelo PSDB, tinham a mesma concepção e objetivo das Políticas Educacionais do Governo Federal, em razão da proximidade entre a gestão de Mario Covas no Estado de São Paulo e de Fernando Henrique Cardoso no governo federal. Em comum a essas políticas, a adesão ao receituário das propostas e concepções neoliberais disseminadas pelas agencias multilaterais.

---

<sup>1</sup> A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE\_SP) possui a maior rede de ensino do Brasil. (Fonte: <http://www.educacao.sp.gov.br/portal/institucional/a-secretaria>, consulta em 18/10/2016).

<sup>2</sup> Para compreender mais sobre a reforma da educação no Estado de São Paulo, indico a leitura: RUSSO, Miguel Henrique. Reforma da educação no Estado de São Paulo: dimensões político-pedagógica e curricular. Cadernos ANPAE, v. 18, p. 51-65, 2014.

Nesse contexto, parte das reformas educacionais realizadas no Estado de São Paulo foi financiada por agências multilaterais, dentre elas o Banco Mundial<sup>3</sup>. Assim como já ocorria com os projetos de administrações anteriores, essas reformas pouco ou nada tiveram a participação de professores em seu processo e elaboração. Além desse fato, tinham um componente novo: a adesão ao ideário do neoliberalismo, sendo pautadas pela lógica e racionalidade do mercado, incorporando teses e conceitos oriundos do setor privado, especificamente no campo da gestão escolar.

As reformas apresentavam expectativas de resolução dos problemas da educação por meio das parcerias público-privadas, do discurso da meritocracia e da implantação das avaliações em larga escala realizadas com os alunos, e que traziam implicações à prática dos professores – principalmente no que se refere à culpabilidade pelos índices não alcançados.

Dentro destas políticas, interessa-me principalmente as com o foco no processo de alfabetização – área onde possuo mais afinidade por conta dos meus trabalhos desenvolvidos durante minha formação acadêmica.

No contexto do governo de Mário Covas (1995-1998), diante de um levantamento feito, na época, pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo para eliminar as disfuncionalidades do sistema educacional, foi implementado o “Programa Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual”, estabelecido pelos decretos nº 40.510, de 04 de novembro de 1995 (SÃO PAULO, 1995a), nº 40.473, de 21 de novembro de 1995 (SÃO PAULO, 1995b) e resolução SE 269, de 05 de dezembro de 1995 (SÃO PAULO, 1995c).

Segundo a documentação legal, a reforma do ensino estava estruturada em três eixos básicos: 1) Melhoria da qualidade de Ensino, que se concretiza por intermédio: a) da reorganização da rede de ensino<sup>4</sup>; b) da valorização do magistério<sup>5</sup>; c) de classes de aceleração da aprendizagem; d) de salas ambientes; e)

<sup>3</sup> A reforma educacional brasileira realizada pelo governo FHC, que se deu associada à reforma do Estado de São Paulo, e a influência das agências multilaterais já foram amplamente analisadas (cf. DE TOMASI, WARDE E HADDAD, 1996; SILVA Jr. 2002;).

<sup>4</sup> A reorganização da rede ensino tem como objetivos: a) racionalização no uso dos equipamentos; b) melhoria do planejamento da rede física; c) eliminação das desigualdades na prestação de serviços; d) Melhores condições de trabalho. (SEE. 1998)

<sup>5</sup> A Valorização do Magistério tem como ações propostas o Programa de Educação Continuada, Nova Carreira e Salário. (SEE.1998)

de avaliação do rendimento escolar (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar no Estado de São Paulo/SARESP); f) dos Recursos Pedagógicos (livro didático); g) de projetos especiais nas escolas; 2) Mudanças nos padrões de gestão são realizadas mediante a desconcentração e a descentralização da gestão da educação; e 3) Racionalização Organizacional, realiza-se através de: a) enxugamento da máquina e eliminação de duplicidades; b) informatização administrativa; c) reorganização da rede de ensino (SÃO PAULO, 1998).

A partir das modificações ocasionadas com a vigência deste Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual, instituiu-se, ainda no Governo de Mário Covas, com a Deliberação CEE nº 09/97, o Regime de Progressão Continuada, com o propósito de garantir a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, como objeto de recuperação contínua e paralela. Segundo autores como Freitas (2000) e Guimarães (2001), essa medida, interpretada a partir de determinados interesses - políticos e sociais – e concepções, por algumas instituições educacionais e educadores, promoveu uma quantidade de alunos que apresentavam defasagem de aprendizagens<sup>6</sup>, trazendo consequências no âmbito escolar.

Na sequência à Deliberação CEE nº 09/97, a Secretaria de Estado de Educação criou novos projetos, como complementação às ações do Regime de Progressão Continuada. Dentre eles estão: 1) Recuperação paralela; 2) Recuperação intensiva nas férias; e 3) Recuperação de Ciclo.

No ano 2000, Geraldo Alckmin assume o governo do Estado de São Paulo, a princípio para o cumprimento do restante do mandato de Covas (2000-2002) e, posteriormente, reeleito para novo mandato (2003-2006). Nessa época, Gabriel Chalita assume a Secretaria da Educação dando sequência às políticas educacionais implementadas anteriormente.

Após a renúncia de Geraldo Alckmin para se candidatar à presidência da república, assume o vice-governador Cláudio Lembo, do PFL. Essa mudança de gestão resulta na substituição do Secretário da Educação por Maria Lúcia Vasconcelos, professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

---

<sup>6</sup> Para compreender mais sobre o Regime de Progressão continuada e suas consequências no âmbito escolar. (Cf. FREITAS, J. C., 2000; GUIMARÃES, M. N. N., 2001; VIEGAS, Lygia de Souza e SOUZA, Marilene Proença de, 2006).

José Serra é eleito governador do Estado de São Paulo – para o mandato de 2007/2010 – o que resulta em nova substituição na Secretaria da Educação. Desta vez assume o cargo Maria Helena Guimarães de Castro e esta gestão representa, no campo da política pública educacional paulista, uma nova perspectiva.

Essa nova perspectiva pode ser compreendida em Russo (2014. pp. 05-06):

A natureza e concepção das políticas educacionais no governo Serra provocaram algumas reações em face das próprias ideias que as apoiavam e da guinada que ocorreu na maneira como a Secretaria da Educação se relacionava com os trabalhadores das escolas. No governo anterior, sob o comando do secretário Gabriel Chalita, predominava uma visão de educação como processo afetivo entre educadores e educandos. Agora, as relações se mostravam hierárquicas, com uma alta dose de autoritarismo na implantação das mudanças planejadas, produzidas de forma centralizada por um grupo de educadores afinados com as doutrinas do partido no poder e detentores de respaldo político e acadêmico, já que constituído por conhecidos professores de universidades paulistas. Mostravam-se, por isso, provocativas para uma reflexão crítica sobre a política educacional de então.

O Programa de Ação deste Governo para a Educação foi elaborado a partir de um plano de ação que continha 10 ações e 10 metas que deveriam ser alcançadas até 2010, e que dariam a direção das mudanças pretendidas.

A proposta curricular para dar suporte às metas do Programa de Ação do Governo para a Educação compõe três programas: 1) O Programa de Qualidade da Escola<sup>7</sup>; 2) O Programa Ler e Escrever<sup>8</sup>; e 3) O Programa São Paulo Faz Escola<sup>9</sup>.

Diante deste processo e a partir das minhas intenções, defini como objeto desta pesquisa o “Programa Ler e Escrever”. Este Programa consiste em uma Política Educacional implementada no Estado de São Paulo em 2008, como complementação às ações e metas estabelecidas pela gestão do Governo Serra que

<sup>7</sup> Programa de Qualidade da Escola. (Cf.: <http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/NotaTecnica2013.pdf>).

<sup>8</sup> Programa Ler e Escrever (Cf.: <http://lereeescrever.fde.sp.gov.br/SysPublic/Home.aspx>).

<sup>9</sup> Programa São Paulo Faz Escola (Cf.: <http://www.educacao.sp.gov.br/sao-paulo-faz-escola>).

objetivou desenvolver as competências de leitura e escrita dos alunos da Rede Estadual de Ensino, por meio de materiais desenvolvidos especialmente para o Ciclo I, bem como fornecer orientações didáticas voltadas à formação e prática dos professores. (SÃO PAULO, 2008)

O Programa Ler e Escrever foi originalmente implementado na Rede Municipal de São Paulo, em 2007, e posteriormente transferido para a Rede Estadual de São Paulo, em 2008. Desta forma, é possível verificar que o Programa não tem raiz no sistema onde ele foi implementado - uma vez que foi pensado em outra realidade -, trazendo, desta forma, dificuldade em atingir os objetivos propostos inicialmente.

Após a definição do objeto de estudo, realizei levantamento em bancos de dados e uma revisão bibliográfica acerca das pesquisas que já foram realizadas na área acadêmica tendo como foco o *Programa Ler e Escrever*.

Em uma primeira busca no banco de teses e dissertações da CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior), usando o descritor *Programa Ler e Escrever*, foram encontrados 42 registros sobre o tema abordado. Dentre eles, alguns trabalhos traziam os termos ler e escrever como objetivos do processo de ensino-aprendizagem.

Apenas em 19 destes registros, os termos aparecem ligados ao Programa implementado na Rede Estadual Paulista, e trazem em suas pesquisas questões e problematizações com relação ao ensino da matemática nos anos iniciais, o uso da leitura e da escrita em sala de aula, a formação de professores a partir do programa, o material didático e suas críticas.

Ao refinar a busca para a área de “Educação: História, política e sociedade”, os registros diminuíram para dois textos (CONSTANCIO, 2012) e (MOLINARI, 2010); pesquisas estas, com foco na implementação do Programa enquanto política educacional.

Desta seleção, o trabalho que mais chamou a minha atenção foi *A padronização do trabalho docente: Crítica do Programa Ler e Escrever*, por conta da crítica à Política Educacional que nele é feita. Segundo a autora, o Programa contraditoriamente, favorece o controle e a manipulação do trabalho docente, impedindo uma reflexão crítica por parte dos professores e alunos. Em sua análise, as Políticas voltadas à Educação decorrentes das reformas educacionais ocorridas no governo de Mário Covas, em 1995, até o governo de José Serra, em 2007 mostram que programas - como o Programa Ler e Escrever - desvalorizam e

desqualificam a profissão docente ao afirmarem que para que haja qualidade de ensino público é necessário um material didático elaborado pelo governo, sugerindo, com isso, que os professores não são capazes de ensinar. (CONSTANCIO, 2012).

Esta intenção fica clara ao observar o trecho do discurso proferido por José Serra, em 31 de março de 2010, e publicado por Reinaldo Azevedo, na tradicional Revista Veja (2010):

[...] os professores e servidores estão ganhando mais, ganharão mais e progredirão na carreira, segundo o seu próprio esforço e o seu desempenho. Nós demos prioridade à melhoria da qualidade do ensino, que exige reforçar o aprendizado na sala de aula. Sala de aula está onde eu estive presente, sempre, na Prefeitura e no Estado dando aula para a quarta série do ensino fundamental. Cada vez numa escola. Foi lá que, fora a teoria, a leitura e as observações, eu me convenci de que o problema número um do ensino é o aprendizado em sala de aula: prédios, merenda, transporte escolar, uniformes, material escolar. Tudo isso é muito importante, mas nada substitui a qualidade da sala de aula. Isso eu aprendi dando aula para a garotada. Inclusive os materiais de estudo e os guias para professores que nós preparamos vieram desta minha observação direta. Porque os alunos não tinham por onde estudar e os professores não tinham um guia que pudesse orientá-los. Este fez parte do grande Programa Ler e Escrever, da Maria Helena Guimarães de Castro e tão bem consolidado e ampliado pelo Paulo Renato.

Enquanto professora do ciclo I do ensino fundamental da Rede Estadual Paulista nos anos de 2013-2014, vivenciei parte deste processo e diante deste cenário defini como objeto de estudo a perspectiva dos professores da Rede sobre a implementação do Programa Ler e Escrever pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, para entender o impacto deste programa nas realidades educacionais paulistas.

Tendo em vista esse objeto de pesquisa, a questão central pode ser formulada da seguinte forma: Como os professores do ciclo I da Rede Estadual de Ensino de

São Paulo compreendem o processo de implementação do Programa Ler e Escrever?

Para tanto, a pesquisa implica inicialmente em um levantamento bibliográfico e documental sobre as políticas públicas educacionais implementadas no Estado de São Paulo durante a gestão do PSDB e a documentação do Programa Ler e Escrever. Em um segundo momento, faremos a realização de um conjunto de entrevistas com um grupo de professores de Escolas Estaduais do ciclo I, localizadas no Município de São Paulo, mais precisamente na Zona Norte.

Desta forma, as fontes de pesquisa são os documentos oficiais produzidos pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e o conjunto de entrevistas com professores que lecionam no ciclo I em Escolas Estaduais localizadas no Município de São Paulo.

A análise documental se justifica, pois, o Programa Ler e Escrever, objeto dessa pesquisa, tem especificidades que colaboram para a compreensão dos objetivos do programa, bem como a maneira como estes objetivos devem ser alcançados e desenvolvidos.

A definição de entrevistar professores justifica-se pelo papel fundamental que estes desempenham durante a implementação de uma Política Pública Educacional, e, neste caso, as implicações de suas compreensões e posturas durante a execução das propostas estabelecidas pelo Programa Ler e Escrever.

Segundo autores como Höfling (2001), o sucesso de qualquer política pública voltada à educação é medido pela receptividade dos atores deste processo, ou seja, os professores. São eles que nos trarão referências quanto o sucesso ou insucesso de programas como o Ler e Escrever na realidade das salas de aula.

Pérez Gómez (1998) defende que a formação do professor deve ser pautada por uma bagagem cultural com orientações políticas e sociais bem definidas. É necessário entender quais e onde são pensadas essas orientações, para compreender as intenções de suas ações. Com isso, o professor deve desenvolver capacidades de reflexão crítica sobre a prática, bem como o compromisso em atuar como um intelectual transformador na aula, na escola e no contexto social.

Segundo Libâneo (2003, p. 36) as políticas educacionais, “(...) com raras exceções, não têm sido capazes de romper a tensão entre intenções declaradas e medidas efetivas”, torna-se necessário entender os resultados das ações propostas

pelo Programa Ler e Escrever na prática educativa de professores que atuam nos anos iniciais, bem como na aprendizagem de seus alunos.

Para fins de exposição, esse trabalho está organizado da seguinte forma: O Capítulo 1 contextualiza o momento histórico e político da formulação e implementação do Programa Ler e Escrever, no ano de 2008. Detalhando desde a década de 1990, com a reforma educacional do governo FHC, no governo federal, até as políticas educacionais do governo Serra (2007/2014), no Estado de São Paulo.

No Capítulo 2 há a preocupação em aprofundar a investigação na documentação legal do Programa Ler e Escrever, bem como a sua formulação e implementação. Além do levantamento das pesquisas acadêmicas realizadas na área educacional com relação ao tema abordado.

O Capítulo 3 está dedicado às entrevistas qualitativas desenvolvidas com os professores da Rede Estadual de Ensino de São Paulo, no Município de São Paulo, mais precisamente da Zona Norte, acerca das suas compreensões com relação às intenções e contribuições do Programa Ler e Escrever para a realidade escolar.

# CAPÍTULO 1

## AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1990-2014)

Para compreender a implementação do Programa Ler e Escrever do Governo do Estado de São Paulo é necessário conhecer os fundamentos político-pedagógicos da reforma que o instituiu, a partir de reformas educacionais em curso no Estado de São Paulo. Para isso, analisaremos os fundamentos que situam essas políticas sob o marco regulatório da década de 1990, a partir do governo de Mário Covas.

Nesta análise, nos interessa o contexto histórico-político que serviu como pano de fundo para a elaboração das políticas públicas educacionais implementadas no Estado de São Paulo, durante o período em que este estado é governado pelo Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, por se tratar da maior rede escolar do país e por ser uma extensão e dar continuidade às políticas educacionais implementadas pelo Governo Federal a partir de 1990, com a gestão FHC.

O Estado de São Paulo vem sendo governado por um mesmo partido há seis mandatos. A partir da década de 1990, quando Fernando Henrique Cardoso foi presidente do Brasil por duas vezes consecutivas, seu partido tem sido hegemônico no governo paulista.

O Partido da Social Democracia Brasileira – o PSDB – foi representado pelos governadores Mário Covas (1995/1998, no primeiro mandato; e 1999/2000, segundo mandato - até sua morte); Geraldo Alckmin (2000/2002 - quando completou o mandato de Covas; e 2003/2006, em novo mandato); Cláudio Lembo, do PFL (assumiu em 2006 quando Geraldo Alckmin renunciou para concorrer à presidência da República); José Serra (2007/2010); Alberto Goldman (vice-governador eleito assumiu em 2010, após a saída de José Serra); Geraldo Alckmin (2011/2014; e reeleito em 2015 - onde se encontra em exercício do cargo até o presente momento).

Portanto, é possível afirmar que as políticas que vem sendo implementadas nestes mandatos consecutivos do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB – no governo do Estado de São Paulo mantêm os mesmos

fundamentos da orientação política que presidiu a reforma educacional do governo FHC, ainda que apresentem pequenas variações de um mandato para o outro.

Com isso, é preciso ressaltar que apesar de a vida partidária dos políticos não se definir exatamente por uma identidade ideológica por parte destes com os respectivos programas dos partidos dos quais fazem parte, neste caso, a afirmação não tem tanto vigor. Nesse caso, é possível perceber a inspiração ideológica comum entre os últimos governantes paulistas. Apesar de diferentes estilos individuais, todos eles pensaram suas políticas públicas educacionais perante uma visão neoliberal.

Para Azevedo (2004, p. 19):

As orientações neoliberais adotadas por vários governos nos anos 80 e o consequente aprofundamento das crises sociais, econômicas e ambientais, decorrentes desta “desregulação”; as mudanças no mundo da produção em face da maior utilização da microeletrônica; suas repercussões no mundo do trabalho e na tendência à globalização dos mercados e, ainda, a *déblâcle* do socialismo real são alguns dos fatores que tem ameaçado as formas de organização sociopolítica desse século.

Aqui, de forma breve e grosso modo, o neoliberalismo é definido como um conjunto de ideias políticas e econômicas com fundamentos capitalistas que defende a não participação do Estado na economia, havendo dessa forma, total liberdade de comércio, o que garante, segundo seus seguidores, crescimento econômico e social do país. Na educação, o neoliberalismo integra a escola ao mercado, transformando o aluno em consumidor do ensino, enquanto o professor se transforma no funcionário que *treina* os alunos para a inserção no mercado de trabalho.

Azevedo (2004, p. 21) nos traz uma definição mais completa ao dizer que:

As raízes da corrente neoliberal encontram-se na teoria do Estado formulada a partir do século XVII, expressando o ideário do liberalismo clássico então emergente. Esta teoria foi sendo paulatinamente modificada e adaptada, à medida que o avanço do capitalismo delineava a estrutura de classes com maior nitidez, trazendo-a para o centro da cena econômica e

política. Nesse processo, o Estado liberal burguês passa a incorporar uma nova dimensão de legitimidade: a igualdade passa pelo alargamento dos direitos políticos dos cidadãos, precisando ser proclamado como o meio de garantir a participação no poder e o seu controle, fundamentado e organizado na forma de uma democracia.

Ainda com relação ao neoliberalismo, Draibe (1998, p.2) apud Azevedo (2004, p.19) afirma que:

Neste contexto, as políticas públicas são apresentadas como elemento estrutural das economias de mercado, como tipos de regulação que cada sociedade põe em prática a partir de um determinado estágio do seu desenvolvimento. Configuram, assim, os modos de articulação entre o Estado e a sociedade.

A partir destas definições, é possível afirmar que os últimos governantes do Estado de São Paulo partilham dos mesmos ideais políticos quanto à sociedade atual paulistana. Ou seja, os últimos mandatos exercidos pelo governo do PSDB, em São Paulo, buscaram olhar a sociedade com uma visão burguesa capitalista.

O conjunto de políticas do Estado de São Paulo, nesse período, esteve em consonância com as políticas do governo federal. Para compreender a reforma educacional do governo Fernando Henrique Cardoso na década de 1990 e, consequentemente, as políticas públicas educacionais perante uma visão neoliberal - que se sucederam após este período na Rede Pública do Estado de São Paulo -, incorporamos a análise feita por Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta.

Os autores Frigotto & Ciavatta (2003) discutem que a crise do capital se encontra, no final do século XX e início do século XXI, no plano mais profundo da materialidade das relações sociais. Após um processo de expansão – denominado como a idade de ouro – onde parte da classe trabalhadora obteve ganhos reais, o sistema capitalista entra em crise, com suas taxas históricas de lucro e exploração.

Um novo ciclo se instaura – o ciclo de acumulação do capital financeiro. Contudo, essa acumulação não é possível para todos. Surge, então, uma competição entre grandes grupos econômicos e corporações transnacionais, concentrando grande parte da riqueza, ciência e tecnologia.

Martin & Schumann (1999, p. 7), sintetizam esta ideia como a “sociedade 20 por 80” para salientar que apenas uma parcela de 20% da humanidade usufrui, efetivamente, da riqueza produzida no mundo. Os demais 80%, que são os que normalmente a produzem, apropriam-se de forma marginal ou são literalmente excluídos.

As questões acima mencionadas, quando transferidas para o campo educacional, mostram uma perspectiva de educação orientada pela lógica de mercado. Assim:

As reformas vêm demarcadas por um sentido inverso às experiências do socialismo real e das políticas do Estado de bem-estar social do após a Segunda Guerra Mundial, lidas pelos intelectuais orgânicos do sistema capital como responsáveis por um desvio dos mecanismos naturais do mercado e, portanto, pela crise. Trata-se, então, de retomar os mecanismos de mercado aceitando e tendo como base a tese de Hayek (1987) de que as políticas sociais conduzem à escravidão e a liberdade do mercado à prosperidade. O documento produzido pelos representantes dos países do capitalismo central, conhecido como Consenso de Washington, balizou a doutrina do neoliberalismo ou neoconservadorismo que viria a orientar as reformas sociais nos anos de 1990. É neste cenário que emerge a noção de globalização carregada, ideologicamente, por um sentido positivo. (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003, p. 95).

Com isso, a educação deixa de ser vista como um direito social de toda a população e passa a ser vista como um serviço, e o conhecimento um produto. Nesse sentido, a escola torna-se o local onde esse serviço – que pode trazer lucro - é vinculado e produzido. A educação vista como serviço tem consequências reais no processo social, uma vez que forjou-se como elemento da sustentação das desigualdades.

Segundo PONCE (2005), o sistema educacional passou a existir a partir do momento em que a sociedade se estruturou em classes sociais antagônicas. Com isso, os interesses da classe social dominante passaram a delimitar o campo educacional, uma vez que este instrumento passou a servir para a dominação social

de poucos sobre muitos. Este autor ainda nos traz, ao analisar a gênese da escola, que esta instituição passou a existir quando a dominação militar e política já não surtiam mais os efeitos desejados. Sendo assim, surge a necessidade de dominação ideológica e intelectual, que utiliza a escola e o sistema educacional como seu ponto de apoio<sup>10</sup>.

Nesta compreensão, organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), passam a ser vistos como *tutores* das reformas dos Estados Nacionais.

Um dos eventos promovidos na década de 1990, com um projeto de educação em nível mundial, financiado pelas agências UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial, foi a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jontien, na Tailândia. Esta conferência apresentou a ideia de “satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”, conforme vemos na citação a seguir:

Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deverá estar em condições de aproveitar as oportunidades educacionais oferecidas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Estas necessidades abarcam tanto as ferramentas essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas) como os conteúdos básicos da aprendizagem (conhecimentos teóricos e práticos, valores e atitudes) necessários para que os seres humanos possam sobreviver e desenvolver plenamente suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem varia de país a país em sua cultura e muda inevitavelmente com o transcurso do tempo. (WCEA, 1990, p. 157).

No Brasil, nesse período, o governo de Fernando Collor de Melo, que durou pouco mais de um ano, acabara de iniciar - após derrotar o candidato do

---

<sup>10</sup> Para compreender mais sobre a relação entre o Sistema Educacional Brasileiro e a Desigualdade Social (Cf.: GUZZO, R. S. L. e FILHO, A. E., 2005).

Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva. Contudo, a Conferência inspirou, em 1993, já no governo de Itamar Franco, o Plano Decenal da Educação para Todos.

O Plano Decenal da Educação para Todos foi um documento elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) e destinado a cumprir, no período de uma década (1993 a 2003), as resoluções apresentadas na Conferência Mundial.

Segundo o Plano Decenal:

Os compromissos que o governo brasileiro assume, de garantir a satisfação das necessidades básicas de educação de seu povo, expressam-se no Plano Decenal de Educação para Todos, cujo objetivo mais amplo é assegurar, até o ano 2003, a crianças, jovens e adultos, conteúdos mínimos de aprendizagem que atendam a necessidades elementares da vida contemporânea. (BRASIL, 1993, pp. 12-13)

O movimento internacional que, segundo os autores, veio alavancar as reformas no Governo Fernando Henrique Cardoso, continuou através de outras agências e outros documentos sobre educação. Conforme o trecho a seguir:

Ainda em 1990, a CEPAL publicou *Transformación productiva con equidad*, que enfatizava a urgência da implementação de mudanças educacionais em termos de conhecimentos e habilidades específicas, demandadas pela reestruturação produtiva. Em 1992, a CEPAL volta a publicar outro documento sobre o tema, *Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad*, vinculando educação, conhecimento e desenvolvimento nos países da América Latina e do Caribe. [...] A UNESCO e o Banco Mundial completam o quadro principal dos impulsionadores externos das reformas. Entre 1993 e 1996, a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, convocada pela UNESCO, composta de especialistas e coordenada pelo francês Jacques Delors, produziu o Relatório Delors, no qual se fez um diagnóstico do “contexto planetário de interdependência e globalização”. O Relatório faz recomendações de conciliação, consenso, cooperação, solidariedade para enfrentar as tensões da

mundialização, a perda das referências e de raízes, as demandas de conhecimento científico-tecnológico, principalmente das tecnologias de informação. A educação seria o instrumento fundamental para desenvolver nos indivíduos a capacidade de responder a esses desafios, particularmente a educação média. Sugere ainda a educação continuada e a certificação dos conhecimentos adquiridos. (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003, p. 99).

É neste contexto também que a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases) é aprovada já no Governo FHC. A educação básica - segundo a Lei nº 9.394/96, art. 22 – tem “por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Esse contexto geral tem implicações às políticas locais e nos governos desse período. Segundo Perry Anderson (2002, p.2):

A característica que define o governo FHC tem sido o neoliberalismo “light” do tipo que predominou nos anos 90 (...). A dinâmica fundamental do neoliberalismo se ergue sobre dois princípios: a desregulamentação dos mercados e a privatização dos serviços. (...) Fernando Henrique Cardoso leiloou a maior parte do setor estatal e abriu a economia completamente, apostando na entrada de um fluxo maciço de capital externo para modernizar o país. Após oito anos, os resultados estão aí, evidentes: estagnação crescente, salários reais em queda, desemprego em nível nunca antes visto e uma dívida estrondosa. O regime foi condenado aos seus próprios termos.

Em São Paulo o período em que acontecerem as principais mudanças e que produziram um maior impacto sobre as questões de organização, gestão e ensino nas escolas da Rede Estadual de São Paulo foi o período em que a formulação e implantação da reforma estiveram sob o comando da secretaria de educação Tereza Roserlei Neubauer da Silva, que permaneceu nessa função durante o primeiro mandato do Governo Covas (1995/1998) e parte do segundo mandato (1999-2000), até a morte deste.

Quando o governador Geraldo Alckmin assumiu o restante do mandato de Mário Covas, este indicou Gabriel Chalita para a Secretaria da Educação. Ele, por sua vez, dá sequência às políticas implantadas anteriormente. Ao renunciar ao cargo de governador para se candidatar à presidência da república, o Secretário da Educação é, também, substituído. Para cumprir o restante do mandato assume o vice-governador Cláudio Lembo, do PFL, que designa para Secretária da Educação Maria Lúcia Vasconcelos, que pouco produziu de melhorias para a rede estadual de ensino de São Paulo.

Só a partir de seis meses do início do mandato do então governador José Serra (2007/2010), a secretária Maria Helena Guimarães de Castro assume o cargo na Secretaria da Educação, dando início a uma nova fase da política para a educação pública estadual paulista. Em 2009, ainda no mandato de Serra, a então secretária é substituída por Paulo Renato Sousa, que havia sido ministro da educação durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em 2011, Geraldo Alckmin assume novamente o cargo de governador de São Paulo (2011-2014) e, com isso, nomeia Herman Voorwald para assumir a secretaria de educação, dando continuidade às políticas que foram iniciadas no governo anterior, aprofundando o vínculo entre a educação e o modelo neoliberal e a economia de mercado.

Durante o mandato de José Serra (2007/2010), em conjunto com Maria Helena Guimarães Castro na secretaria de Educação, foram estabelecidas metas<sup>11</sup> para a Educação, a serem atingidas até o final do mandato. Essas metas podem ser sintetizadas:

1. Todos os alunos de 8 anos plenamente alfabetizados.
2. Redução de 50% das taxas de reprovação da 8ª série.
3. Redução de 50% das taxas de reprovação do Ensino Médio.
4. Implementação de programas de recuperação de aprendizagem nas séries finais de todos os ciclos de aprendizagem [...].
5. Aumento de 10% nos índices de desempenho do Ensino Fundamental e Médio nas avaliações estaduais e nacionais.
6. Atendimento de 100% da demanda de jovens e adultos de Ensino Médio com currículo profissionalizante diversificado.
7. Implementação do Ensino

---

<sup>11</sup> Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/acoes/educacao/metas/> (acesso em: 24 jun. 2015).

Fundamental de nove anos, com prioridade à municipalização das séries iniciais [...]. 8. Programas de formação continuada e capacitação da equipe. 9. Descentralização e/ou municipalização do Programa de Alimentação Escolar [...]. 10. Programa de obras e melhorias da infraestrutura das escolas. (SÃO PAULO, 2008).

Segundo anunciado pela Secretaria da Educação, a implantação deste Programa iria ocorrer a partir de dez ações<sup>12</sup>. São elas:

1. Implantação do Projeto Ler e Escrever.
2. Reorganização da progressão continuada.
3. Currículo e expectativas de aprendizagem.
4. Recuperação da aprendizagem.
5. Diversificação curricular do Ensino Médio.
6. Educação de Jovens e Adultos.
7. Ensino Fundamental de 9 anos.
8. Sistemas de Avaliação.
9. Gestão dos resultados e política de incentivos.
10. Plano de obras e investimentos. (SÃO PAULO, 2008).

Para que as ações estabelecidas tivessem condições de serem realizadas, foram previstas medidas<sup>13</sup> que estão apresentadas a seguir:

1. Criação da função professor coordenador e seleção de 12 mil professores até dezembro de 2007.
2. Concurso para 300 novas vagas de supervisor de ensino e revisão de suas atribuições.
3. Fortalecimento do papel do diretor da escola na liderança do processo de implantação do modelo de gestão.
4. Criação de Grupo de Trabalho para implantar o Ensino Fundamental de 9 anos.
5. Criação de comissão organizadora do Plano Estadual de Educação. (SÃO PAULO, 2008).

No conjunto, o que o governo Serra propôs foi uma intensa modificação na organização das escolas e uma grande expectativa quanto a seus resultados. Nesse caso, refletir sobre essas ações que estão, ainda, em desenvolvimento e que

<sup>12</sup> Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/acoes/educacao/metas/acoes.htm> (acesso em 24 jun. 2015).

<sup>13</sup> Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/acoes/educacao/metas/medidas.htm> (acesso em 24 jun. 2015).

não produziram todos os resultados pretendidos – algumas metas e ações deveriam ser cumpridas até 2010 – é uma tarefa difícil.

Assim, no próximo capítulo, aprofundaremos as discussões acerca da elaboração do Programa Ler e Escrever – uma das 10 ações pretendidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para a melhoria da qualidade do ensino.

## CAPÍTULO 2

# O PROGRAMA LER E ESCREVER NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PAULISTAS

A elaboração deste capítulo surge a partir da necessidade de se entender, mais detalhadamente, o processo de elaboração de uma das ações determinadas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, durante a gestão do governador José Serra.

A referida ação é o Programa Ler e Escrever – política pública educacional com foco nos anos iniciais do ensino fundamental e implementada no Estado de São Paulo a partir de 2008.

Este Programa, contudo, não foi elaborado precisamente para a Rede Estadual Paulista, mas sim *transportado* da Rede Municipal, onde teve sua implementação no ano anterior – 2007 – também pela gestão do PSDB.

Apesar de o Programa Ler e Escrever – tanto na instância estadual paulista quanto na municipal – ser um programa relativamente novo – sua implementação possui apenas uma década. É possível perceber que seus fundamentos já estiveram presentes em outros programas anteriores a gestão do PSDB, como no Governo André Franco Montoro.

### 2.1. O GOVERNO MONTORO E O PANORAMA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Apesar de a discussão no capítulo anterior estar focada, principalmente, nos anos 90, com as Políticas Públicas Educacionais que foram implementadas no Estado de São Paulo, mais precisamente no período recente, marcado pelos governos do Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB; é possível perceber que as discussões que deram origem a programas como o Ler e Escrever - primeiramente na Rede Municipal e posteriormente na Rede Estadual Paulista - são oriundos de discussões anteriores.

A partir do fim do regime militar esperava-se que a democracia, de um modo geral, finalmente pudesse ser implantada em nosso país. Na educação, o momento histórico foi de altas taxas de evasão e repetência, falta de vagas, bem como o pressuposto de que o ingresso na escola garantiria a inserção dos educandos oriundos das classes populares no mercado de trabalho.

Desta forma, a preocupação no âmbito educacional era promover mudanças que garantissem a democratização do ensino, gerando, basicamente, a igualdade de oportunidades de acesso à Educação formal – aumentando o número de escolas sem pensar, no entanto, a permanência desses alunos na mesma.

Nesse sentido, a descentralização tinha como objetivo diminuir a centralização no plano federal – transferindo algumas funções desempenhadas pelo Ministério da Educação -, de modo a acabar com os entraves educacionais e atingir a democratização do ensino.

Na década de 80, o Estado de São Paulo foi governado, inicialmente, por André Franco Montoro (1983-1986), seguido por Orestes Quércia (1987-1990) e por Luis Antonio Fleury Filho (1991-1994), todos eleitos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – o PMDB.

André Franco Montoro foi eleito governador do Estado de São Paulo em 15 de novembro de 1982, durante a primeira eleição direta para governador após vinte anos. Montoro venceu quatro concorrentes: o ex-prefeito paulistano Reinaldo de Barros (PDS), o ex-presidente Jânio Quadros (PTB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Rogê Ferreira (PDT).

Em seu programa de governo, Montoro propõe para a educação uma ampla reforma administrativa, com o objetivo de racionalizar e descentralizar os recursos da educação, o que viria acompanhado da autonomia administrativa das instâncias intermediárias do sistema de ensino, por meio das Divisões Regionais e Delegacias de Ensino. Essas ações, decorrentes dos discursos que se constituíram no contexto da modernização capitalista liberal, visavam propiciar uma melhoria na qualidade do ensino e nas condições de trabalho dos professores. (FRANCO & PRADOS, 2014, p. 3)

Especificamente no Governo Montoro, dentre as Políticas de Descentralização, temos os Programas de Municipalização da Merenda Escolar, de Construções Escolares, de Transporte de Alunos, de Formação Integral da Criança (PROFIC) e o Ciclo Básico.

Segundo Palma Filho (2003, pp. 24-25), a reforma curricular, iniciada em 1984, orientou-se por um diagnóstico dos conteúdos curriculares e do desenvolvimento do trabalho pedagógico realizado nas escolas, e constatou-se:

1. O tratamento dos conteúdos curriculares desconhece e/ou desconsidera as características do meio cultural da maioria dos alunos [...]; 2. A transposição de modelos curriculares estrangeiros tem levado a escola a um alheamento em relação às nossas raízes históricas e culturais [...]; 3. O desenvolvimento dos conteúdos curriculares de forma mecânica, estanque, segmentada, compromete a unidade curricular e deixa lacunas na formação do educando; 4. A avaliação, ao invés de ser um recurso de aprimoramento do aluno, torna-se assunto de competência do professor, cujos critérios e procedimentos adotados não costumam ser discutidos; 5. A reprovação, usada por alguns para “melhorar a qualidade do ensino”, muitas vezes castiga o aluno [...]; 6. A discriminação dos alunos das camadas populares em razão de sua maneira de vestir e expressar-se, que, por ser diferente da do professor é considerada imprópria e inadequada

Apesar de a concretização do processo de reestruturação curricular, através da publicação final da Proposta Curricular não acontecer no Governo Montoro, estendendo-se no Governo Quêrcia, em 1988, estas serviram de base à criação do Ciclo Básico.

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, através da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), realizou uma revisão curricular e originou as Propostas Curriculares, propondo a organização do Ensino de 1º Grau em três ciclos – Ciclo Básico, Ciclo Intermediário e Ciclo Final. Contudo, essa reorganização do Ensino de 1º Grau em ciclos de estudos não vingou na Rede Estadual, permanecendo apenas o Ciclo Básico.

O Ciclo Básico (CB), que abrangia as antigas 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> séries do antigo Ensino de 1º Grau (hoje ensino fundamental<sup>14</sup>, com o ingresso da criança aos 6 anos de idade e duração de nove anos) foi instituído em dezembro de 1983, pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEE, a partir do Decreto Estadual nº 21.833.

Surgem então, juntamente com o Ciclo Básico, as discussões acerca da Progressão Continuada. O regime de ciclos, bem como a progressão continuada, ambos adotados na Rede Estadual Paulista, tinham o objetivo de regularizar o fluxo de alunos ao longo da escolarização; assegurando, com isso, o cumprimento dos anos de estudos previstos para o ensino obrigatório.

O discurso político-educacional que se manifestou após essa proposta se sustentou na ideia de que fossem oferecidas melhores oportunidades para o processo de alfabetização, principalmente, para as crianças das classes populares, que precisavam de mais de um ano para ser alfabetizadas.  
(FRANCO & PRADOS, 2014, p.4)

Com isso, as antigas 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> séries do Primeiro Grau se tornaram contínuas, de modo que os alunos não poderiam ser reprovados de uma série para a outra, apenas no final do Ciclo. A partir desta nova estruturação do Ciclo Básico, algumas medidas foram implementadas para dar suporte ao projeto, dentre elas:

Oferta de duas horas diárias de apoio pedagógico suplementar aos alunos com dificuldade de aprendizagem, a realização de reuniões de professores em horas extraordinárias e recompensas na carreira dos docentes que atuassem com turmas do Ciclo Básico. (FRANCO & PRADOS, 2014, p. 218)

Surgiram, também, encontros e cursos de formação para os professores. Estas ações tinham como objetivo uma mudança qualitativa da prática docente, a partir de aspectos teóricos sobre as concepções de alfabetização, bem como a prática pedagógica. Assim, segundo Duran (2003, p.65):

---

<sup>14</sup> A alteração de Ensino de 1º Grau para Ensino Fundamental foi introduzida pela Constituição de 1988.

A linha de formação contínua dos professores para o trabalho *desseriado* do CB foi extensiva, por meio da transmissão dos programas do Projeto Ipê e da discussão monitorada de pequenos grupos através de textos sobre os temas dos programas em telepostos. Essa linha de formação, embora tenha a vantagem de atingir grandes contingentes em curto período, é um trabalho de superfície, funcionando mais como divulgação de ideias e propostas.

O Projeto Ipê foi instituído também no Governo Montoro, como complementação às ações do Programa I – do qual fazia parte o Ciclo Básico. Este Projeto buscava promover, através de programas de televisão e com material de apoio, a atualização e o aperfeiçoamento do professor de 1º Grau. Dentre as ações do Projeto Ipê, Pereira (1994, p. 115) nos traz:

Proporcionou a produção de 53 programas de televisão, a criação de telepostos (127), em número de 2.431 em 1984, 1.396 em 1985 e 1.500 em 1986, tendo 84.858 participantes em 1984, 239.271 em 1985 e cerca de 100.000 em 1986. Este projeto proporcionou ainda o desenvolvimento de 27 fascículos de apoio 1985, num total de 1.300.000 exemplares, e de 5 documentos em 1986, num total de 760.500 exemplares.

Este material produzido e distribuído durante a execução do Projeto Ipê buscou apresentar, de maneira ampla, as concepções de alfabetização, os problemas e os mitos que surgiam em torno do fracasso escolar e das novas fundamentações de trabalho com a alfabetização.

Além disso, o material priorizou também a discussão acerca dos problemas gerais da educação no Brasil, como a escola pública e sua seletividade, o fracasso escolar, a evasão, a qualidade do ensino e a função da escola pública. Estes materiais reuniram textos de autores renomados no campo educacional – os *educadores progressistas* – dentre eles destacamos Telma Weisz – que aparecerá, posteriormente, nas discussões acerca do Programa Ler e Escrever, do Governo de José Serra (2007-2010).

A partir da análise deste fragmento do que foi o Governo Montoro e suas ações para a educação de maneira geral e, mais precisamente, para o Ciclo Básico e a

alfabetização, é possível perceber que, apesar de não serem Programas contínuos, ambos possuem as mesmas bases e ações parecidas – como a distribuição de materiais e a formação de professores, por exemplo. Dessa forma, é necessário frisar que, apesar de o recorte desta pesquisa centralizar-se a partir dos anos 90, o Programa Ler e Escrever não foi, e não será, o único projeto com foco na alfabetização de alunos da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

## 2.2. O PROGRAMA LER E ESCREVER

Com a obrigatoriedade, a partir da nova redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – nº 9394/96, do ingresso ao Ensino Fundamental ainda aos seis anos, novos desafios e inquietações se despontam no cenário educacional, principalmente, no que tange o processo de aquisição da escrita.

Segundo Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, deve-se “(...) entender o caminho que a criança deverá percorrer para compreender as características, o valor e a função da escrita, desde que esta se constitui no objeto de sua atenção, portanto, do seu conhecimento” (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985, p. 16).

É possível perceber, diante da fala destas duas pesquisadoras, a importância de uma boa formação para desenvolver intervenções pedagógicas eficazes, garantindo, dessa forma, a aquisição do sistema de escrita, ainda no ciclo I.

Délia Lerner (2002, pp. 27-29), com relação ao processo de alfabetização, diz em seu livro *Ler e Escrever na Escola: o real, o possível e o necessário*, que:

O desafio é conseguir que os alunos cheguem a ser produtores de língua escrita, conscientes da pertinência e da importância de emitir certo tipo de mensagem em determinado tipo de situação social, em vez de se treinar unicamente como copistas que reproduzem – sem um propósito próprio – o escrito por outros, ou como receptores de ditados cuja finalidade – também estranha – se reduz à avaliação por parte do professor. (...) O desafio é conseguir que a escrita deixe de ser na escola somente um objeto de avaliação, para se constituir realmente num objeto de ensino (...) chegar a leitores e produtores de textos competentes e autônomos.

Lerner defende, desta forma, a escrita como função social e não apenas como um objeto de avaliação dentro do espaço da instituição escolar. O professor deve conhecer a fundamentação teórica do sistema de alfabetização, para que suas intervenções sejam pertinentes a estes objetivos, formando – segundo palavras da própria autora - escritores e não apenas copistas. Desta forma, torna-se necessário um replanejamento dos objetivos educacionais, a partir das políticas públicas.

Em agosto de 2007, na gestão do governador José Serra, por meio da Resolução SE nº 86, de 19 de dezembro de 2007, foi definido o Programa Ler e Escrever, implementado a partir de 2008 nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental das Diretorias de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo. Conforme o artigo 1º:

Art. 1º Fica instituído, a partir do ano de 2008, o Programa “Ler e Escrever”, com os seguintes objetivos:

- I – alfabetizar, até 2010, a todos os alunos com idade de até oito anos do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino;
- II – recuperar a aprendizagem de leitura e escrita dos alunos de todas as séries do Ciclo I do Ensino Fundamental. (SÃO PAULO, 2007)

Conforme a Resolução SE – 86, de 19 de dezembro de 2007, integram o Programa Ler e Escrever:

Art. 2º Integram o Programa:

- I – Ler e Escrever na 1ª série do Ciclo I;
- II – Ler e Escrever na 2ª série do Ciclo I;
- III – Projeto Intensivo no Ciclo – 3ª série – PIC<sup>15</sup> 3ª série;
- IV – Projeto Intensivo no Ciclo – 4ª série – PIC 4ª série. (SÃO PAULO, 2007)

Dessa forma, algumas expectativas de aprendizagem<sup>16</sup> para o Ciclo I foram detalhadas e divididas – inicialmente - ao longo dos quatro anos que o integra.

---

<sup>15</sup> PIC – Programa Intensivo de Ciclo. São as extintas salas de aula que atendiam os alunos com defasagem de conteúdos. Estas salas possuíam um material didático específico e diferenciado.

Espera-se que os alunos, ao final do 1º ano do Ciclo I, desenvolvam competências para:

- Participar de situações de intercâmbio oral, ouvindo com atenção e formulando perguntas sobre o tema tratado;
- Apreciar textos pertencentes a diferentes gêneros (orais ou escritos), para serem lidos autonomamente ou lidos por um adulto, e recontar histórias conhecidas, recuperando algumas características do texto ouvido ou lido;
- Ler, com a ajuda do professor, diferentes gêneros (notícias, instrucionais, informativos, contos, entre outros), apoiando-se em conhecimentos sobre o tema do texto, as características de seu portador, do gênero e do sistema de escrita;
- Ler, com autonomia, placas de identificação, nomes, parlendas, adivinhas, poemas, canções, trava-línguas, listas, manchetes de jornal entre outros.
- Escrever alfabeticamente textos que conhece de memória (parlendas, adivinhas, poemas, canções, trava-línguas, entre outros), ainda que não segmentando o texto em palavras;
- Escrever textos de autoria (listas, bilhetes, cartas, entre outros) individual, em duplas ou ditando para o professor;
- Reescrever textos (lendas, contos, entre outros) de próprio punho ou ditando-os para o professor ou colegas, considerando as ideias principais do texto fonte e algumas características da linguagem escrita. (SÃO PAULO, 2006, pp.19-20).

Ao final do 2º ano do Ciclo I, espera-se que os alunos tenham desenvolvido competências para:

- Participar de situações de intercâmbio oral, ouvindo com atenção, formular e responder perguntas, explicar e ouvir explicações, manifestar opiniões;

---

<sup>16</sup> Expectativas de Aprendizagem expressam aquilo que é essencial ao aluno conhecer ao final de cada ano do Ensino Fundamental e ao final do Ensino Médio, dentro de cada conteúdo básico definido nas Diretrizes. Por se referirem a esses conteúdos, as Expectativas são amplas, e se apresentam como um norte, um objetivo final a ser atingido, uma vez que é prerrogativa da mantenedora definir o desenvolvimento básico esperado para todos os alunos, em todos os anos. (PARANÁ, Caderno de Expectativas de Aprendizagem, 2012, p. 5)

- Ler, com autonomia, diferentes gêneros (notícias, instrucionais, informativos, contos, entre outros) apoiando-se em conhecimentos sobre o tema do texto, as características de seu portador, do gênero e do sistema de escrita;
- Ler, com ajuda do professor, textos para estudar os temas tratados nas diferentes áreas de conhecimento (enciclopédias, artigos, revistas, entre outros);
- Reescrever textos (contos, lendas, entre outros), considerando as ideias principais do texto fonte e algumas características da linguagem escrita;
- Escrever alguns textos de autoria (bilhetes, cartas, regras de jogos, textos informativos, entre outros), utilizando alguns recursos da linguagem escrita. (SÃO PAULO, 2006, p. 20).

Para o 3º ano do Ciclo I, os alunos deverão desenvolver competências como:

- Participar de situações de intercâmbio oral que requeiram: ouvir com atenção, intervir sem sair do assunto tratado, formular e responder perguntas, explicar e ouvir explicações, manifestar e acolher opiniões, adequar as colocações às intervenções precedentes, propor temas;
- Saber selecionar textos em diferentes fontes para busca de informações;
- Localizar informações no texto apoiando-se em títulos e subtítulos, imagens, negritos e selecionar as que são relevantes, utilizando procedimentos de escrita, como copiar a informação que interessa, grifar, fazer notas (em enciclopédias, artigos, entre outros);
- Ajustar a modalidade de leitura ao propósito e ao gênero (história em quadrinhos, texto informativo, instrucional, entre outros);
- Utilizar procedimentos e recursos próprios da produção escrita (planejar o que for escrever, utilizar informações provenientes de fontes diversas, fazer rascunhos, revisar seu próprio texto, discutir com outros leitores aspectos problemáticos do texto e reler o que está escrevendo, entre outros);

Escrever alguns textos de autoria (bilhetes, cartas, regras de jogo, textos informativos, contos, lendas, entre outros), utilizando os recursos próprios da linguagem escrita;  
Releer seus escritos assumindo o ponto de vista do leitor de seu texto (revisar seu próprio texto cuidando de sua legibilidade).  
(SÃO PAULO, 2006, pp. 21-22).

E ao final do 4º ano do Ciclo I, os alunos deverão ter desenvolvido competências para:

- Planejar e participar de situações de uso da linguagem oral, sabendo utilizar alguns procedimentos de escrita para organizar sua exposição (cartazes, anotações, Power Point, entre outros);
- Utilizar recursos para compreender ou superar dificuldades de compreensão durante a leitura (pedir ajuda aos colegas e ao professor, releer o trecho que provoca dificuldades, continuar a leitura com intenção de que o próprio texto permita resolver as dúvidas, entre outros);
- Utilizar procedimentos e recursos próprios da produção escrita (planejar o que for escrever, estabelecendo os aspectos fundamentais e sua ordem provável; utilizar informações provenientes de fontes diversas; fazer rascunhos; revisar seu próprio texto simultaneamente à produção; discutir com outros leitores aspectos problemáticos do texto; releer o que está escrevendo, entre outros);
- Assumir o ponto de vista do leitor ao revisar os textos com intenção de evitar repetições desnecessárias (por meio de substituição, uso de recursos da pontuação, entre outros); evitar ambiguidades, articular partes do texto (garantir concordância verbal e nominal);
- Revisar o texto do ponto de vista ortográfico, considerando as regularidades ortográficas e irregularidades de palavras de uso frequentes, uso de maiúscula e minúscula, entre outras. (SÃO PAULO, 2006, pp. 22-23).

Estas Expectativas de Aprendizagem, posteriormente, passaram a abranger os cinco anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e foram divididas a partir

das áreas do conhecimento. A cada ano, as mesmas expectativas de aprendizagem são exploradas, apenas aumentando os graus de complexidade.

O Programa Ler e Escrever já vinha sendo implementado, desde o início de 2007, nas escolas municipais da capital paulista. Em 2008, o Ler e Escrever foi ampliado para a região metropolitana de São Paulo e, somente em 2009, para o interior e litoral do estado. Até o ano de 2010, o Programa Ler e Escrever atendeu 779.286 alunos matriculados no Ciclo I do Ensino Fundamental, conforme tabela a seguir:

**Tabela 1 – Alunos atendidos pelo Programa Ler e Escrever, até o ano de 2010, com indicação dos graus de escolaridade.**

<b>Coordenadoria Responsável</b>	<b>Grau de Escolaridade</b>	<b>Número de alunos atendidos</b>
<b>GOGSP</b>	<b>1º ao 5º ano regular do Ciclo I</b>	<b>529.791</b>
	<b>4º e 5º ano PIC do Ciclo I</b>	<b>10.800</b>
<b>CEI</b>	<b>1º ao 5º ano regular do Ciclo I</b>	<b>237.721</b>
	<b>4º e 5º ano PIC do Ciclo I</b>	<b>974</b>
<b>Total</b>		<b>779.286</b>

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados retirados do Documento de Apresentação do Programa Ler e Escrever<sup>17</sup>.

A partir da Lei nº 11.274/2006, o ensino fundamental passou a ser composto por nove anos, ou seja, as crianças de 6 (seis) anos foram incluídas no ensino fundamental. Na rede pública de São Paulo, é a deliberação CEE nº 73/2008 que regulamentou a implantação do ensino fundamental de nove anos. Com isso, no ano de 2011, o primeiro ano passou a fazer parte do Programa Ler e Escrever, a partir da publicação do Guia de Planejamento e Orientações Didáticas. (SÃO PAULO, 2014).

<sup>17</sup> O Documento de Apresentação do Programa Ler e Escrever pode ser lido na íntegra. (C.f.: <http://lereescrever.fde.sp.gov.br>.

O Programa Ler e Escrever consiste em uma política pública educacional, anunciado com fundamentação no construtivismo, onde, durante o ciclo I – que hoje compõe os cinco primeiros anos do ensino fundamental –, são realizadas atividades que visam desenvolver as competências leitoras e escritoras dos alunos da Rede Estadual Paulista. Esse programa foi considerado pelo próprio governo como uma “decorrência natural do Programa Letra e Vida” (SÃO PAULO, 2008c, p.3).

Segundo a Secretaria de Estado da Educação este Programa se justifica pela:

Urgência em solucionar as dificuldades apresentadas pelos alunos de Ciclo I com relação às competências de ler e escrever, expressas nos resultados do SARESP 2005; a necessidade de promover a recuperação da aprendizagem de leitura e escrita dos alunos de todas as séries do Ciclo I; a possibilidade de se investir na efetiva melhoria da qualidade de ensino nos anos iniciais da escolaridade. (SÃO PAULO, 2007, p.1).

Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Educação (SEE) aponta, por meio dos resultados obtidos no SARESP do ano de 2005 “a necessidade de se atuar com mais foco na alfabetização dos alunos das séries iniciais” (SÃO PAULO, 2008c, p. 3); e complementa justificando-se que “o momento não é de procurar culpados por não termos resolvido essa questão até agora. A hora é de dividir responsabilidades e, com o empenho de todos, reverter esse quadro” (SÃO PAULO, 2008c, pp. 3-4).

Apesar de os índices demonstrarem resultados não satisfatórios nas avaliações de larga escala desenvolvidas pelo governo, estes parecem não mudar os rumos das concepções pedagógicas adotadas pela SEE. Desta forma, curiosamente, o Programa Ler e Escrever apresenta denominação e conteúdos muito parecidos com uma publicação importante da década de 1990: *Ler e Escrever, um grande prazer!* (SÃO PAULO, 1993).

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, de acordo com o Anexo III do Programa Ler e Escrever, tem a responsabilidade de:

1. Disponibilizar a todos os interessados a legislação, as orientações pedagógicas geradas pelo Programa Ler e Escrever;
2. Designar profissionais responsáveis pelo processo de formação e acompanhamento do Programa no município;
- 3.

Organizar, em colaboração com o município, o cronograma de realização das ações do Programa na SEE; 4. Disponibilizar espaços nas Diretorias de Ensino para encontros de formação dos Coordenadores Gerais indicados pelos municípios; 5. Disponibilizar as matrizes em arquivos eletrônicos com qualidade para a impressão dos materiais do Programa, bem como a listagem de todos os materiais de apoio necessários para seu desenvolvimento; 6. Orientar e apoiar a participação dos municípios no SARESP. (SÃO PAULO, 2007)

Nesse sentido, o Programa Ler e Escrever tem como objetivos principais:

Apoiar o professor coordenador em seu papel de formador de professores dentro da escola; apoiar os professores regentes na complexa ação pedagógica de garantir aprendizagem de leitura e escrita a todos os alunos, até o final da 2<sup>a</sup> série do Ciclo I do Ensino Fundamental; criar condições institucionais adequadas para mudanças em sala de aula, recuperando a dimensão pedagógica da gestão; comprometer as Universidades com o ensino público; possibilitar a futuros profissionais da Educação (estudantes de cursos de Pedagogia e Letras), experiências e conhecimentos necessários sobre a natureza da função docente, no processo de alfabetização de alunos do Ciclo I do Ensino Fundamental. (SÃO PAULO, 2011, p.1)

O Programa objetiva solucionar os problemas de ensino-aprendizagem da Rede Estadual através, unicamente, de ações baseadas nas mudanças do âmbito didático, ignorando, quase sempre, a questão social e econômica que envolvem as Unidades Escolares.

Para alcançar os objetivos propostos, os coordenadores pedagógicos são convidados a participar de reuniões de formação, nas Diretorias de Ensino, para o trabalho com o material do Ler e Escrever. Estes coordenadores são os responsáveis por formar o corpo docente nas escolas, durante a HTPC (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo), bem como auxilia-los nas intervenções pedagógicas específicas para potencializar a aquisição da escrita, segundo o material do programa.

Todos os professores tem formação continuada em período de horas de trabalho e projetos coletivos – HTPC coordenado pelo professor-coordenador semanalmente. Ou seja, os professores que participam do Programa Ler e Escrever tem quatro horas a mais de formação para reflexão e planejamento de ações pedagógicas para pleno desenvolvimento do programa. (CAMACHO, 2010, p. 52).

As ações de formação envolvem as Diretorias de Ensino da Capital e incluem: a formação de gestores (supervisores, assistentes técnico-pedagógicos (ATP) e diretores de escolas), com discussão de conteúdos que auxiliem na aprendizagem dos alunos; e a formação pedagógica (para ATP e professores coordenadores), a fim de aperfeiçoar a didática e formação dos professores nas escolas.

Os encontros de formação acontecem: mensalmente, para os supervisores de ensino, professores coordenadores das Oficinas Pedagógicas e diretores; quinzenalmente, com professores coordenadores; e semanalmente, com as equipes de formadores da Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas da Secretaria de Estado da Educação, para supervisão do trabalho desenvolvido.

Ao analisarmos a maneira como é feita a formação dos professores para o trabalho com o material didático disponibilizado pelo Programa, é possível perceber que essa formação se dá em *cascata*, ou seja, os ensinamentos e conteúdos são passados de forma hierárquica, partindo dos supervisores de ensino até, finalmente, chegar às escolas, com os professores.

Como ação complementar, a partir do Decreto 51.627 de 1º de março de 2007, foi criado o *Projeto Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização*, conhecido como *Bolsa Alfabetização*<sup>18</sup>, onde algumas escolas contam com a participação de alunos-pesquisadores – estudantes do curso de Pedagogia, de licenciatura plena em Letras e pós-graduação, *Stricto Sensu*, na área de Didática da Alfabetização – que, a partir de observações, registros e pesquisas, auxiliam os professores durante as

---

<sup>18</sup> O Programa Bolsa Alfabetização introduziu, em caráter de colaboração, a participação de alunos das Instituições de Ensino Superior na prática pedagógica das salas de aula. (Fonte: <http://lereescrever.fde.sp.gov.br/SysPublic/InternaBolsaAlfabetizacao.aspx?alkfjlkjaslkA=270&manudsns=1&tpMat=0&FiltroDeNoticias=3>).

aulas, buscando entender como ocorre a aquisição da escrita e a melhor forma de trabalho durante esse período.

O intuito é que o aluno universitário se torne um pesquisador e que tenha vivências pedagógicas significativas, tomando para si os princípios da metodologia qualitativa mais adequada aos propósitos de apoiar as salas de aula do Ciclo I e seus professores titulares, propiciando o efetivo envolvimento com os problemas próprios da transposição didática, da gestão de sala de aula e das relações de ensino e aprendizagem na alfabetização (CAMACHO, 2010, p. 54).

A Resolução SE-90, de 08 de dezembro de 2008, dispõe sobre os objetivos gerais e específicos, os conhecimentos, conteúdos e ações dos alunos pesquisadores. Dentre esses objetivos estão:

Objetivos Gerais: 1. Possibilitar o desenvolvimento de conhecimentos e experiências necessários aos futuros profissionais de educação sobre a natureza da função docente no processo de alfabetização dos alunos da 1<sup>a</sup> série do Ciclo I; 2. Apoiar os professores da 1<sup>a</sup> série do Ciclo I na complexa ação pedagógica de garantir aprendizagem da leitura e da escrita a todos os alunos do ano letivo.

Objetivos Específicos: 1. Compreender que o fracasso da aprendizagem não se justifica pelo erro ou falta do aluno, mas também pelas inadequadas ou insuficientes condições de ensino; 2. Construir conhecimentos sobre a prática docente em relação ao processo de aprendizagem dos alunos; 3. Apoiar e subsidiar os professores-titulares na sistematização de conteúdos de Língua Portuguesa, fortalecendo as relações entre ensino e aprendizagem, por meio da garantia de algumas condições e orientações didáticas importantes no processo de alfabetização no Ciclo I.

Esta participação de alunos da graduação nas salas de aula de alfabetização deveria trazer contribuições efetivas para os dois lados: o aluno enriquece o trabalho do professor em sala de aula com contribuições de seus estudos recentes com relação à alfabetização; e o professor, por sua vez, contribui ensinando-o sobre a

prática em sala de aula. Contudo, muitas vezes na prática escolar, esta realidade não se concretiza. É possível perceber, através das observações das salas de aula, um estranhamento por parte de muitos professores com relação ao aluno-pesquisador que, por sua vez, acaba se tornando apenas um espectador das aulas, sem muitas contribuições.

Com relação a esta temática, é necessário repensar a formação dada aos professores nas escolas e orientá-los quanto à contribuição do aluno-pesquisador no processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração as realidades sociais as quais estão inseridos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais podem complementar dizendo que:

A qualidade da atuação da escola depende da participação conjunta dos profissionais (orientadores, supervisores, professores polivalentes e especialistas) para tomada de decisões sobre aspectos da prática didática, bem como sua execução. Essas decisões serão necessariamente diferenciadas de escola para escola, pois dependem do ambiente local e da formação dos professores. (Brasil, 1997, p. 68)

Em 15 de julho de 2009, o Decreto nº 54.553, institui o *Programa Integração Estado/Município*, autorizando a Secretaria de Educação a celebrar convênios com a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) e municípios paulistas. Assim, fica decretado que, dentre outras coisas:

Artigo 1º - Fica instituído o Programa de Integração Estado/Município para o desenvolvimento de ações educacionais conjuntas que proporcionem a melhoria da qualidade da educação nas escolas das redes públicas municipais. Artigo 2º - As ações de que trata o artigo 1º deste decreto abrangerão os programas e projetos desenvolvidos no âmbito da Secretaria da Educação, voltados às atividades pedagógicas, de formação continuada, de natureza preventiva, objetivando combater a vulnerabilidade infanto-juvenil, e de avaliação do rendimento escolar. (SÃO PAULO, 2009)

O material desenvolvido pelo Programa é produto dos estudos de diversos pesquisadores, dentre eles Délia Lerner, participante ativa do Programa Ler e Escrever, e de alguns outros professores da própria Rede Estadual de Ensino. Este material é composto por Guias de Planejamento e Orientações Didáticas<sup>19</sup> para professores, livros de textos<sup>20</sup> do aluno e cadernos de escrita.

Esse material, apesar de ser anunciado como uma abordagem construtivista, traz orientações didáticas que devem ser seguidas para se atingir as expectativas de aprendizagem, bem como detalha uma sequência de atividades para organização da rotina diária em sala de aula.

Apesar do material didático que padroniza o trabalho do professor, Maria Helena Guimarães de Castro afirma que este:

[...] não será um caminho suave. Mas, quando nos depararmos com meninos e meninas de oito anos lendo poemas, receitas, histórias, notícias e outros gêneros e escrevendo cartas, histórias, receitas, notícias e outros, certamente vamos ter a grata sensação de quem, de fato, cumpriu uma nobre e importante missão. (SÃO PAULO, 2008c, p.4)

Ainda com relação ao material didático, autores como Constâncio (2012) afirmam que este modelo de política impõe uma sistemática que empobrece o trabalho docente, pois impossibilita o professor de organizar o seu trabalho e o reduz a condição de reproduutor de uma proposta desenvolvida externamente, desconsiderando a singularidade de cada escola, cada sala de aula, cada aluno.

Ainda vinculado ao Programa Ler e Escrever, está o Programa de Qualidade da Escola que aparece alinhado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do governo federal, e ao movimento Todos Pela Educação (TPE), que – segundo seus idealizadores - visa garantir a qualidade da educação básica através de metas anuais e metas em longo prazo.

Para que o Estado possa cumprir tais metas, foram atribuídas metas anuais para cada escola, considerando sua distância da

<sup>19</sup> Cf.: <http://programalereeescrever.blogspot.com.br/p/materiais-ler-e-escrever.html>

<sup>20</sup> Cf.: <http://rede.novaescolaclub.org.br/pdf/textos-ler-escrever.pdf>

meta de longo prazo. Embora as metas para 2030 sejam iguais para toda a rede, as metas intermediárias respeitam o ponto de partida de cada escola. Deste modo, cada escola possui metas intermediárias próprias, ou seja, metas anuais que consideram as peculiaridades e possibilidades de cada escola. (SÃO PAULO, 2010, p.8)

Anualmente, a Secretaria de Estado da Educação elabora e divulga os índices de cumprimento das metas pelas escolas através do *Boletim da Escola*. Esses índices se referem à parcela da meta que a escola cumpriu no ano analisado.

A bonificação oferecida aos professores está diretamente ligada ao cumprimento dessas metas. Desta forma, o pagamento é proporcional a quanto à escola cumpre da meta estipulada.

O recebimento do bônus, por parte dos professores, tem como critério o cumprimento da meta estabelecida pelo IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) para a escola onde o professor leciona. O IDESP – versão estadual do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) - é um indicador utilizado, entre outras coisas, como uma das variáveis para a bonificação dos professores. Esta bonificação é a somatória de diferentes critérios, dentre eles, o desempenho nas avaliações de larga escala, frequência do aluno, evasão escolar, reprovação, assiduidade, entre outros. Sendo assim, a bonificação não é uma incorporação ao salário base, podendo variar de um ano para outro.

O ponto mais crítico dessa bonificação é o fato de que o sucesso ou fracasso da educação está vinculado única e exclusivamente ao trabalho do professor, quando, de fato, depende de outras condições sociais e educacionais.

Na Rede Estadual de Ensino, observa-se que ainda hoje – apesar de a capacitação oferecida, atrelada a ênfase dada na divulgação do Programa - nem todos os professores conhecem realmente os objetivos e as implicações do Ler e Escrever para o processo de aquisição da escrita, mesclando, em suas práticas, orientações dos Guias de Planejamento com métodos tradicionais de alfabetização.

Dessa forma, torna-se necessário além de analisar o Programa Ler e Escrever a partir da sua documentação legal, analisar a compreensão que os professores da Rede Estadual de Ensino têm sobre esse Programa, a fim de analisar a qualidade e receptividade desta Política Educacional.

## 2.3. ESTUDOS RECENTES SOBRE O LER E ESCREVER

O Programa Ler e Escrever, em especial a perspectiva dos professores da Rede Estadual Paulista acerca do processo de implementação dessa política educacional, é o objeto de estudo desta dissertação.

Para tanto, realizou-se, inicialmente, um levantamento bibliográfico no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), utilizando-se o descritor “*Programa Ler e Escrever*”.

Apesar de a busca por estudos recentes relacionados ao Programa Ler e Escrever ter sido uma das primeiras etapas da pesquisa – essa análise bibliográfica serviu para entender o panorama das pesquisas realizadas até o presente momento – acredita-se que este seja o espaço adequado dentro desta dissertação para expor seus resultados. Desta forma, as informações aqui detalhadas servirão de base para as análises das entrevistas expostas no próximo capítulo.

Da primeira busca realizada, encontramos 42 trabalhos sobre o Programa Ler e Escrever. A consulta de algumas destas pesquisas, nos permitiu verificar que nem todos os trabalhos utilizaram o termo *Ler e Escrever* como o nome específico de um Programa Educacional do Governo Estadual de São Paulo, mas como objetivos de alfabetização como um todo.

Refinamos os resultados obtidos, utilizando os critérios dos Programas “Educação” e “Educação: História, Política e Sociedade”. Foram encontrados, então, 19 trabalhos<sup>21</sup>. Estas pesquisas podem ser resumidas assim: a) Dos dezenove trabalhos, seis tratam do Programa Ler e Escrever no âmbito da prática Docente, através do cotidiano pedagógico, das escolhas didáticas e da padronização do trabalho docente; b) Seis trabalhos discutem a formação de professores no Programa Ler e Escrever; c) Dois trabalhos analisam a matemática no Programa Ler e Escrever, a partir do Projeto EMAI (Ensino da Matemática nos Anos Iniciais); d) Três trabalhos analisam o Material Didático oferecido pelo Programa, a partir de sua fundamentação e análise de conteúdos; e) Um trabalho vai falar sobre a Consciência Fonológica no processo de alfabetização; e f) Um trabalho trata da supervisão de ensino no Programa Ler e Escrever.

Este detalhamento pode ser observado no quadro a seguir:

---

<sup>21</sup> Com base no levantamento realizado, elaborou-se um quadro síntese dos trabalhos que pode ser encontrado no anexo I.

**Quadro 1 – Pesquisa (Dissertações e Teses) sobre o Programa Ler e Escrever, com indicação do tema e aspecto principal.**

Tema	Aspecto Principal	Quantidade
<b>Prática Docente</b>	1. Relação com os Saberes da Prática do Programa Ler E Escrever	1
	2. A Padronização do Trabalho Docente	1
	3. Escolhas Didáticas na Alfabetização	2
	4. Estudos sobre os Impactos do "Programa Ler e Escrever"	1
	5. O Cotidiano Pedagógico de Professores Coordenadores	1
<b>Formação de Professores</b>	1. Formação Continua para Professores Alfabetizadores	3
	2. Processo Formativo do "Programa Ler e Escrever"	2
	3. A Relação Dos Professores Alfabetizadores Com o Saber no Contexto do Programa Ler e Escrever	1
<b>Ensino da Matemática</b>	1. Trabalho com Jogos e a Matemática no Programa Ler e Escrever	1
	2. Avaliação da Aprendizagem Matemática	1
<b>Material Didático</b>	4. Análise da Fundamentação dos Materiais Didáticos do Programa Ler e Escrever.	1
	5. Pontos e Contrapontos do Material Didático do Programa Ler e Escrever.	1
	6. Análise dos Conteúdos de Língua Portuguesa do Programa Ler e Escrever.	1
<b>Consciência Fonológica</b>	1. A Consciência Fonológica e o Programa Ler e Escrever	1
<b>Supervisão de Ensino</b>	1. As Atribuições do Supervisor de Ensino no Programa "Ler e Escrever"	1
<b>Total</b>		<b>19</b>

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos trabalhos analisados.

Analizando o quadro síntese dos trabalhos encontrados, identificamos que dos dezenove: a) Dezoito trabalhos são dissertações; e b) Um trabalho é tese.

Ao optar apenas pelo indicador “Educação: História, Política e Sociedade”, as pesquisas foram reduzidas a dois resultados. a) CONSTÂNCIO. *A padronização do trabalho docente: crítica do Programa Ler e Escrever* (2012); b) MOLINARI. *Escolhas didáticas de uma professora alfabetizadora* (2010), que tratam especificamente do Programa Ler e Escrever enquanto Política Educacional.

Buscando os resultados de pesquisas recentes realizadas na área acadêmica com relação ao Programa Ler e Escrever em suas diferentes perspectivas - como formação docente, prática pedagógica, material didático, avaliação, dentre outros - foi possível traçar um panorama que auxiliou na compreensão do objeto de estudo e suas variantes.

Segundo o documento oficial do Governo do Estado de São Paulo:

Mais do que um programa de formação, o Ler e Escrever é um conjunto de linhas de ação articuladas que inclui formação, acompanhamento, elaboração e distribuição de materiais pedagógicos e outros subsídios, constituindo-se dessa forma como uma política pública para o Ciclo I, que busca promover a melhoria do ensino em toda a rede estadual. Sua meta é ver plenamente alfabetizadas, até 2010, todas as crianças com até oito anos de idade (2<sup>a</sup> série/ 3º ano) matriculadas na rede estadual de ensino, bem como garantir recuperação da aprendizagem de leitura e escrita aos alunos das demais séries/anos do Ciclo I do Ensino Fundamental. (SÃO PAULO, 2008, p.1)

Quando pensamos o Programa Ler e Escrever, na perspectiva dos documentos oficiais, a orientação do professor coordenador é que garante a qualidade do trabalho em sala de aula. Conforme encontramos em Molinari (2012, p.6): “Ele é o responsável por preservar a concepção de aprendizagem de o Programa Ler e Escrever, ajudando o professor a priorizar conteúdos e exercícios disponíveis no material de apoio”, e continua “Nos horários destinados às reuniões de Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), os professores recebem a formação continuada para esse fim”.

Molinari (2012, p. 9) ainda descreve que:

Trabalhar com o Programa não é uma escolha individual. Há uma sequência didática<sup>22</sup>, adotada com autonomia pela escola, mas que depois de adotada, deve ser seguida por todos os professores. Não há escolha sobre o currículo, apenas sobre a forma a ser trabalhada. O que não quer dizer que o professor tenha tanta autonomia para trabalhar o conteúdo da maneira que quiser. Quem garante a forma adequada é a professora coordenadora, por meio de reuniões semanais.

Com relação aos encontros semanais de formação do corpo docente, Constâncio (2012, p. 29) mostra que estes tem, em sua maioria, um caráter de treinamento, visto que pauta-se:

[...] exclusivamente em orientações sobre a utilização do material didático do Programa Ler e Escrever, com ênfase nos procedimentos corretos a serem desenvolvidos para que as expectativas propostas no currículo unificado sejam atingidas; não há momentos para a reflexão sobre o conteúdo do material didático ou um estudo acerca da sua organização; em suma, ele é considerado como o ideal.

Assim, os encontros de formação resumem-se, basicamente, em discursos acerca da eficácia do Programa Ler e Escrever para a alfabetização dos alunos, desde que as orientações presentes nos Guias de Planejamento e Orientações Didáticas sejam seguidas.

Com relação à formação para o trabalho em salas de aula de alfabetização, aparecem críticas, também, com relação ao papel do aluno-pesquisador, do projeto conhecido como Bolsa Alfabetização. Estas críticas questionam o fato de que a existência de um aluno universitário em sala de aula, com o objetivo de colaborar com o professor na tarefa de alfabetizar, seja propositalmente divulgada como a existência de um segundo professor em sala de aula. Nesse sentido, Constâncio (2012, p. 30) afirma que:

---

<sup>22</sup> Sequência Didática é um processo encadeado de passos, visando à elaboração de forma organizada, para tornar mais eficiente o processo de ensino e aprendizagem de produção de textos orais e escritos. Tendo como finalidade facilitar e ajudar o aluno para uma leitura e escrita mais adequada a uma dada situação comunicativa (SOUZA, SANTOS & BARBOSA, 2016, pp. 3-4).

Compreendemos esse projeto como um mecanismo político-ideológico, porque em vez de a Secretaria de Estado da Educação diminuir o número de alunos por sala, a fim de possibilitar ao professor ocupar-se utilmente de cada aluno, dando a atenção necessária para que o processo de alfabetização seja eficiente, ela insere alunos universitários atribuindo a eles uma função para qual, muitas vezes, podem não estar preparados.

O referido Programa está sustentado em uma concepção de aprendizagem construtivista – pelo menos em seus documentos oficiais – que “considera o aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, pois ele aprende nas mais diversas situações nas quais é chamado a resolver problemas significativos que lhe demandem elaborar ideias e hipóteses próprias” (Camacho, 2010, p. 45).

A proposta do programa se concentra principalmente na psicogênese da língua escrita, tomada pelo viés específico das hipóteses de escrita descritas por Ferreiro e Teberosky (1984): pré-silábico, silábico, silábico alfabetico e alfabetico. Sendo esses momentos conceituais de escrita que possibilitam ao professor não só fazer um bom diagnóstico do seu grupo, como também propor atividades estrategicamente formuladas para investir na progressão do conhecimento. (CAMACHO, 2010, p. 45).

Contudo, ao analisarmos as pesquisas com relação ao material didático utilizado pelo Programa Ler e Escrever, também são percebidas críticas com relação, principalmente, a concepção de alfabetização que é adotada. Constâncio (2012), ao analisar o material didático, nos esclarece que é possível identificar que a alfabetização passa a ser entendida, em alguns momentos, como mero domínio de códigos escritos.

Outro ponto que chama a atenção quanto à análise do material didático está relacionado ao uso de materiais específicos – que podem ser comparados às cartilhas utilizadas na concepção tradicional – e que servem, muitas vezes, para engessar o trabalho docente, determinando o que deve ser trabalhado e em quais momentos, fugindo do que propõe a concepção construtivista.

Quanto à avaliação do rendimento dos alunos, o Programa Ler e Escrever se baseia nas orientações feitas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Desta forma, as atividades das provas são parecidas com as sugeridas pelo programa, e a verificação dos resultados é feita a partir de projeções de metas.

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) foi criado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), em 2007. Sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovações escolares (obtidos no Censo Escolar) e médias de desempenho nas avaliações do INEP, SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e a Prova Brasil. (BRASIL, 2010)

No Estado de São Paulo há, também, o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). Esta avaliação é aplicada todos os anos, desde 1996, nas escolas da rede estadual de ensino, na rede municipal e nas escolas particulares que se inscrevem. A metodologia é parecida com o SAEB e Prova Brasil, e serve para avaliar o rendimento dos alunos em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências – desde 2008.

Dos resultados destes levantamentos bibliográficos realizados, consideramos a relevância de investigar a perspectiva e compreensão dos professores da Rede sobre a implementação do Programa Ler e Escrever no Estado de São Paulo, e o seu uso durante as aulas.

## CAPÍTULO 3

# A VOZ DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO

O Programa Ler e Escrever, objeto de análise desta pesquisa, representa uma das tentativas da Rede Estadual de Ensino de São Paulo de reverter o quadro de precariedade das escolas públicas, principalmente no que diz respeito à alfabetização.

Este capítulo apresentará a análise das entrevistas qualitativas realizadas com um grupo de professoras da Rede Estadual de Ensino de São Paulo, mais precisamente de escolas localizadas na Zona Norte, acerca das suas compreensões com relação ao processo de implementação do Programa Ler e Escrever e como essa compreensão é percebida, por elas, como impactante em seu trabalho.

Para tanto, com base no material destinado à formação e uso pelos professores para o trabalho com o Programa - o Guia de Planejamento e Orientações Didáticas - elaboramos um roteiro de entrevista<sup>23</sup> que servirá como base para as discussões realizadas neste capítulo.

A entrevista tem como objetivo conhecer a compreensão dos professores entrevistados com relação ao processo de implementação do Programa Ler e Escrever na Rede Estadual Paulista e o impacto dessa Política Educacional nas salas de aula e sua incorporação nas rotinas pedagógicas.

Desta forma, o roteiro de entrevistas está dividido em três tópicos principais:

- 1) Formação Geral;
- 2) Políticas Públicas Educacionais;
- 3) Programa Ler e Escrever.

O primeiro tópico, com relação à Formação Geral, tem como objetivo principal traçar um perfil dos professores entrevistados, a fim de compreender suas formação acadêmica e suas trajetórias profissionais, dentro e fora da Rede Estadual de Ensino de São Paulo.

---

<sup>23</sup> O roteiro elaborado para as entrevistas com os professores da Rede Estadual Paulista pode ser observado no Anexo II.

No segundo tópico, Políticas Públicas Educacionais, o professor dissertará sobre as suas impressões com relação às políticas destinadas ao campo educacional, principalmente no âmbito estadual. Além disso, dará a sua perspectiva com relação às avaliações em larga escala, principalmente o SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) e a relação deste com o sistema de bonificação dos professores da Rede.

O terceiro e último tópico vai tratar especificamente do Programa Ler e Escrever. Principalmente a maneira como se deu a formação dos professores para a implementação do Programa nas salas de aula, bem como o recebimento e uso do Guia de Planejamento e Orientações Didáticas pelos professores. A análise deste guia irá se dividir em quatro blocos, conforme o sumário do próprio material: 1) Conceitual; 2) Expectativas de Aprendizagem; 3) Rotina Pedagógica; 4) Situações de Aprendizagem.

Estes blocos ainda se subdividem em tópicos que auxiliam nas suas compreensões. O bloco Conceitual está divido em: a) Concepções de alfabetização; b) Intervenções pedagógicas. O objetivo destes tópicos é conhecer as concepções de alfabetização com o que professor entrevistado mais se identifica, bem como detalhar as intervenções pedagógicas que este utiliza em sua prática educacional.

O bloco das Expectativas de Aprendizagem se divide em: a) Processos de Avaliação; b) O que fazer com os alunos que não avançam. Este bloco tem como objetivo compreender como o professor utiliza as avaliações ao longo do processo ensino-aprendizagem e o que o material do Programa orienta que seja feito com os alunos que não avançam no processo de aquisição da leitura e escrita.

A Rotina Pedagógica é compreendida no terceiro bloco, e tem como objetivo principal conhecer as mudanças na rotina das salas de aula da Rede Estadual de Ensino de São Paulo, depois da implementação do Programa Ler e Escrever.

O bloco das Situações de Aprendizagem aparece dividido em: a) Atividades Permanentes; b) Projetos; c) Sequências Didáticas. Aqui, o professor deverá comentar sobre as orientações presentes no Guia de Planejamento e Orientações Didáticas e a maneira como ele as incorpora nas rotinas pedagógicas. Neste tópico, cabe também o julgamento do professor com relação às implicações, positivas ou negativas, dessas situações de aprendizagem no processo de construção do conhecimento por parte dos alunos.

Para atingir o objetivo desta pesquisa, foi elaborado um questionário<sup>24</sup> contendo 20 questões que abrangem de maneira geral o roteiro pré-estabelecido.

O grupo – heterogênio – de professoras para a entrevista foi selecionado a partir de alguns critérios básicos: 1) Ser professor da Rede Estadual de Ensino de São Paulo, mais precisamente de escolas localizadas na Zona Norte do município de paulistano; 2) Utilizando o critério da disponibilidade.

Em decorrência do tempo curto para a realização da pesquisa como um todo – o Mestrado em Educação tem duração de apenas dois anos, a contar da data de ingresso – optamos por realizar as entrevistas via e-mail, de modo a facilitar a participação dos professores, visto que muitos não tinham disponibilidade para encontros presenciais. Desta forma, o questionário contou com perguntas objetivas e dissertativas, que contribuíam para que o professor fizesse suas contribuições, falando sobre suas práticas e seguindo o roteiro pré-estabelecidos.

Inicialmente, foram distribuídos 10 questionários aos e-mails enviados por candidatos que se disponibilizaram a responder à pesquisa. Entretanto, destes, obtive resposta de apenas 5 professoras que responderam às perguntas enviadas – coincidentemente todas mulheres.

Apesar de explicar, antecipadamente, que as identidades dos entrevistados seriam mantidas em sigilo – o entrevistado usaria um nome fictício – percebi que, ainda assim, os professores possuem grande resistência em colaborar com pesquisas que tratam de suas práticas; talvez por receio de serem avaliados.

### **3.1. A FORMAÇÃO GERAL DOS PROFESSORES ENTREVISTADOS E SUAS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS**

Realizamos entrevistas porque demonstramos interesse nas histórias e vivências das outras pessoas. Para Seidman (1991, p.), “temos interesse pelo outro, por suas histórias, reflexões, ordenamentos dos fatos e acontecimentos”; e este seria o principal motivo de entrevistarmos em nossas pesquisas.

---

<sup>24</sup> O questionário elaborado para as entrevistas com os professores da Rede Estadual Paulista pode ser observado no Anexo III.

O questionário foi iniciado com duas questões abrangentes sobre a formação acadêmica e a trajetória profissional dos entrevistados, a fim de traçar um perfil das professoras que responderam às perguntas e entender, a partir do lugar de onde falam, as suas concepções.

A questão inicial tratava da formação acadêmica, buscando abranger aspectos como: a) Se realizou magistério; b) se possui formação superior e em qual área; c) se possui pós-graduação e qual a área; d) outros cursos que contribuíram para a formação.

Minha formação acadêmica se iniciou com o curso de Magistério no Colégio Chafic Jábalí, em seguida realizei o curso de Pedagogia na UNG, mas não finalizei, retornando em 2011, na Universidade Anhanguera (concluí em 2014). Realizei Pós-graduação em Psicopedagogia e atualmente estou cursando Pós em Educação, Diversidade e Inclusão Social, pela Faculdade Campos Elíseos. (Giselle Correa)

Cursei o Ensino Médio (Magistério) na EMEF Prof. Derville Allegretti e Faculdade de Pedagogia na Universidade de São Paulo. Frequentei dois anos de pós-graduação em História na PUC, porém não concluí (não realizei o trabalho de conclusão do curso). Procuro me manter constantemente em estudo formal nas mais diversas áreas (de educação física à astrologia, passando por música e literatura), pois acredito que quanto mais ampliamos nosso campo de visão mais conteúdos teremos para nossa própria formação/evolução pessoal e profissional. (Ana Cecília)

Fiz Magistério com especialização na Pré-escola. Cursei Pedagogia. participei de formações oferecidas pela Secretaria da Educação de SP como: Letra e Vida, Ler e Escrever na formação de Professor Coordenador, Ensino da Matemática nos Anos Iniciais, e PNAIC de Matemática. (Marta)

Não fiz magistério e sim colegial normal, pois na época não tinha interesse em ser professora. Sou formada em Pedagogia com habilitação para lecionar nas séries iniciais do Ensino Fundamental I e Administração Escolar e pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Educacional. (Simone)

(Realizei) Magistério (extinto CEFAM – Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério). Superior (em) Pedagogia - Mackenzie. Pós Graduação em Psicopedagogia – Uninove, e Inclusão – Unesp. Extensão Universitária em Distúrbios do Desenvolvimento – Mackenzie. Curso (de) LIBRAS (inicial, intermediário e avançado). (Rafaelle Rocha)

Com relação à trajetória profissional, cada professora respondeu o questionário a seu modo, delineando o caminho que percorreram até o dado momento. Nesta questão, solicitei que levantassem aspectos como: a) o tempo que trabalha na área educacional; b) se já trabalhou na rede privada de ensino e quais cargos ocuparam; c) se possui envolvimento em sindicatos; d) outras informações que achassem pertinentes.

Atuo na Educação há 7 anos. Atualmente, no período da manhã, estou como professora efetiva na EE Prof.<sup>a</sup> Maria Angelita Sayago de Laet, 2º ano. No período da tarde, 1º ano na Rede Particular. No Estado estou há 5 anos e na rede particular há 3 anos. (Giselle Correa)

Trabalho em escola desde 1994. Comecei como auxiliar de classe em uma escola particular do bairro e neste mesmo local exercei função de professora ainda durante a formação no magistério. Em 1997, ano que ingressei na faculdade de Pedagogia, passei em concurso para trabalhar como educadora na Creche Central da USP – o curioso deste local é que o nome do cargo era “técnico de apoio educativo” o que nos fazia perder muitos direitos apesar de estarmos amparadas por um forte sindicato. Esta batalha pelo ajuste na nomenclatura da função dura até hoje. Concomitantemente fui bolsista da FAPESP pela ECA trabalhando na biblioteca da Creche Oeste (que está sendo fechada este ano pela administração atual do campus). Desde 1992 sou funcionária pública da prefeitura de São Paulo (filiada a dois sindicatos) e desde 2006, funcionária pública do estado de São Paulo (sem filiação sindical). Passei em concursos para coordenadora e diretora, mas prefiro mesmo permanecer na sala de aula! Já

lecionei para todas as séries de ensino do fundamental I. (Ana Cecília)

Sou professora do Ensino Fundamental I há 25 anos na Rede Estadual de Ensino, exercei a Função de Professor-coordenador durante 5 anos e 6 meses, e há 3 anos e 6 meses sou professora na Rede Municipal de Ensino, no cargo de Professor de Educação Infantil. (Marta)

Iniciei a minha carreira como professora na Rede Privada de Ensino em 2005 e após passar em um concurso público da Rede Estadual de Ensino assumi o cargo e me dediquei integralmente ao mesmo.

(Simone)

Leciono a 19 anos, sendo 10 na rede particular de ensino e 9 na rede pública de São Paulo (Estadual e Municipal). Destes, 4 anos foram dedicados a coordenação pedagógica na rede estadual de SP, 6 anos como professora de Educação Infantil, 9 anos professora do ensino fundamental I. Sou sindicalizada no Estado e Prefeitura, muitos anos como representante sindical nas escolas em que atuei. Atuei como formadora do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PENAIC) nos anos de 2013 e 2014. Participei do Projeto Piloto de correção das Avaliações do SARESP pela VUNESP em 2013 e nas efetivas correções até 2015. Autora e Tutora desde 2016 de cursos no ambiente virtual. Palestrante em cursos de Jogos e Alfabetização para docentes. Contadora de Histórias em serviços voluntários. (Rafaelle Rocha)

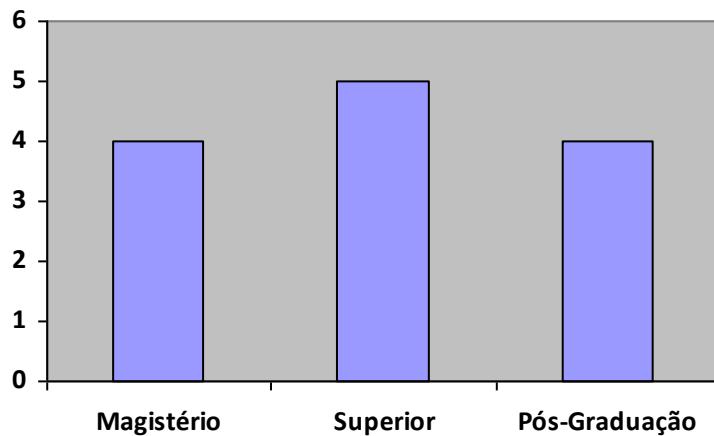
Analizando as questões que norteiam a formação acadêmica e atuação profissional dos professores entrevistados foi possível perceber que o perfil das professoras é bem diversificado, contribuindo, desta forma, para que as respostas obtidas ao longo da entrevista sejam de perspectivas diferentes.

Das professoras entrevistadas, todas possuem formação superior no curso de Pedagogia. Contudo, apenas quatro professoras possuem o Magistério; e apenas três possuem pós-graduação – uma professora não possui e a outra professora,

apesar de cursar a pós-graduação não concluiu (faltou apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC). Conforme mostra o gráfico abaixo:

**Gráfico I – A Formação dos Professores Entrevistados**

---



Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

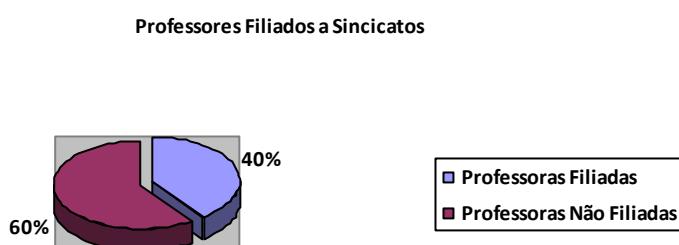
Algumas professoras possuem experiência na área educacional há muitos anos, enquanto outras iniciaram como professoras recentemente. É possível perceber, também, que todas as entrevistadas – exceto a professora Marta – trabalharam na Rede Privada de Ensino, desenvolvendo trabalhos em escolas particulares.

Contudo, apenas duas das professoras – Ana Cecília e Rafaielle – citaram a filiação em sindicatos. Uma sendo filiada a dois sindicatos na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, e a outra filiada tanto na Rede Municipal quanto na Rede Estadual de Ensino Paulista, respectivamente. Segue gráfico ilustrativo:

**Gráfico II – Professores Entrevistados Filiados a Sindicatos**

**Gráfico em Porcentagem (%)**

---



### **3.2. VISÃO GERAL SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

As questões relacionadas neste segundo tópico da entrevista buscam entender, de maneira ampla, a visão geral que as professoras entrevistadas têm em relação às Políticas Educacionais, mais precisamente as implementadas no Estado de São Paulo.

Muitas vezes os professores [...] não se sentem preparados para desempenhar o seu papel, ora porque durante o seu processo de formação inicial os saberes adquiridos estavam aquém das exigências expressas pelas atuais políticas educacionais, ora porque o local em que ele atua, a forma como ainda entende o processo educacional também se apresenta em defasagem em relação às propostas educacionais atuais. (EMILIANO, 2008, p.2)

Segundo Célia Lima Emiliano (2008), é possível perceber a influência das políticas educacionais na constituição da identidade profissional e pessoal do professor, conforme ela traz em sua pesquisa:

É praticamente impossível não levar em conta a influência que as Políticas Educacionais exercem na formação da identidade do professor. Esse profissional está sempre em movimento, construindo valores, estruturando crenças, tendo atitudes, agindo em razão de um eixo pessoal que o distingue dos outros. Associado a tudo isso estão as motivações, os interesses, as expectativas e todos os elementos multideterminantes do modo de ser do professor. (2008, p.9)

Para tanto, foi perguntado: “*Qual a sua compreensão sobre as Políticas Públicas, principalmente no âmbito educacional? (Disserte sobre uma visão geral: qual a importância destas para a educação, qual o papel do professor na execução dessas políticas, sua opinião sobre as políticas educacionais no Brasil, principalmente na Rede Estadual Paulista)*”.

A professora Ana Cecília, nos mostrou em sua resposta, grande esclarecimento político ao citar que:

Quando utilizo o termo PÚBLICO tanto na fala quanto em minha prática, penso no literal PARA TODOS. Sou uma defensora nata da escola pública, pois considero riquíssima essa possibilidade de atendermos com excelência pessoas de diferentes classes sociais, nacionalidades e capacidades cognitivas. Portanto, a gestão deveria nos dar subsídios para cumprirmos nosso objetivo. Na prática, no entanto, não é o que presenciamos. Há muitas escolas não adaptadas fisicamente e falta muito material físico e, principalmente, humano para a realização do trabalho. Sobre o Governo do Estado, que apresenta muitas “metas” a serem alcançadas em relação ao aprendizado dos alunos, sinto que não há muita reciprocidade, cobra-se muito e oferece-se bem pouco. Apesar de alguns cursos de formação ser oferecidos, percebo que são insuficientes, pois há anos são os mesmos assuntos trabalhados. Não há atualização. Nem vou citar o salário e a valorização dos professores. Não há livros didáticos e de apoio suficientes, material de papelaria básico (como papel sulfite), as máquinas de Xerox foram recolhidas ano passado e... nem papel higiênico temos este ano! Os professores fizeram “vaquinha” para comprá-lo! Algumas escolas estão com merenda insuficiente para atender os alunos que muitas vezes têm na escola a única refeição do dia. Os professores cumprem suas tarefas muito melhor do que os subsídios públicos que recebem. Não há muitas gestões democráticas nas escolas estaduais. As famílias permanecem ausentes das decisões. Muitas coisas são censuradas ou tolhidas, pois o currículo vem pré-estabelecido. (Ana Cecília)

A professora Rafaille também traz a sua contribuição, ao determinar que as Políticas Públicas se tornem principal instrumento para garantir um ensino de qualidade. Segundo ela:

Partindo do pressuposto que a educação é um direito de todos, necessitamos de políticas públicas que garantam não só atendimento com qualidade dos educandos, bem como, a permanência dos mesmos.

Para nós professores, é fundamental conhecer as políticas públicas vigentes para lutar pela sua efetivação e qualidade e alcançar o objetivo almejado.

Hoje no Brasil existem algumas ações que o governo promove na educação cujo foco é incentivar o ensino de qualidade e oportunidades para todos. Às vezes, o objetivo não é alcançado, mas é primordial continuar buscando a melhoria da qualidade da nossa educação. (Rafaelle)

Esta mesma professora ainda determina a importância de os professores conhecerem as políticas públicas vigentes, de modo a lutarem pela sua efetivação e qualidade para alcançar os objetivos propostos. Nesse sentido, a professora Simone completa, dizendo que, ainda hoje, os professores participam pouco e muitas vezes desconhecem estas políticas:

Sabendo que as políticas públicas são ações coletivas que visam à orientação e garantia de direitos perante a sociedade, no qual envolve compromissos e tomadas de decisões que almejam determinadas finalidades, as ações governamentais devem ser sempre planejadas com objetivos, metas, efeitos e com efetividade, porém o professor participa pouco e desconhece muitas vezes as políticas públicas educacionais do nosso país. (Simone)

Nesse sentido, apesar de os professores serem os protagonistas e executores das Políticas Educacionais, muitos ainda se sentem anulados durante o processo de elaboração das mesmas. Passando a serem, muitas vezes, meros executores das propostas já estabelecidas.

Essa realidade, muitas vezes, contribui para que as propostas estabelecidas pelos Programas voltados à educação sejam cada vez mais distantes dos contextos apresentados nas salas de aula brasileiras, dificultando, assim, o envolvimento dos alunos e professores na implementação das Políticas Educacionais.

Quando são lançadas, as políticas educacionais vem acompanhadas de intenções em relação à formação dos seres humanos. Contudo, a simples existência de políticas educacionais não é suficiente para formar um sujeito histórico e social. Torna-se necessário que estas políticas sejam efetivadas na realidade das escolas públicas. Freire (2005, p.25) nos traz que:

O conhecimento mais sistematizado é indispensável; esse conhecimento deve percorrer os caminhos da prática. Esse percurso, ele é imediato: o conhecimento se dá à reflexão dos corpos humanos que estão se revestindo e lutando, estão aprendendo e tendo esperança.

Ainda em relação à visão geral das professoras entrevistadas, foi perguntada qual a opinião das mesmas no que diz respeito às avaliações em larga escala: “*Qual a sua opinião com relação às avaliações em larga escala, por exemplo o SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo)? Você acredita que estas avaliações contribuem, de fato, para a Educação? Qual o papel do professor na execução dessas provas? De que modo o Estado se utiliza dos resultados destas para melhorar, ou não, o sistema educacional? (Disserte levando em consideração a sua visão sobre o que é avaliação, e identifique-a)*”.

Com relação às avaliações em larga escala, mais precisamente o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) é necessário definir que:

O documento que cria a avaliação do sistema educacional paulista, a Resolução n. 27, estabelece que o SARESP tem por objetivo avaliar o desempenho dos alunos dos ensinos fundamental e médio da rede estadual e oferecer subsídios à Secretaria Estadual de Educação nas tomadas de decisão quanto às políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade da educação. (PINTO, 2013, p. 6)

Com relação a este tema, os professores foram praticamente unânimes ao dizer que não acreditam que as avaliações em larga escala sejam, de fato, positivas para a educação.

Considero o SARESP uma das piores práticas educativas que já presenciei. Além de não haver participação dos professores no processo de elaboração das provas, ele vai contra tudo o que acreditamos ser uma boa avaliação: não respeita os diferentes modos de aprender e responder ao conhecimento adquirido dos alunos, muito menos as etapas e o processo de

aprendizagem. Tem acontecido nos últimos anos uma prova chamada “Avaliação da Aprendizagem em Processo”, nos mesmos moldes do SARESP, que visa medição de dados e não a aprendizagem em si. E o pior, as escolas que atingem a meta de forma muito satisfatória acaba sendo prejudicada, pois no ano seguinte terá um número muito alto a atingir. Ou seja, excelentes escolas, que têm um bom índice na prova e nos ensino real, não recebem o tal “bônus” por não atingirem, muitas vezes EM DÉCIMOS a meta estipulada. Essa escala numérica tosca utilizada para qualificar todo um trabalho realizado durante a etapa do ensino fundamental I é no mínimo irracional e incoerente, já que não serve para absolutamente nada, afinal o resultado é divulgado quando os alunos já nem pertencem mais à escola e não podemos rever conteúdos que ficaram defasados para a turma. Em minha opinião, essa é a real função da avaliação. (Ana Cecília)

Em minha opinião o SARESP não veio pra medir só rendimento dos alunos e sim para monitorar o trabalho do professor. Acredito de contribui em parte, pois na maioria das vezes, nós professores acabamos virando “treineiros” de atividades voltadas ao SARESP e perdemos o foco do que realmente é a nossa função. Na realização dessas provas o professor não deve intervir, mas na maioria das vezes quando isso não acontece, no caso do 3º ano, os alunos não realizam a contento. Não acredito que sirva para melhorar e sim para monitorar. Minha dúvida é, e sempre será, os resultados apresentados são reais ou não? Para mim a avaliação contínua, do dia-a-dia, professor x aluno, é sempre a real, e é nessa que me baseio. (Marta)

Acredito que o Saresp é uma forma de medir a qualidade de ensino das escolas da Rede Estadual de Ensino, porém uma avaliação em larga escala não é capaz de avaliar as particularidades de cada unidade escolar e os desafios que enfrentam frente aos problemas sociais de cada comunidade.

O Professor tem papel fundamental na execução da avaliação e precisa estar envolvido com a mesma, porém ele não participa da elaboração das avaliações.

O Estado se utiliza dos resultados das avaliações para medir o grau de aprendizagem dos estudantes e para cobrar das escolas mais qualidade de ensino, mas falta suporte e direcionamento para a melhoria do ensino. (Simone)

Se essas avaliações acontecessem de forma diagnóstica, de forma que contemplassem a realidade escolar e social de nossos educandos e após houvesse intervenções pontuais que orientasse gestores e professores em como atuar para que o rendimento e aprendizagem dos alunos se aperfeiçoassem, seria perfeito. Mas na realidade isto não acontece. O governo associou a avaliação ao dinheiro o que causa certa competição entre as escolas, onde o foco (aprendizagem significativa) se perde. Muitos professores e alunos são “massacrados” em nome do “bônus” a qual se pretende. Isso, quando o sistema não é burlado... (Rafaelle)

É possível perceber que os professores possuem uma tendência a não concordar com as avaliações em larga escala, visto que estas medem apenas os resultados obtidos na própria avaliação, não levando em consideração o contexto social em que a escola está inserida, muito menos o contexto individual de cada sala de aula e de cada aluno.

Para Pinto (2013, p. 12):

O problema é que se têm privilegiado as avaliações externas em detrimento de outros tipos e modalidades de avaliação. É importante deixar claro que a avaliação externa se constitui de fundamental importância para o planejamento do ensino quando articulada à avaliação institucional ou à autoavaliação das escolas, e com a avaliação em sala de aula.

Além disso, uma queixa recorrente ao fato de os professores não participarem da elaboração de avaliações como o SARESP e, desta forma, muitas vezes a prova não refletir o conhecimento que vem sendo construído no dia-a-dia da escola.

Alguns argumentos favoráveis à adoção de avaliações em larga escala nas Políticas Educacionais estabelecem que estas:

Responsabilizam professores e escolas pelos resultados obtidos, sendo essa responsabilização considerada um dos maiores benefícios das políticas avaliativas. A prestação de contas do trabalho realizado nas unidades escolares e a responsabilização de gestores e professores pelos resultados fariam com que esses ficassem mais comprometidos em melhorar sua prática e garantir o aprendizado dos alunos, de acordo com os padrões estabelecidos, ao mesmo tempo em que poderiam relativizar a responsabilidade dos governantes. (BAUER; ALAVARSE; OLIVEIRA, 2015, p.4)

As avaliações em larga escala, muitas vezes, deixam de ser vistas como ferramentas auxiliares do processo de ensino-aprendizagem, e passam a ser entendidas como fiscalizadoras do trabalho do professor – principalmente quando estas aparecem vinculadas à bonificação. Dessa forma, os professores são diretamente “culpabilizados” pelos insucessos no processo educativo.

Foi perguntado aos professores, também, sobre a relação estabelecida na Rede Estadual de Ensino de São Paulo, entre os resultados destas avaliações em larga escala – como o SARESP – e o bônus pago aos professores: “*Na Rede Estadual de Ensino de São Paulo, os resultados obtidos através do SARESP estão diretamente ligados ao Sistema de Bonificação aos professores da Rede. Qual a sua opinião com relação a este tema? Você acredita que esta bonificação incentiva à participação dos professores ou apenas mascara os reais resultados? Como é o seu posicionamento diante deste tema? Disserte*”.

Nesse aspecto, os professores são categóricos ao afirmar que:

O modo como o SARESP é aplicado favorece competição entre professores e massacre dos alunos. Estou a alguns anos lecionando para o 5º ano, turma que realiza a prova que vai direcionar o “mérito” da escola receber ou não o bônus. Todo o conteúdo que trabalhei com a turma não é considerado, leva-se em conta apenas o “saber fazer a prova que o Governo manda”. Fica uma pressão insuportável como se esta única prova qualificasse todo o trabalho realizado. Já vi muitos

professores e gestores ensandecidos em dias de aplicação de prova. (Ana Cecília)

Com certeza os resultados obtidos estão ligados a Bonificação e incentiva, mas acredito que também mascara resultados. Não acho adequado que os resultados estejam atrelados a essa bonificação, pois os que recebem muitas vezes no ano posterior não conseguem a meta, já que com o passar dos anos, ela aumenta; em contrapartida os que nunca atingem sempre se desanimam. Enfim, não concordo que a bonificação seja feita dessa forma. (Marta)

A educação não pode ser tratada de maneira objetiva, com base em lucros e resultados, pois o nosso capital é “humano”, o que requer compreender as especificidades humanas, que são complexas e interpretativas. (Rafaelle)

É possível perceber, de um modo geral, a não concordância dos professores sobre a relação entre os resultados do SARESP e a distribuição do bônus aos professores. Muitos acreditam e afirmam que esta relação contribui para que haja uma competição por parte dos professores e, em alguns casos, os resultados são mascarados para que haja o recebimento do bônus.

As professoras Giselle e Simone contribuem dizendo que:

A intenção do processo de avaliar o trabalho do professor dever ser contínuo, porém o instrumento utilizado não é real já que temos unidades escolares bem situadas e com boas comunidades e outras com uma comunidade precária e com um grau muito alto de dificuldade de aprendizagem, onde estes alunos não conseguem atingir nem o mínimo proposto “adequado”. (Giselle)

Eu não concordo com o pagamento da bonificação, pois a responsabilidade sobre os resultados fica vinculada ao professor não levando em consideração as particularidades de cada unidade escolar e sua comunidade. (Simone)

Ambas trazem para a discussão a questão da diversidade de escolas e comunidades que realizam a avaliação em larga escala. Desse modo, as escolas devem ter respeitadas suas particularidades, dificuldades e diferenças sociais e econômicas.

### **3.3. O PROGRAMA LER E ESCREVER: IMPLEMENTAÇÃO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SÃO PAULO**

O terceiro tópico trata especificamente da implementação do Programa Ler e Escrever na Rede Estadual de Ensino de São Paulo e a compreensão que as professoras entrevistadas têm deste processo, bem como as implicações que este programa trouxe para a realidade das salas de aula.

Este tópico se subdivide em quatro blocos, conforme explicado no início deste capítulo. O primeiro bloco trata dos aspectos conceituais, ou seja, quais as concepções de alfabetização que as professoras entrevistadas mais se identificam, bem como a formação dos professores para o uso do Programa.

Esses questionamentos surgem a partir da necessidade de se conhecer a compreensão que as professoras entrevistadas tem das concepções de alfabetização. O professor alfabetizador necessita de posturas teóricas e práticas, tendo preocupação com as reais necessidades dos seus alunos. Com isso, é imprescindível que haja domínio das concepções teóricas para solucionar os problemas apresentados, principalmente na fase da aquisição do sistema de escrita.

Inicialmente é necessário pensarmos sobre o conceito de alfabetização. Para Soares (1989), este conceito pode se desenvolver a partir de dois pontos de vista: o primeiro define o ato de ler e escrever como o “domínio da mecânica” da língua escrita, ou a “codificação da língua oral em língua escrita (escrever) e decodificação da língua escrita em oral (ler)”. Assim, o processo de alfabetização seria simples, mecânico e linear de conversor de fonemas em grafemas e de grafemas em fonemas. Entretanto o segundo ponto define ler e escrever como a “apreensão e compreensão de significados expressos em língua escrita (ler) ou expressão de significados por meio da língua escrita (escrever)”. Sendo, assim, um ato de pensamento (SOARES, 1989, p. 20).

Com relação às concepções de alfabetização, foi perguntada às professoras entrevistadas: “*O Programa Ler e Escrever é uma Política Educacional destinada à alfabetização dos alunos da Rede Estadual de São Paulo. Desta forma, comente sobre a concepção de alfabetização com a qual você mais se identifica. Esta concepção se parece com a fundamentada pelo Programa?*”.

Todas as professoras entrevistadas afirmaram que se identificam com a concepção de alfabetização construtivista. Grande parte destas mesmas professoras identificam, nas propostas do Programa Ler e Escrever, esta mesma concepção. Conforme podemos observar:

O Ler e Escrever é destinado à alfabetização, pois suas atividades são totalmente voltadas a Concepção do Construtivismo, onde o aluno é protagonista na realização do mesmo e o Professor é o Mediador, que orienta e não dá respostas prontas, espera surgirem das dúvidas e questionamentos da turma. (Marta)

Identifico-me com a concepção de alfabetização construtivista, pois a mesma leva o estudante a participar ativamente da construção do seu conhecimento, o aluno reflete, usa o que já sabe, cria, questiona e não apenas decodifica, decora. A concepção com a qual me identifico está fundamentada pelo Programa Ler e Escrever. (Simone)

Entretanto, uma das professoras entrevistadas, apesar de identificar que esta concepção construtivista de alfabetização está fundamentada pelo Programa, nos diz que o mesmo não mantém os mesmos princípios de sua implementação. Desta forma:

Acredito na concepção construtivista de educação, esta concepção estaria fundamentada pelo programa, se este tivesse mantido seu princípio de implementação. O que vejo hoje, no entanto, é que ele se reduz a um nome de livro, não um programa de ensino. “Hoje vou usar o Ler”, dizem as colegas, simplesmente realizando cegamente as atividades do livro, como se fosse uma apostila a ser seguida quando, no entanto, deveria haver nessa fala a intenção “hoje vou aplicar o

programa através das atividades propostas no livro". (Ana Cecília)

Nesse aspecto, é possível perceber que a concepção construtivista presente nos documentos oficiais do Programa escritos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, não se concretiza na prática de todas as salas de aula. Uma vez que, muitos professores, utilizam os materiais disponibilizados pelo Ler e Escrever como *cartilhas modernas* em suas práticas pedagógicas, apenas executando mecanicamente as atividades e propostas ali apresentadas.

Campos (2003, p. 22) salienta que:

Compondo-se com essa situação de carência de material pedagógico, de instalações inadequadas e de preparo insuficiente do pessoal, nota-se uma certa despreocupação com a programação educativa desenvolvida com as crianças. Vários estudos apontam para o descompasso entre as concepções 44 defendidas pelos documentos oficiais de orientação curricular, o discurso das equipes de supervisão, o planejamento das unidades, quando existente, e as práticas observadas no cotidiano.

Com relação à formação que os professores receberam durante o período de implementação de o Programa Ler e Escrever, foi perguntado: "Com relação especificamente ao Programa Ler e Escrever na Rede Estadual Paulista comente como foi feita – ou é feita - a formação do professor para a execução das atividades propostas. Esta formação se deu de qual maneira, em quais horários e espaços? Qual foi a reação inicial do corpo docente ao Programa?".

Ao ingressar no cargo de professora da rede pública estadual lecionava para a 1<sup>a</sup> série (ainda era série), nesta época frequentei as aulas do Programa Ler e Escrever à noite, fora do meu horário de trabalho. Achei bastante interessante e acrescentou muito conhecimento para meu currículo, pois era meu primeiro ano no ensino fundamental, afinal até então só tinha trabalhado na educação infantil. Acredito que não só para mim, mas para várias colegas este curso foi fundamental. No ano de 2006 muitos professores novos integraram a rede, pois

há 20 anos não havia concurso público para ingresso na rede. O que me preocupa, no entanto, é que nestes 11 anos não houve avanços nem atualizações no material didático nem nas formações. Aliás, o que mudou foi para pior, os livros estão piores e as formadoras menos capacitadas. Os textos e atividades dos livros do Programa são inclusive temas das “provas de mérito” dos professores. (Ana Cecília)

Quando comecei a lecionar na Rede Estadual de Ensino em 2008 o programa Ler e Escrever estava sendo implantado, no início houve um pouco de resistência por parte do professorado, pois estavam acostumados a utilizar metodologias tradicionais de ensino, porém aos poucos foram aprendendo a trabalhar com o novo material e a resistência foi diminuindo. Na implantação do material as capacitações ocorriam com mais frequência, existiam formações para os professores nas Diretorias de Ensino e nas reuniões de HTPC, mas com o passar dos anos somente os professores coordenadores recebiam as capacitações nas Diretorias e tinham a obrigação de passar aos professores. Em minha opinião isso não deveria ter acontecido muito pelo contrário as capacitações deveriam permanecer até que toda a Rede estivesse capacitada para trabalhar com o material do Ler e Escrever, pois acontece uma grande rotatividade de professores na Rede e nem sempre todos tiveram a oportunidade de estudar o respectivo material. (Simone)

No início só recebemos o livro e nos foi dito que deveríamos usá-lo, não havia formação específica, só as ATPCs. Depois criou-se um horário de Projeto, onde o professor dos anos iniciais deveriam fazer. Atualmente só temos o horário das ATPCs, mas o Projeto já está há tanto tempo e sem reformulações, que quem já trabalha com ele desde o início não tem dúvidas e já aplica. O problema são os novos professores que não tem nem mais a formação inicial do Letra e Vida, e isso seria essencial. (Marta)

O Coordenador Pedagógico de Cada escola comparece as reuniões semanais de formação de o Programa Ler e Escrever nas respectivas diretorias de ensino. Esta formação é feita

pelos Professores da Oficina Pedagógica e Formadores contratados pela Secretaria Estadual de Educação. Assim, os coordenadores ficam com a missão de transmitir aos seus professores em ATPC a formação do Programa. (Rafaelle)

A formação dos professores durante o período de implementação do Programa Ler e Escrever na Rede Estadual de Ensino de São Paulo é um tópico que gera conflitos em relação às respostas apresentadas pelas professoras entrevistas. Enquanto uma das professoras – Marta – nos diz que em sua escola, no início, houve apenas a entrega dos materiais, sem que houvesse uma formação específica para o uso dos mesmos em sala de aula.

As outras professoras entrevistadas defendem que a formação inicial para o Programa foi de extrema importância, mobilizando as professoras das escolas. Esta formação, conforme pode ser observado nas entrevistas, na sua maioria, ocorreu nos horários de estudo coletivos e eram realizadas pela Coordenadora Pedagógica.

Além disso, perguntamos ainda em relação a esta temática: “*Você, enquanto professor da Rede Estadual de São Paulo, sentiu-se parte da formulação e implementação desta Política Educacional ou apenas um executante? Disserte e exemplifique*”.

Apenas executante. Ao término de vários anos, encaminhamos (via gestão escolar) sugestões de alteração do material, o que não vi realizadas. (Ana Cecília)

Só executei, e no início foi difícil, pois como é baseado na concepção do construtivismo, as comandas foram distorcidas. Eu particularmente consegui realizar, pois participei do primeiro grupo de formação do Letra e Vida, mesmo assim tive muitas dúvidas, aplicava o que sabia, fazia as intervenções necessárias, posso dizer que mesmo assim tive progressos na minha turma. (Marta)

Enquanto professor (*eu*) fui executante, pois não participei da implementação desta Política, apenas recebi orientações para executá-la. (Simone)

Apenas um executante, pois quando ingressei na rede o Programa já acontecia. (Rafaelle)

Apenas um executante. Executo as atividades propostas. (Giselle)

No que diz respeito ao processo de formulação e implementação do Programa Ler e Escrever, enquanto Política Educacional, nas escolas Estaduais Paulistas, a participação dos professores é limitada à mera reprodução das orientações contidas no material distribuído às escolas. Essa reprodução acontece a partir das reuniões de formação – feitas pelos professores coordenadores - para o uso do material didático e a incorporação das diretrizes do Programa nas práticas pedagógicas. Essa formação, da maneira como acontece nas escolas, apresenta um caráter de treinamento e repetição.

Assim, para Bizerra (1996, p.138):

O fato de que as políticas educacionais repercutem mais na escola quando consideradas como instrumentos de medidas administrativas e de alteração de infraestrutura. A alteração na essência do processo educativo, em nível de ação docente, é muito mais influenciada pela formação do professor e pelas suas condições concretas de vida e de trabalho do que pela orientação produzida, induzida ou enviada pela administração da Secretaria. Esse fato põe em evidência que as orientações da Secretaria de Educação não determinam a objetivação do trabalho pedagógico, ou seja, ao declarar as intenções e finalidades do ensino essa instituição não pode avocar para si o controle da ação docente. A própria natureza do trabalho pedagógico comprova que o professor detém, de certa forma, o controle de seu processo de trabalho, na medida em que ele é responsável pelo planejamento, elaboração e execução do ensino na sala de aula.

Isso não significa que as políticas educacionais não chegam à escola ou às salas de aula. De certa maneira elas se tornam conhecidas, mas apenas se concretizam, de fato, quando encontram campo nas expectativas dos sujeitos que

atuam no espaço escolar, ou seja, os professores. Dessa forma, talvez seja necessário convocar estes sujeitos para participar da formulação e da avaliação das políticas educacionais.

O segundo bloco está relacionado às expectativas de aprendizagem. Nesse sentido, procura-se entender como os professores compreendem os processos de avaliação e como as utilizam ao longo do processo de ensino-aprendizagem, bem como o que fazer com os alunos que não avançam nas expectativas, durante o processo de aquisição da escrita e da leitura.

Dessa forma, perguntamos as professoras entrevistadas: “*Segundo as Orientações Didáticas do Programa Ler e Escrever, de que maneira devem ser feitas às avaliações do rendimento dos alunos? Com qual frequência? O que o Programa determina que seja realizado com os alunos que não avançam? Na sua perspectiva, quais as consequências destas práticas para o processo de ensino-aprendizagem?*”.

As avaliações devem ser feitas diariamente através de observações durante as atividades, projetos e sequências. Com os alunos que não avançam, trabalhamos com atividades diversificadas, apoio da coordenação e um olhar diferente para entender o motivo da dificuldade. Acredito no sucesso do processo com essas práticas. (Giselle)

As avaliações devem ser diagnósticas e frequentes, para que possamos acompanhar o desenvolvimento dos alunos e, prioritariamente devemos oferecer modos diferentes de avaliação para que todos os alunos possam “provar” suas habilidades. O que tem acontecido, no entanto, são avaliações externas, apenas para quantificar, e não qualificar o ensino, desconsiderando assim e o trabalho diário de sala de aula. A prática tem entrado em contradição com a própria essência do que nos é proposto. (Ana Cecília)

A Avaliação deve ser feita sempre após a realização das Sequências didáticas e/ou Projetos, nas sondagens mensais, isto é, a avaliação deve ser contínua para que o professor saiba, quando e como avançar com a turma. Os alunos com hipóteses ainda não equivalente ao da turma devem realizar atividades e avaliações de acordo com seus saberes, o professor deve sempre ampliar essas atividades e propor

desafios. Mas existem alunos que demoram mais pra avançar e às vezes só o trabalho do professor não é suficiente, vejo que a Recuperação Paralela ajudava muito nesse trabalho, só que há 2 anos não temos mais esse recurso. (Marta)

Segundo as Orientações Didáticas do Programa Ler e Escrever as avaliações devem ser contínua, ou seja, diariamente. Com os alunos que não avançam o professor faz uma recuperação contínua, diária com estratégias diferenciadas para que os mesmos avancem em seu processo de aprendizagem. As consequências são positivas, pois os alunos são avaliados constantemente com a intenção de se melhorar a prática pedagógica para que todos os alunos avancem, porém no que diz respeito à recuperação contínua é um trabalho árduo para o professor que precisa ministrar diferentes estratégias durante as aulas para dar conta de todos os alunos em seus diferentes níveis de aprendizagem, o que muitas vezes o mesmo sozinho não consegue dar conta. (Simone)

Com relação ao processo avaliativo dos alunos, os professores se utilizam de avaliações diagnósticas – realizadas no início do ano letivo – e avaliações contínuas e processuais – que ocorrem no decorrer das aulas. Dessa forma, o professor observa os avanços particulares dos alunos e identifica as dificuldades apresentadas ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

Segundo as orientações de avaliação presentes no Guia de Planejamento e Orientações Didáticas, o professor do Ciclo I deve realizar, periodicamente, sondagens da aprendizagem dos alunos e classificá-los, de acordo com suas escritas, nos quatro níveis, conforme nos traz Emilia Ferreiro e Ana Teberosky no livro *Psicogênese da Língua Escrita* (1999): “pré-silábico, silábico, silábico alfabético e alfabético”.

O terceiro bloco comprehende a rotina pedagógica e tem como objetivo entender as mudanças na rotina das salas de aula da Rede Estadual Paulista, a partir da implementação do Programa Ler e Escrever. Para tanto, perguntamos: “A proposta do Programa está sendo aplicada na sua escola? De que forma?”.

Sim. Alguns professores ainda frequentam os cursos de formação e utilizamos as sequências didáticas em todos os anos. (Ana Cecília)

Sim. Através dos livros Ler e Escrever. (Giselle)

Sim. Com as atividades propostas nos guias e as formuladas pelos professores, baseadas no programa. (Marta)

Sim. Durante as reuniões de HTPC. (Simone)

Todos os professores entrevistados responderam que as propostas do Programa Ler e Escrever estão sendo aplicadas em suas escolas, em diferentes situações pedagógicas. No entanto, ao serem perguntados se sentiram dificuldades na aplicação destas propostas, obtivemos respostas distintas.

Sim, por exemplo: Governo considera tão essencial o programa e ano passado, por exemplo, não havia exemplares suficientes para todos os alunos. O material que deveria ser consumível teve que ser trabalhado em dupla, pois só havia livros para metade da turma. (Ana Cecília)

Só no início quando não tínhamos claro do que era a Concepção Construtivista. Mas agora é tranquilo. (Marta)

Não, porque participei de capacitações e diversos estudos para à aplicação do mesmo. (Simone)

Outra pergunta feita às professoras entrevistadas foi relacionada às contribuições do Programa para a aprendizagem dos alunos. “*Você acredita que o Programa Ler e Escrever pode contribuir para melhorar o aprendizado dos alunos? Por quê?*”

Sim, desde que não seja a única forma a ser utilizada. O Programa e o material são insuficientes e empobrecidos. (Ana Cecília)

Sim. Apresenta o conceito social da aprendizagem, focada na realidade da nossa sociedade. (Giselle)

Sim, muito, principalmente no que diz respeito a produção de texto. (Marta)

Sim, porque o Programa tem qualidade, está embasado em teorias de pesquisadores e estudiosos de renome na Educação. (Simone)

Ainda em relação à proposta pedagógica e avaliação da prática, perguntamos às entrevistadas como as reuniões com os coordenadores contribuem para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. *“Os professores e coordenadores pedagógicos se reúnem para a discussão da proposta pedagógica e para a avaliação da prática? Em caso positivo, de que forma essas reuniões contribuem para a melhoria da prática pedagógica? Se não, quais as consequências para o processo de ensino-aprendizagem?”*

Em muitos ATPCs o Programa torna-se pauta. O que sinto, no entanto, é que por estar tanto tempo entre nós, o Programa foi banalizado. Muitos professores julgam total domínio sobre o material, o que considero um erro. É um trabalho extremamente difícil e de constante revisão. (Ana Cecília)

Os professores se reúnem nas reuniões pedagógicas e nas reuniões de HTPC para avaliação da proposta pedagógica e para avaliação da prática. Nessas reuniões são discutidos os resultados das Sondagens Diagnósticas, das avaliações realizadas durante os bimestres e também o dia-a-dia de cada turma, com o objetivo de traçar estratégias para a melhoria da aprendizagem. (Simone)

Sim, se reúnem para a discussão, mas sinto-os perdidos na hora de decidir quais intervenções, projetos e atividades utilizar para sanar alguma dificuldade que apareça. (Rafaelle)

Constantemente, na elaboração das rotinas semanais, após a realização das sondagens de escrita e das avaliações realizadas mensalmente. Compartilhar as dúvidas nos faz

refletir sobre a nossa prática e nos ajuda a reformular a mesma. (Marta)

Sim. Essas reuniões nos possibilita expor nossas dificuldades, trocando experiências entre colegas e recebendo direcionamentos e estratégias para continuar a proposta. (Giselle)

O quarto, e último, bloco trata das situações de aprendizagem, de acordo com o que traz o Guia de Planejamentos e Orientações Didáticas, com o objetivo de entender além das atividades permanentes, projetos e sequências didáticas. Além disso, compreender também o julgamento do professor com relação às implicações, positivas ou negativas, dessas situações de aprendizagem no processo de construção do conhecimento por parte dos alunos.

Inicialmente, perguntamos às professoras suas opiniões acerca do material didático disponibilizado pelo Programa Ler e Escrever – tanto os Guias de Planejamento e Orientações Didáticos, quanto os Cadernos de Apoio ao Aluno e o Livro de Textos: “Você considera adequado o modelo de material didático proposto? Por quê?”.

Não. O material está desatualizado e insuficiente para o ensino atual. (Ana Cecília)

Não. Precisa ser reformulado com novas propostas de temas e atividades. (Marta)

Sim. Porque é um material atualizado que apresenta os conteúdos de forma interdisciplinar e dinâmico. (Simone)

Com relação ao material didático proposto pelo Programa, as professoras da Rede Estadual Paulista que foram entrevistadas forneceram respostas contraditórias. Enquanto as professoras Ana Cecília e Marta dizem que o material necessita ser atualizado e reformulado de acordo com o ensino atual; as outras professoras acham o material adequado e, segundo a professora Simone, os conteúdos são dinâmicos e organizados de forma interdisciplinar.

O Programa Ler e Escrever traz, em seu material, orientações que devem ser seguidas e incorporadas às rotinas pedagógicas de modo a atingir os objetivos propostos. Dessa forma: “*O Programa Ler e Escrever determina práticas pedagógicas que devem ser implementadas nas rotinas. Você trabalha de acordo com as orientações do Programa? Por qual motivo? Você acredita que essas práticas trouxeram resultados positivos? Por quê?*”.

Sim, em nossa unidade seguimos as orientações. Essas práticas trazem resultados positivos, pois percebemos a evolução entre uma série e outra. (Giselle)

Sim trabalho, porque primeiro é determinado pela Secretaria da Educação e também porque acredito no Programa que trouxe resultados positivos no que diz respeito à alfabetização no geral, vejo principalmente isso, nas Produções de textos, essa liberdade que eles têm ao escrever, apesar dos erros ortográficos e da pontuação. (Marta)

Sim trabalho, para ter uma rotina mais organizada, não perdendo de vista todos os conteúdos que devem ser trabalhados para alcançar as expectativas de aprendizagem. Essas práticas trouxeram resultados positivos, pois criou uma rotina para o uso de materiais diversos e práticas diferenciadas, como por exemplo, a leitura diária de diversos gêneros textuais, roda de conversa, roda de jornal, etc. Ressalto somente que em algumas unidades escolares as quais eu trabalhei faltavam material para se cumprir as atividades propostas pelo Guia de Orientações como o jornal e revistas diversas por exemplo. (Simone)

Sim. As práticas propostas pelo Programa são frutos de estudos baseados no desenvolvimento dos educandos, contemplando cada fase da alfabetização, na prática e realidade escolar podemos notar isso. Ao final do ano podemos perceber significativo avanço na aprendizagem dos mesmos. (Rafaelle)

Trabalho parcialmente. Sigo sim as orientações, mas, além disso, trabalho com os temas propostos pela comunidade escolar. (Ana Cecília)

Além disso, o Material Didático traz algumas situações de aprendizagem que devem estar presente nas rotinas pedagógicas. Para entender este processo, perguntamos às nossas entrevistadas: “*O material do Guia de Orientações Didáticas destinados aos professores da Rede Estadual Paulista traz algumas Situações de Aprendizagem que devem ser incorporadas à rotina pedagógica. Dentre essas práticas estão as Atividades Permanentes, os Projetos e as Sequências Didáticas. Disserte sobre o modo como você incorpora essas situações em seu planejamento? Aqui, cabe o seu julgamento com relação às implicações, positivas ou negativas, dessas orientações.*”.

Acredito nas práticas de atividades permanente, sequências didáticas e projetos. Trabalho sim com as orientações do Programa, mas procuro sempre ampliar os temas com outros portadores textuais e atividades diferenciadas. Essas práticas trazem resultados positivos, pois provocam maior motivação e envolvimento dos alunos. (Ana Cecília)

Na minha unidade escolar recebemos um direcionamento de rotina onde é contemplado na semana dentre os horários das disciplinas essas práticas. Com o tempo já fazem parte da rotina. (Giselle)

Sempre insiro as Atividades Permanentes, Sequências Didáticas e os Projetos, onde aparecem os estudos de textos, leituras - sejam compartilhadas ou individuais. Muitas vezes é difícil preparar as atividades de acordo com cada agrupamento de alunos, de acordo com suas hipóteses, então faço com todos e procuro fazer as intervenções com esses individualmente. (Marta)

Incorporo as atividades permanentes, os projetos e as sequências didáticas dividindo-as de acordo com o horário de aulas e grade curricular, fazendo as alterações conforme a

necessidade da turma a qual estou trabalhando, considerando o que é mais relevante. (Simone)

O Material do programa está sempre em atualização, formadores e professores da rede estão sempre discutindo a implementação e rendimento das atividades e projetos. Não existe dificuldade em associar todo o material em nossa rotina, pois estão de acordo com a faixa etária e desenvolvimento cognitivo dos alunos, além de temas muito atuais e significativos para eles. (Rafaelle)

Pedimos que as professoras entrevistadas citassem algumas limitações e pontos negativos do Programa Ler e Escrever: “*Cite e justifique algumas, na sua opinião, limitações do Programa Ler e Escrever.*”

É um material difícil de ser trabalhado. Sinto que muitos professores o utilizam de forma errônea ou incompleta. Não são atividades do tipo pergunta e resposta e vejo que muitos colegas não se envolvem suficientemente. (Ana Cecília)

Acredito no Programa, mas como já disse anteriormente, os temas das sequências didáticas e dos projetos, precisam ser reformulados, assim como, os textos. E acredito que se faz necessário a formação dos novos professores. (Marta)

Um ponto negativo são os projetos didáticos de leitura e escrita que fica muito tempo focado em um único gênero textual, isso faz com que o aluno se aprofunde no gênero em questão, mas também se desinteresse com o passar do tempo e também a escassez de formação continuada para o professor. (Simone)

No livro do 2º ano (laranja) o grau de aprofundamento das atividades de alfabetização poderia ser maior. Atividades de produção de texto, segmentação e ortografia ajudariam mais. (Rafaelle)

A falta de mais atividades. A gramática e a ortografia. (Giselle)

Em seguida, pedimos que as professoras entrevistadas citassem alguns pontos positivos do Programa Ler e Escrever: “*Cite e justifique alguns pontos, em sua opinião, positivos do Programa*”.

Orienta os professores e favorece a organização da rotina, isso norteia positivamente nosso trabalho. (Ana Cecília)

Ressalto como pontos positivos a organização do programa com vista de uma participação efetiva do aluno no processo de ensino aprendizagem, o guia de orientações didáticas como um norteador do trabalho do professor, o que leva o mesmo a estudar diariamente, pois se não houver estudo, dedicação e compromisso ele não dará conta de trabalhar com o programa como se deve e também o material ser interdisciplinar e consumível. (Simone)

Os projetos e sequências didáticas são o diferencial deste material, além de interessantes, as crianças ao estudarem os temas propostos aprendem a desenvolver a criticidade, capacidade de opinião própria, oralidade e escrita, muitas vezes de forma curiosa e divertida. (Rafaelle)

A linguagem para os alunos e os direcionamentos para os professores (Giselle)

A estrutura do programa é boa e funcional. (Marta)

Para finalizar, as professoras são questionadas sobre a efetiva contribuição de o Programa Ler e Escrever para a educação, de um modo geral: “*Você acredita que o Programa Ler e Escrever pode contribuir para melhorar a educação pública de modo geral? Disserte.*”.

Pode sim, porém considero que revisões urgentes precisam ser realizadas. Assuntos mais atuais, cursos melhor elaborados para aperfeiçoamento dos professores, maior interdisciplinaridade entre os assuntos. (Ana Cecília)

Sim. Se adaptado com a realidade de cada região. (Rafaelle)

Acredito que de forma geral o Programa Ler e Escrever contribui para melhorar a educação pública, pois se trata de um conjunto de ações direcionadas para os anos iniciais do EF e contempla a formação de professores, a elaboração e distribuição de materiais pedagógicos, entre outros subsídios, visando à melhoria da alfabetização na rede estadual. (Simone)

Acredito que sim, só que ele foi atrelado a Progressão Continuada e isso limita a reprovação que muitas vezes se faz necessária. (Marta)

Não. Precisa ser repensado. A nossa educação evolui em alguns pontos e em outros fica estagnada, as crianças perderam o apoio da família, cada vez mais estão dependentes apenas do apoio escolar. (Giselle)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou entender como um grupo de professores, atuantes na Rede, compreendem o processo de implementação do Programa Ler e Escrever, pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEE, e como essa compreensão é percebida, por eles, como impactante em seu trabalho.

Para tanto, realizamos um mapeamento das recentes produções acerca das Políticas Educacionais com foco no processo de alfabetização, bem como um aprofundamento da análise documental do Programa Ler e Escrever, a partir dos documentos oficiais produzidos pela Secretaria. Finalmente, após conhecer os fundamentos do Programa, realizamos entrevistas com um grupo de professores que lecionam para o Ciclo I em escolas Estaduais, localizadas no município de São Paulo, mais precisamente na Zona Norte.

Os dados obtidos nessa pesquisa evidenciaram, com relação à formação para execução das propostas contidas no Programa Ler e Escrever, que estas aconteceram de maneiras diferentes dependendo da época em que o professor ingressou na Rede Estadual, e também de acordo com as particularidades de cada Unidade Escolar. Alguns professores narraram à participação – bem sucedida – em grupos de formação, outros relataram os horários coletivos – HTPC – e as formações oferecidas pelos professores coordenadores. Enquanto uma professora afirmou que, inicialmente, a escola onde ela lecionava apenas entregou os materiais para uso, deixando a formação em plano secundário.

Outro aspecto trazido para a discussão por uma das professoras entrevistadas, ao ser questionada pela formação inicial, foi o estranhamento inicial por parte de grande parte dos professores em relação à concepção de ensino – construtivista - e as atividades desenvolvidas no Programa.

Foi possível observar também, a partir a obtenção dos dados das pesquisas, que os professores apesar de recorrer ao material didático proposto e elaborado pelo Programa Ler e Escrever, o utilizam de maneiras distintas daquelas orientadas pelos próprios Guias de Planejamento e Orientações Didáticas.

Os Guias determinam que o material didático do Programa seja utilizado diariamente pelos professores, no preparo e execução de suas aulas. Entretanto, o que foi percebido ao analisar as entrevistas é que cada professor utiliza o material

de uma forma diferente. Alguns disseram que utilizam o material diariamente, enquanto outros deixaram transparecer a insatisfação quanto à desatualização de algumas atividades contidas nos livros e a falta de atividades complementares. Dessa forma, muitos professores passam a utilizar, em suas aulas, outros materiais - por vezes até em maior frequência do que aqueles indicados pelo Programa.

Contudo, um dado relevante a ser analisado é o fato de que os professores, apesar de criticarem o material didático disponibilizado aos alunos – justificando serem desatualizados e defasados – implementam em suas rotinas as práticas pedagógicas determinadas pelo Guia de Planejamento e Orientações Didáticas.

Justificam, então, esse uso dizendo que além de serem orientações da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, estas práticas contribuem para a organização da rotina, bem como para o avanço dos alunos. Apenas uma das professoras mostrou-se receosa à aplicação, exclusivamente, das práticas orientadas, dizendo que além delas desenvolve também projetos sugeridos pela comunidade escolar.

Dentre as Situações de Aprendizagem orientadas pelo Guia de Planejamento e Orientações Didáticas, os professores destacam os projetos, sequências didáticas e atividades permanentes como integrantes das rotinas pedagógicas das salas de aula do Ciclo I. Muitos dos professores analisados afirmam que estas situações, muitas vezes, aparecem organizadas na própria *grade de horários*, favorecendo, desta forma, sua incorporação pelos professores.

Apesar de as professoras afirmarem a incorporação das Situações de Aprendizagem e dos Materiais Didáticos nas preparações de suas aulas, ao serem questionadas sobre os pontos negativos do Programa Ler e Escrever, todas elencaram, dentre as sugestões de melhoria, mudanças nas atividades propostas pelos mesmos.

Ao final das entrevistas, as professoras foram questionadas sobre as reais contribuições de o Programa Ler e Escrever para a melhoria da qualidade do ensino público de um modo geral. Praticamente todas as professoras afirmaram acreditar que o Programa pode contribuir para a melhoria da educação pública; contudo, todas elencaram pontos que deveriam ser reavaliados e melhorados para que estas contribuições ocorressem, de fato. Uma das professoras, no entanto, acredita que o Programa Ler e Escrever, sozinho, não seja capaz de melhorar a qualidade do ensino público estadual paulista.

Observa-se, contudo, uma queixa constante das professoras da Rede Estadual Paulista de Educação em relação à forma como as Políticas Educacionais são, ainda hoje, formuladas e implementadas sem que haja a participação do corpo docente nas tomadas de decisão. Com isso, os professores se sentem apenas executores das orientações propostas pelos Programas, e não participantes da construção dos mesmos – de forma que eles refletem, de maneira concreta, as realidades das salas de aula.

Dessa forma, pode-se concluir que o objetivo de investigar a compreensão dos professores da Rede Estadual de Ensino de São Paulo sobre a implementação do Programa Ler e Escrever e suas implicações para a prática educativa foi atingido. Fica evidente, a partir do conteúdo exposto nesta pesquisa, que os professores apresentam, em muitos aspectos, opiniões divergentes em relação ao Programa, bem quanto a sua implementação, materiais didáticos, formação do corpo docente e atividades desenvolvidas.

Assim, é possível perceber que o Programa Ler e Escrever, desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo desde 2008, e apesar dos inúmeros encontros de formação e divulgação do Programa ao longo desse período, ainda não é uma unanimidade entre os professores da Rede e suas propostas ainda geram conflitos quando à efetiva utilização e verificação dos resultados pelos mesmos no decorrer de suas práticas educativas.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AZEVEDO, Janete M. L. de. A educação como Política Pública. Campinas: Autores Associados, 2004.

AZEVEDO, Reinaldo. 2010. Discurso de Serra: “Nem as bravatas nem as falanges do ódio”. Revista Veja, São Paulo, 31 de março de 2010. Blog. Disponível em: <HTTP://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/discurso-de-serra-nem-as-bravatas-nem-as-falanges-do-odio/>. Acesso em: 30 de ago. de 2016.

BARRETO, E. S. de S.; PINTO, R. P. (Coord.) *Avaliação na Educação Básica (1990-1998)*. Brasília: MEC, Inep, Comped, 2001. (Série Estado do Conhecimento, n.4)

BAUER, Adriana; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. Universidade de São Paulo. V.41, nº especial, p. 1367-1382. Dez, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília, 1993.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BIZERRA, Maria da Conceição (1996). Formação para o trabalho: ensino de primeiro grau em Pernambuco 1983-1990. Recife: FUNDAJ: Ed. Massangana.

CAMACHO, Priscila Vita. Um Estudo sobre o “Programa Ler e Escrever” da Rede Pública do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2010.

CAMPOS, M. M. Prefácio. In: Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios. Florianópolis - SC: Editora. Autores Associados, 2003.

CONSTANCIO, Alexandra Regina. A Padronização do Trabalho docente: Crítica do Programa Ler e Escrever. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

DE TOMASI, Lívia; WARDE, Miriam.; HADDAD, Sergio. (orgs.) O banco mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez; PUC; Ação Educativa, 1996.

DURAN, Marília C. G. A organização do ciclo básico e a concepção de alfabetização. In: PALMA FILHO, J. C.; ALVES, M. L.; DURAN, M. C. G. *Ciclo básico em São Paulo*. São Paulo: Xamã, 2003.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A Política Educacional do Governo Fernando Henrique Cardoso: Uma visão comparada. Novos Estudos – CEBRAP [online]. 2010, n.88, p. 153-179.

EMILIANO, Célia Lima. A Constituição da Identidade Profissional e Pessoal do Professor: As Influências das Políticas Públicas. Ponta Grossa. 2008.

FERREIRO, Emilia. Alfabetização em processo (tradução Sara Cunha Lima, Marisa do Nascimento Paro). 7. ed São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

FERREIRO, Emilia e TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

FRANCO, Francisco Carlos; PRADOS, Rosália Maria Netto. História do Ensino e Discursos Políticos-Educacionais na Educação de São Paulo. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 60, p. 215-229, dez-2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.<sup>a</sup> edição.

FREITAS, J. C. (2000). *Cultura e currículo: uma relação negada na política do sistema de Progressão continuada no estado de São Paulo*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na Década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003.

GUIMARÃES, M. N. N. *Práticas pedagógicas em época de progressão continuada: um olhar sobre a avaliação*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2001.

GUZZO, R. S. L. e FILHO, A. E. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. *Escritos Educacionais*; 4(2): 49-54, jan.-jun. 2005.

HARVEY, David. Condição Pós Moderna. São Paulo: Edições Loyola. Parte II. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX, 1989, pp. 115-184.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Caderno do CEDES* (UNICAMP), Campinas, ano XXI, n. 55, nov. 2001, p. 30-41.

LERNER, Délia. Ler e Escrever na Escola: O real, o possível e o necessário. Porto Alegre. Artmed, 2002.

LIBÂNEO, J. C. Educação Escolar: Políticas Públicas e Organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Antonio Bosco de; VIRIATO, Edaguimar Orquizas. As políticas de Descentralização, participação e autonomia: desestatizando a educação pública. 23<sup>a</sup> reunião anual da Anped. 2000.

MARTIN, P.H.; SCHUMANN, H. A armadilha da globalização. 5. ed. São Paulo: Globo, 1999.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. Um quarto de século de construtivismo como discurso pedagógico oficial da rede estadual de ensino paulista: análise de programas e documentos da Secretaria de Estado da Educação no período de 1983 a 2008. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Plano Decenal de Educação para Todos. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/plano-decenal-de-educacao-para-todos/>>. Acesso em: 12 de fev. 2017.

MOLINARI, S. G. S.; SLAVEZ, M. H. C.; SIMÃO, A. L. Política pública de alfabetização de crianças: O Programa Ler e Escrever e as escolhas didáticas de uma professora alfabetizadora. In: XVI ENDIPE – Encontro de Didática e Práticas de Ensino, 2012, Campinas. Política Pública de Alfabetização de crianças: Programa Ler e Escrever e as escolhas didáticas de uma professora alfabetizadora. Araraquara, SP: Junqueira & Marin Editores, 2012. V.1, p. 1587-1598.

PARANÁ (Estado). Caderno de Expectativas de Aprendizagem. Departamento de Educação Básica. Secretaria da Educação do Paraná. 2012.

PEREIRA, Gilvan Elias. A Política de Conciliação: Os intelectuais e o Governo Montoro. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 1994.

PEREZ GÓMEZ, A. A função e a formação do professor/a no ensino para a compreensão: diferentes perspectivas. In: GIMENO SACRISTÁN, J.; PEREZ GOMÉZ, A. (Org.). *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

PINTO, Marcio Alexandre Ravagnani. A Avaliação de Sistemas e a Avaliação das Escolas: Proposições, Realidades e Perspectivas. UNESP. São Paulo, 2013.

ROSA, Sanny Silva Da. Políticas Curriculares em Cena: A visão das professoras alfabetizadoras do Município de São Paulo sobre as Práticas do “Programa Ler e Escrever”. Revista @mbienteeducação 6(1): 9/16, jan/jun, 2013.

RUSSO, Miguel Henrique. Reforma da educação no Estado de São Paulo: dimensões político-pedagógica e curricular. Cadernos ANPAE, v. 18, p. 51-65, 2014.

RUSSO, M.; CARVALHO, C. A política educacional do governo Serra. Disponível em: <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/DC38.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Reforma E Políticas De Educação Do Governo Do Estado De São Paulo (2007-2011). Disponível em: [http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MiguelRusso\\_res\\_int\\_GT7.pdf](http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MiguelRusso_res_int_GT7.pdf). Acesso em: 22 jun. 2015.

SANFELICE, José Luís. A Política Educacional Do Estado De São Paulo: Apontamentos. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/730/742>. Acesso em: 22 jun. 2015.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 40.473, de 21 de novembro de 1995. Institui o programa de reorganização das escolas da rede pública estadual. 1995b.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 40.510, de 04 de novembro de 1995. Dispõe sobre o programa de reorganização das escolas da rede pública. 1995a.

\_\_\_\_\_. Idesp e Saresp mostram melhora generalizada nas escolas estaduais. 2010. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/noticias2010/20102602idespsaresp.pdf>. Acesso em: 30 de ago. de 2016.

\_\_\_\_\_. Ler e escrever, um grande prazer! Secretaria da Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. São Paulo: SE/CENP, 1993.

\_\_\_\_\_. Ler e escrever: guia de planejamento e orientações didáticas; professor alfabetizador. 1ª série. Secretaria da Educação, Fundação para o Desenvolvimento da Educação. São Paulo: FDE, 2008c. v.1.

\_\_\_\_\_. Ler e Escrever: Guia de Planejamento e Orientações Didáticas; Professor Alfabetizador. 1ª série. Secretaria da Educação, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, adaptação do material original. Cláudia Rosenberg Aratangy, Ivânia Paula Almeida, Rosalinda Soares Ribeiro de Vasconcelos. 3 ed. São Paulo: FDE, 2010. v. 2, 144 p.

\_\_\_\_\_. Ler e escrever: guia de planejamento e orientações didáticas: professor alfabetizador – 1º ano. Secretaria da Educação, Fundação para o Desenvolvimento da Educação. 4 ed. rev. e atual. - São Paulo: FDE, 2014.

\_\_\_\_\_. Programa Bolsa Alfabetização. Disponível em: <http://lereescrever.fde.sp.gov.br/SysPublic/InternaBolsaAlfabetizacao.aspx?alkfjlkjkjaslkA=270&manudjsns=1&tpMat=0&FiltroDeNoticias=3>. Acesso em: 18 de nov. de 2016.

\_\_\_\_\_. Programa de Qualidade da Escola. Disponível em: <http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/NotaTecnica2013.pdf>. Acesso em: 19 de out. de 2016.

\_\_\_\_\_. Programa de Qualidade da Escola – Nota técnica. 13 p. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br>. Acesso em 01 de nov. de 2016.

\_\_\_\_\_. Programa Ler e Escrever. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://lereescrever.fde.sp.gov.br/SysPublic/Home.aspx>. Acesso em: 10 de ago. de 2013.

\_\_\_\_\_. Programa São Paulo Faz Escola. São Paulo. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/sao-paulo-faz-escola>. Acesso em: 10 de out. de 2016.

\_\_\_\_\_ . Resolução SE nº 269/95, de 05 de dezembro de 1995. Dispõe sobre as diretrizes para a reorganização das escolas da rede estadual. 1995c.

\_\_\_\_\_. Resolução SE86, de 19-12-2007. Disponível em: [HTTP://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/86\\_07.HTM?Time=2/3/2102%209:08:57%20AM](HTTP://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/86_07.HTM?Time=2/3/2102%209:08:57%20AM). Acesso em: 30 de ago. de 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução SE90, de 08-12-2008. Disponível em: [http://deadamantina.edunet.sp.gov.br/legislacao/res\\_SE\\_90\\_2008.htm](http://deadamantina.edunet.sp.gov.br/legislacao/res_SE_90_2008.htm). Acesso em: 21 de mar. De 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. Reorganização do ensino fundamental e do ensino médio/Secretaria da Educação, Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. - São Paulo: SE, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SGUSSARDI, Valdemar.; SILVA JR., João. dos R. As novas faces da educação superior no Brasil – reformas do estado e mudanças na produção. São Paulo: Cortez; Ed. USF, 2001.

SILVA, Camilla; GONZALEZ, Marina & BRUGIER, Yara Scavone. OMC em foco: a comercialização da educação na América Latina. In: HADDAD, Sergio (org.) Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Actionaid, 2008.

SILVA JR. João dos R. Reforma do estado e da educação no Brasil de FHC. São Paulo: Xamã, 2002.

SILVEIRA, Maria do Socorro Barreto. Professoras alfabetizadoras e seus saberes: os desafios da relação entre a teoria e a prática. Dissertação de mestrado, Educação, Universidade Federal do Ceará. 2004.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

SOUZA, Aparecida Neri de. A Racionalidade Econômica na Política Educacional em São Paulo. Pro-Posições - vol. 13, N. 1 (37)- Jan/abr. 2002.

SOUZA, Valdir Vitorino de; SANTOS, Karolaine Claudia dos; BARBOSA, Gislene Aparecida da Silva. SEQUÊNCIA DIDÁTICA: UMA PROPOSTA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE LÍNGUA PORTUGUESA. FAPEPE: Faculdade de Presidente Prudente. São Paulo, 2016.

TEBEROSKY, Ana. Psicopedagogia da Língua Escrita. 9 ed. São Paulo: Vozes, 2001.

VIEGAS, Lygia de Sousa e SOUZA, Marilene Proença Rebello de. The continued progression in the state of São Paulo: considerations based on the educators point of view. *Psicol. esc. educ. [online]*. 2006, vol.10, n.2

VILELA, Luciane Ribeiro. Uma análise de políticas educacionais o ensino paulista na década de 90. Campinas: 2002 (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Educação da UNICAMP.

WCEA. Satisfacción de las necesidades básicas de aprendizaje: una visión para el decenio de 1990. In: CONFERENCIA Mundial sobre la Educación para Todos, 1990, Jomtien, Tailândia.

## Anexo I

**Quadro Síntese dos Trabalhos Analisados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES – Utilizando o Descritor “Programa Ler e Escrever”**

Título da Dissertação/Tese	Ano de Publicação	Resumo
<b>A padronização do trabalho docente: crítica do Programa Ler e Escrever.</b> (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade).	2012	Este trabalho tem como objetivo identificar em que medida os professores do Ciclo I do Ensino Fundamental da rede estadual paulista utilizam o material didático do Programa Ler e Escrever para o planejamento de suas aulas. Esta pesquisa procura evidenciar que esse material favorece o controle e a manipulação do trabalho docente, dificultando a atuação crítica do professor.
<b>Escolhas didáticas de uma professora alfabetizadora.</b> (Mestrado Em Educação: História, Política, Sociedade).	2010	O trabalho parte do questionamento sobre as escolhas didáticas feitas por professores alfabetizadores e tem como objetivo identificar e procurar as origens dessas escolhas. Os resultados mostraram que as escolhas estavam parcialmente marcadas pela seleção de conteúdos de acordo com o Programa Ler e Escrever, mas preferencialmente orientadas para o controle da disciplina das crianças.
<b>Perspectivas de um Trabalho Pedagógico com Jogos e a Matemática no Programa Ler e Escrever.</b> (Mestrado em Educação).	2013	A pesquisa tem como objetivo investigar a concepção de jogo presente no Programa Ler e Escrever de matemática do 3º ano do Ensino Fundamental, e o contexto matemático no referido Programa. Os resultados dessa pesquisa foram obtidos através de observações de aulas e aplicação do jogo Produto com dadinhos, assim como análise dos documentos oficiais do Programa EMAI.

<b>Avaliação da Aprendizagem Matemática no Programa Ler e Escrever.</b> (Mestrado em Educação).	2013	O objetivo desta pesquisa é investigar o ensino e a avaliação na área de matemática em uma turma de 5º ano do Ensino Fundamental, relacionando as práticas empregadas pela professora que utiliza o Programa Ler e Escrever com as sondagens propostas pelo referido Programa.
<b>Um Estudo Sobre o "Programa Ler e Escrever" da Rede Pública do Estado de São Paulo.</b> (Mestrado em Educação).	2010	O trabalho tem como objetivo analisar o Programa Ler e Escrever das escolas estaduais de São Paulo, apontando seus possíveis benefícios e principais problemas.
<b>A formação dos formadores: uma análise do processo formativo.</b> (Mestrado em Educação).	2010	Este estudo tem como objetivo analisar o processo de formação profissional de professores coordenadores de oficinas pedagógicas (PCOP), que desenvolvem práticas de formação continuada no contexto do Programa Ler e Escrever.
<b>Alcances e Limites do Programa Ler e Escrever: Um Estudo de Caso na Escola Estadual Prof.<sup>a</sup> Cecília de Negri.</b> (Mestrado em Educação).	2012	Esta pesquisa verifica, analisa e avalia a contribuição do Programa Ler e Escrever ao ensino nas escolas de rede pública do Estado de São Paulo, mais precisamente do 2º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Professora Cecília de Negri, em Sumaré.
<b>A Consciência Fonológica e o Programa Ler e Escrever.</b> (Mestrado em Educação).	2013	A pesquisa tem como objetivo identificar a maneira como a consciência fonológica é contemplada nas atividades propostas no material didático do Programa Ler e Escrever.
<b>Formação em serviço: significado do "Programa Ler e Escrever" numa escola municipal de ensino fundamental.</b> (Mestrado em Educação).	2008	Esta pesquisa releva os significados do curso de formação em serviço do Programa Ler e Escrever, a partir da análise das entrevistas realizadas com um grupo de professores e coordenadores participante da formação.

<b>As atribuições do supervisor de ensino no Programa “Ler e Escrever” da Secretaria da Educação no Estado de São Paulo.</b> (Mestrado em Educação).	2014	O objetivo dessa pesquisa é analisar as atribuições do supervisor de ensino na implantação do Programa Ler e Escrever, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.
<b>“Índio, música e brincadeira”: pontos e contrapontos do material didático do Programa Ler e Escrever no 1º ano do Ensino Fundamental.</b> (Mestrado em Educação).	2014	O objetivo central desta pesquisa é investigar a maneira como a proposta contida no material didático do Programa Ler e Escrever foi vivenciada pelos alunos e pela professora de uma sala de 1º ano do Ensino Fundamental em uma escola estadual da região metropolitana de Campinas.
<b>Análise dos Conteúdos de Língua Portuguesa do “Programa Ler E Escrever” em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental.</b> (Mestrado em Educação).	2016	Esta trabalho analisou a política educacional do Programa Ler e Escrever e os conteúdos da disciplina de Língua Portuguesa nesse contexto, assim como as repercussões em uma escola da rede municipal de Ensino Fundamental da cidade de João Ramalho/SP.
<b>A Formação do Leitor por Professores Participantes do Programa “Ler e Escrever”: Significados Atribuídos e Implicações.</b> (Mestrado em Educação).	2013	Esta pesquisa busca compreender os significados e as possíveis implicações ao ensino da leitura/formação do leitor após a participação de professores do Ensino Fundamental de Assis-SP no Programa de Formação de Professores Ler e Escrever.
<b>Autoria ou Reprodução? O Cotidiano Pedagógico de Professores Coordenadores no Contexto do Programa Ler e Escrever”- SEE/SP.</b> (Mestrado em Educação).	2012	A pesquisa tem como objetivo investigar se o professor coordenador exerce sua autoria profissional, quando atua como formador de professores alfabetizadores, a partir da perspectiva do Programa Ler e Escrever (SEE-SP).
<b>A relação dos professores alfabetizadores com o</b>	2011	Esse trabalho tem como objetivo analisar as concepções e práticas de professores alfabetizadores

<b>saber no contexto do Programa Ler e Escrever.</b> (Mestrado em Educação).		participantes do Programa Ler e Escrever da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, a fim de compreender as relações que estes estabelecem com o saber instituído por esta política pública de Educação no Estado de São Paulo.
<b>O processo formativo do Programa Ler e Escrever: uma análise da rede de formações proposta pelo Estado de São Paulo.</b> (Mestrado em Educação).	2014	O objetivo dessa pesquisa é investigar o processo de formação proposto pelo Programa Ler e Escrever no estado de São Paulo, a partir da figura do Professor Coordenador como formador.
<b>O professor alfabetizador bem sucedido: uma análise da relação com os saberes da prática do Programa Ler e Escrever"- SEE-SP.</b> (Mestrado em Educação).	2012	O objetivo dessa pesquisa é a análise das práticas e narrativas dos professores alfabetizadores participantes do Projeto Intensivo no Ciclo (PIC) do Programa Ler e Escrever, a fim de compreender as relações destes professores com os saberes instituídos por essa política pública da Secretaria de Estado da Educação – SP.
<b>Análise da fundamentação dos materiais didáticos do Programa Ler e Escrever da Prefeitura de São Paulo/SP.</b> (Doutorado em Educação).	2014	O objetivo desse trabalho é analisar a consistência e utilidade do material didático integrante do Programa Ler e Escrever para a alfabetização de crianças do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, adotado pelo estado de São Paulo.
<b>O Trabalho Docente e os Programas de Formação Contínua para Professores Alfabetizadores.</b> (Mestrado em Educação).	2015	O objetivo desta pesquisa é analisar a concepção de trabalho docente presente nos programas de alfabetização continuada de professores alfabetizadores, como o Programa Ler e Escrever, a fim de entender como o trabalho docente tem sido concebido.

## Anexo II

### Roteiro das Entrevistas que Serão Realizadas com os Professores da Rede Estadual de Ensino de São Paulo

#### 1. FORMAÇÃO GERAL

1.1. ACADÊMICA

1.2. PROFISSIONAL

#### 2. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

2.1. VISÃO GERAL

2.2. SARESP

2.3. VINCULAÇÃO ENTRE O SARESP E A BONIFICAÇÃO DOS DOCENTES

#### 3. PROGRAMA LER E ESCREVER

3.1. FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O PROGRAMA

3.2. MATERIAL DIDÁTICO

##### 3.2.1. CONCEITUAL

a) Concepções de Alfabetização.

b) Intervenções Pedagógicas.

##### 3.2.2. EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM

a) Processos de Avaliação.

b) O Que Fazer Com Os Alunos Que Não Avançam.

##### 3.2.3. ROTINA PEDAGÓGICA

##### 3.2.4. SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM

a) Atividades Permanentes.

b) Projetos.

c) Sequências Didáticas.

### Anexo III

#### Questionário Realizado com os Professores da Rede Estadual de Ensino de São Paulo

---



#### Universidade Nove de Julho Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE Linha de Políticas Educacionais – LIPED

##### Pesquisa Educacional:

##### Questionário sobre o Programa Ler e Escrever da Rede Estadual de Ensino de São Paulo

#### **Questionário – Professores**

- 1. Nome (fictício):**
- 2. Disserte brevemente sobre a sua formação acadêmica. (Procure responder em seu texto algumas perguntas como: realizou magistério? Possui formação superior? Qual a área de formação? Possui Pós-graduação? Qual a área de estudo? Outros cursos que contribuíram para a sua formação).**
- 3. Comente a sua atuação profissional na área educacional. (Disserte, em sua resposta, sobre o tempo em que trabalha na área educacional, se já trabalhou na Rede Privada de Ensino, quais cargos e funções já ocupou, se possui envolvimento em Sindicatos e quais, e outras informações que achar pertinentes).**
- 4. Qual a sua compreensão sobre as Políticas Públicas, principalmente no âmbito educacional? (Disserte sobre uma visão geral: qual a importância destas para a educação, qual o papel do professor na execução dessas políticas, sua opinião sobre as políticas educacionais no Brasil, principalmente na Rede Estadual Paulista).**
- 5. Qual a sua opinião com relação às avaliações em larga escala, por exemplo o SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo)? Você acredita que estas avaliações contribuem, de fato, para a Educação? Qual o papel do professor na execução dessas provas? De que modo o Estado se utiliza dos resultados destas para melhorar, ou não, o sistema educacional? (Disserte levando em consideração a sua visão sobre o que é avaliação, e identifique-a).**

6. Na Rede Estadual de Ensino de São Paulo, os resultados obtidos através do SARESP estão diretamente ligados ao Sistema de Bonificação aos professores da Rede. Qual a sua opinião com relação a este tema? Você acredita que esta bonificação incentiva à participação dos professores ou apenas mascara os reais resultados? Como é o seu posicionamento diante deste tema? Disserte.
7. Com relação especificamente ao Programa Ler e Escrever na Rede Estadual Paulista comente como foi feita – ou é feita - a formação do professor para a execução das atividades propostas. Esta formação se deu de qual maneira, em quais horários e espaços? Qual foi a reação inicial do corpo docente ao Programa?
8. Você, enquanto professor da Rede Estadual de São Paulo, sentiu-se parte da formulação e implementação desta Política Educacional ou apenas um executante? Disserte e exemplifique.
9. O Programa Ler e Escrever é uma Política Educacional destinada à alfabetização dos alunos da Rede Estadual de São Paulo. Desta forma, comente sobre a concepção de alfabetização com a qual você mais se identifica. Esta concepção se parece com a fundamentada pelo Programa?
10. Você acredita que o Programa Ler e Escrever pode contribuir para melhorar o aprendizado dos alunos?  
 Sim       Não      Por quê?
11. A proposta do Programa está sendo aplicada na sua escola?  
 Sim       Não      De que forma?
12. Em caso positivo, você sentiu dificuldades na aplicação?  
 Sim       Não      Quais?
13. Os professores e coordenadores pedagógicos se reúnem para a discussão da proposta pedagógica e para a avaliação da prática? Em caso positivo, de que forma essas reuniões contribuem para a melhoria da prática pedagógica? Se não, quais as consequências para o processo de ensino-aprendizagem?
14. Segundo as Orientações Didáticas do Programa Ler e Escrever, de que maneira devem ser feitas às avaliações do rendimento dos alunos? Com qual frequência? O que o Programa determina que seja realizado com os alunos que não avançam?

**Na sua perspectiva, quais as consequências destas práticas para o processo de ensino-aprendizagem?**

**15. Você considera adequado o modelo de material didático proposto?**

( ) Sim      ( ) Não      Por quê?

**16. O Programa Ler e Escrever determina práticas pedagógicas que devem ser implementadas nas rotinas. Você trabalha de acordo com as orientações do Programa? Por qual motivo? Você acredita que essas práticas trouxeram resultados positivos? Por quê?**

**17. O material do Guia de Orientações Didáticas destinados aos professores da Rede Estadual Paulista traz algumas Situações de Aprendizagem que devem ser incorporadas à rotina pedagógica. Dentre essas práticas estão as Atividades Permanentes, os Projetos e as Sequências Didáticas. Disserte sobre o modo como você incorpora essas situações em seu planejamento? Aqui, cabe o seu julgamento com relação às implicações, positivas ou negativas, dessas orientações.**

**18. Cite e justifique algumas, na sua opinião, limitações do Programa Ler e Escrever.**

**19. Cite e justifique alguns pontos, na sua opinião, positivos do Programa.**

**20. Você acredita que o Programa Ler e Escrever pode contribuir para melhorar a educação pública de modo geral? Disserte.**

**Universidade Nove de Julho**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE**  
**Linha de Políticas Educacionais – LIPED**

**Pesquisa Educacional:**  
**Questionário sobre o Programa Ler e Escrever da Rede Estadual de Ensino de São Paulo**

**Questionário 1 – Professores**

**1. Nome (fictício): Giselle**

**2. Disserte brevemente sobre a sua formação acadêmica. (Procure responder em seu texto algumas perguntas como: realizou magistério? Possui formação superior? Qual a área de formação? Possui Pós-graduação? Qual a área de estudo? Outros cursos que contribuíram para a sua formação).**

*Minha formação acadêmica se iniciou com o curso de Magistério no Colégio Chafic Jábali. Em seguida realizei o curso de Pedagogia na UNG, mas não finalizei, retornando em 2011, na Universidade Anhanguera (concluí em 2014). Realizei Pós-graduação em Psicopedagogia e atualmente estou cursando Pós em Educação diversidade e Inclusão social pela Faculdade Campos Elíseos.*

**3. Comente a sua atuação profissional na área educacional. (Disserte, em sua resposta, sobre o tempo em que trabalha na área educacional, se já trabalhou na Rede Privada de Ensino, quais cargos e funções já ocupou, se possui envolvimento em Sindicatos e quais, e outras informações que achar pertinentes). Atuo na Educação há 7 anos. Atualmente, no período da manhã estou como professora efetiva na EE Profª Maria Angelita Sayago de Laet, 2º ano; e no período da tarde 1º ano Rede Particular. No Estado estou há 5 anos e na rede particular há 3 anos.**

**4. Qual a sua compreensão sobre as Políticas Públicas, principalmente no âmbito educacional? (Disserte sobre uma visão geral: qual a importância destas para a educação, qual o papel do professor na execução dessas políticas, sua opinião sobre as políticas educacionais no Brasil, principalmente na Rede Estadual Paulista).**

*Percebe-se na educação um obstáculo por parte de quem controla os recursos financeiros e nas pontas os que realmente necessitam destes investimentos. As informações sobre as verdadeiras necessidades não chegam para que sejam direcionadas as verbas. Falta de materiais pedagógicos, falta de livros, este ano até a prova AAP, foi solicitada as unidades escolares que procurassem uma maneira de distribuir aos alunos. (NORTE 2).*

**5. Qual a sua opinião com relação às avaliações em larga escala, por exemplo o SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo)? Você acredita que estas avaliações contribuem, de fato, para a Educação? Qual o papel do professor na execução dessas provas? De que modo o Estado se utiliza dos resultados destas para melhorar, ou não, o sistema educacional? (Disserte levando em consideração a sua visão sobre o que é avaliação, e identifique-a).**

*A avaliação é de fato um mecanismo eficaz para identificar se o aluno adquiriu os conhecimentos esperados. No Saresp a visão é de forma geral, e quando a análise do resultado é feita, o retorno para nós professores também vem de forma geral, sabemos que em uma determinada sala, e até mesmo em determinadas comunidades as realidades são muito diferentes fazendo com que uma boa parte destes alunos apresente um aprendizado mais lento e muitas vezes não se realiza.*

**6. Na Rede Estadual de Ensino de São Paulo, os resultados obtidos através do SARESP estão diretamente ligados ao Sistema de Bonificação aos professores da Rede. Qual a sua opinião com relação a este tema? Você acredita que esta bonificação incentiva à participação dos professores ou apenas mascara os reais resultados? Como é o seu posicionamento diante deste tema? Disserte.**

*A intenção do processo de avaliar o trabalho do professor dever ser contínuo, porém o instrumento utilizado não é real já que temos unidades escolares bem situadas e com boas comunidades e outras com uma comunidade precária e com um grau muito alto de dificuldade de aprendizagem, onde estes alunos não conseguem atingir nem o mínimo proposto “adequado”.*

**7. Com relação especificamente ao Programa Ler e Escrever na Rede Estadual Paulista comente como foi feita – ou é feita - a formação do professor para a execução das atividades propostas. Esta formação se deu de qual maneira, em quais horários e espaços? Qual foi a reação inicial do corpo docente ao Programa? Eu realizei e estou realizando um estágio onde o processo é apresentado e existe um fórum para as dúvidas. São duas aulas presenciais a cada semestre e 300 horas a distância. As principais dúvidas e indignação são sobre a análise da hipótese alfabetética.**

**8. Você, enquanto professor da Rede Estadual de São Paulo, sentiu-se parte da formulação e implementação desta Política Educacional ou apenas um executante? Disserte e exemplifique.**

*Apenas um executante, executo as atividades propostas.*

**9. O Programa Ler e Escrever é uma Política Educacional destinada à alfabetização dos alunos da Rede Estadual de São Paulo. Desta forma, comente sobre a concepção de alfabetização com a qual você mais se identifica. Esta concepção se parece com a fundamentada pelo Programa?**

*Gosto dos projetos e das sequências didáticas, pois percebo o interesse dos alunos no desenvolvimento a participação destas atividades.*

- 10. Você acredita que o Programa Ler e Escrever pode contribuir para melhorar o aprendizado dos alunos?**

Sim       Não      Por quê?

*Apresenta o conceito social da aprendizagem focada na realidade da nossa sociedade.*

- 11. A proposta do Programa está sendo aplicada na sua escola?**

Sim       Não      De que forma?

*Através dos livros Ler e Escrever.*

- 12. Em caso positivo, você sentiu dificuldades na aplicação?**

Sim       Não      Quais?

- 13. Os professores e coordenadores pedagógicos se reúnem para a discussão da proposta pedagógica e para a avaliação da prática? Em caso positivo, de que forma essas reuniões contribuem para a melhoria da prática pedagógica? Se não, quais as consequências para o processo de ensino-aprendizagem?**

*Essas reuniões nos possibilitam expor nossas dificuldades, trocando experiências entre colegas e recebendo direcionamentos e estratégias para continuar a proposta.*

- 14. Segundo as Orientações Didáticas do Programa Ler e Escrever, de que maneira devem ser feitas às avaliações do rendimento dos alunos? Com qual frequência? O que o Programa determina que seja realizado com os alunos que não avançam? Na sua perspectiva, quais as consequências destas práticas para o processo de ensino-aprendizagem?**

*As avaliações devem ser feitas diariamente através de observações durante as atividades, projetos e sequências.*

*Os alunos que não avançam trabalhamos com atividades diversificadas, apoio da coordenação e um olhar diferente para entender o motivo da dificuldade.*

*Acredito no sucesso do processo com essas práticas.*

- 15. Você considera adequado o modelo de material didático proposto?**

Sim       Não      Por quê?

*Esta de acordo com a escrita e as artes visuais.*

- 16. O Programa Ler e Escrever determina práticas pedagógicas que devem ser implementadas nas rotinas. Você trabalha de acordo com as orientações do Programa? Por qual motivo? Você acredita que essas práticas trouxeram resultados positivos? Por quê?**

*Sim, em nossa unidade seguimos as orientações, essas práticas trazem resultados positivos, pois percebemos a evolução entre uma série e outra.*

- 17. O material do Guia de Orientações Didáticas destinados aos professores da Rede Estadual Paulista traz algumas Situações de Aprendizagem que devem ser incorporadas à rotina pedagógica. Dentre essas práticas estão as Atividades Permanentes, os Projetos e as Sequências Didáticas. Disserte sobre o modo como você incorpora essas situações em seu planejamento? Aqui, cabe o seu julgamento com relação às implicações, positivas ou negativas, dessas orientações.**

*Na minha unidade escolar recebemos um direcionamento de rotina onde é contemplado na semana dentre os horários das disciplinas essas práticas. Com o tempo já fazem parte da rotina.*

- 18. Cite e justifique algumas, na sua opinião, limitações do Programa Ler e Escrever.**

*A falta de mais atividades. A gramática e a ortografia.*

- 19. Cite e justifique alguns pontos, na sua opinião, positivos do Programa.**

*A linguagem para os alunos e os direcionamentos para os professores*

- 20. Você acredita que o Programa Ler e Escrever pode contribuir para melhorar a educação pública de modo geral? Disserte.**

*Não. Precisa ser repensado; a nossa educação evolui em alguns pontos e em outros fica estagnada, as crianças perderam o apoio da família, cada vez mais estão dependentes apenas do apoio escolar.*

**Universidade Nove de Julho**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE**  
**Linha de Políticas Educacionais – LIPED**

**Pesquisa Educacional:**  
**Questionário sobre o Programa Ler e Escrever da Rede Estadual de Ensino de São Paulo**

**Questionário 2 – Professores**

**1. Nome (fictício): Ana Cecília**

**2. Disserte brevemente sobre a sua formação acadêmica. (Procure responder em seu texto algumas perguntas como: realizou magistério? Possui formação superior? Qual a área de formação? Possui Pós-graduação? Qual a área de estudo? Outros cursos que contribuíram para a sua formação).**

*Cursei o Ensino Médio (Magistério) na EMEF Prof. Derville Allegretti e Faculdade de Pedagogia na Universidade de São Paulo. Frequentei dois anos de pós-graduação em História na PUC, porém não concluí (não realizei o trabalho de conclusão do curso). Procuro me manter constantemente em estudo formal nas mais diversas áreas (de educação física à astrologia, passando por música e literatura), pois acredito que quanto mais ampliamos nosso campo de visão mais conteúdos teremos para nossa própria formação/evolução pessoal e profissional.*

**3. Comente a sua atuação profissional na área educacional. (Disserte, em sua resposta, sobre o tempo em que trabalha na área educacional, se já trabalhou na Rede Privada de Ensino, quais cargos e funções já ocupou, se possui envolvimento em Sindicatos e quais, e outras informações que achar pertinentes).**

*Trabalho em escola desde 1994. Comecei como auxiliar de classe em uma escola particular do bairro e neste mesmo local exerci função de professora ainda durante a formação no magistério. Em 1997, ano que ingressei na faculdade de Pedagogia, passei em concurso para trabalhar como educadora na Creche Central da USP – o curioso deste local é que o nome do cargo era “técnico de apoio educativo” o que nos fazia perder muitos direitos apesar de estarmos amparadas por um forte sindicato. Esta batalha pelo ajuste na nomenclatura da função dura até hoje. Concomitantemente fui bolsista da FAPESP pela ECA trabalhando na biblioteca da Creche Oeste (que está sendo fechada este ano pela administração atual do campus). Desde 1992 sou funcionária pública da prefeitura de São Paulo (filiada a dois sindicatos) e desde 2006, funcionária pública do estado de São Paulo (sem filiação sindical). Passei em concursos para coordenadora e diretora, mas prefiro mesmo permanecer na sala de aula! Já lecionei para todas as séries de ensino do fundamental I.*

- 4. Qual a sua compreensão sobre as Políticas Públicas, principalmente no âmbito educacional? (Disserte sobre uma visão geral: qual a importância destas para a educação, qual o papel do professor na execução dessas políticas, sua opinião sobre as políticas educacionais no Brasil, principalmente na Rede Estadual Paulista).**

Quando utilizo o termo PÚBLICO tanto na fala quanto em minha prática, penso no literal PARA TODOS. Sou uma defensora nata da escola pública, pois considero riquíssima essa possibilidade de atendermos com excelência pessoas de diferentes classes sociais, nacionalidades e capacidades cognitivas. Portanto, a gestão deveria nos dar subsídios para cumprirmos nosso objetivo. Na prática, no entanto, não é o que presenciamos. Há muitas escolas não adaptadas fisicamente e falta muito material físico e, principalmente, humano para a realização do trabalho. Sobre o Governo do Estado, que apresenta muitas “metas” a serem alcançadas em relação ao aprendizado dos alunos, sinto que não há muita reciprocidade, cobra-se muito e oferece-se bem pouco. Apesar de alguns cursos de formação serem oferecidos, percebo que são insuficientes, pois há anos são os mesmos assuntos trabalhados. Não há atualização. Nem vou citar o salário e a valorização dos professores. Não há livros didáticos e de apoio suficientes, material de papelaria básico (como papel sulfite), as máquinas de Xerox foram recolhidas ano passado e... nem papel higiênico temos este ano! Os professores fizeram “vaquinha” para comprá-lo! Algumas escolas estão com merenda insuficiente para atender os alunos que muitas vezes têm na escola a única refeição do dia. Os professores cumprem suas tarefas muito melhor do que os subsídios públicos que recebem. Não há muitas gestões democráticas nas escolas estaduais. As famílias permanecem ausentes das decisões. Muitas coisas são censuradas ou tolhidas, pois o currículo vem pré-estabelecido.

- 5. Qual a sua opinião com relação às avaliações em larga escala, por exemplo o SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo)? Você acredita que estas avaliações contribuem, de fato, para a Educação? Qual o papel do professor na execução dessas provas? De que modo o Estado se utiliza dos resultados destas para melhorar, ou não, o sistema educacional? (Disserte levando em consideração a sua visão sobre o que é avaliação, e identifique-a).**

Considero o SARESP uma das piores práticas educativas que já presenciei. Além de não haver participação dos professores no processo de elaboração das provas, ele vai contra tudo o que acreditamos ser uma boa avaliação: não respeita os diferentes modos de aprender e responder ao conhecimento adquirido dos alunos, muito menos as etapas e o processo de aprendizagem. Tem acontecido nos últimos anos uma prova chamada “Avaliação da Aprendizagem em Processo”, nos mesmos moldes do SARESP, que visa medição de dados e não a aprendizagem em si. E o pior, as escolas que atingem a meta de forma muito satisfatória acaba sendo prejudicada, pois no ano seguinte terá um número muito alto a atingir. Ou seja, excelentes escolas, que têm um bom índice na prova e nos ensino real, não recebem o tal “bônus” por não atingirem, muitas vezes EM DÉCIMOS a meta estipulada.

Essa escala numérica tosca utilizada para qualificar todo um trabalho realizado durante a etapa do ensino fundamental I é no mínimo irracional e incoerente, já que não serve para absolutamente nada, afinal o resultado é divulgado quando os alunos já nem pertencem

*mais à escola e não podemos rever conteúdos que ficaram defasados para a turma. Na minha opinião, essa é a real função da avaliação.*

- 6. Na Rede Estadual de Ensino de São Paulo, os resultados obtidos através do SARESP estão diretamente ligados ao Sistema de Bonificação aos professores da Rede. Qual a sua opinião com relação a este tema? Você acredita que esta bonificação incentiva à participação dos professores ou apenas mascara os reais resultados? Como é o seu posicionamento diante deste tema? Disserte.**

*O modo como o SARESP é aplicado favorece competição entre professores e massacre dos alunos. Estou há alguns anos lecionando para o 5º ano, turma que realiza a prova que vai direcionar o “mérito” da escola receber o não o bônus. Todo o conteúdo que trabalhei com a turma não é considerado, leva-se em conta apenas o “saber fazer a prova que o Governo manda”. Fica uma pressão insuportável como se esta única prova qualificasse todo o trabalho realizado. Já vi muitos professores e gestores ensandecidos em dias de aplicação de prova.*

- 7. Com relação especificamente ao Programa Ler e Escrever na Rede Estadual Paulista comente como foi feita – ou é feita - a formação do professor para a execução das atividades propostas. Esta formação se deu de qual maneira, em quais horários e espaços? Qual foi a reação inicial do corpo docente ao Programa?**

*Ao ingressar no cargo de professora da rede pública estadual lecionava para a 1ª série (ainda era série), nesta época frequentei as aulas do Programa Ler e Escrever à noite, fora do meu horário de trabalho. Achei bastante interessante e acrescentou muito conhecimento para meu currículo, pois era meu primeiro ano no ensino fundamental, afinal até então só tinha trabalhado na educação infantil. Acredito que não só para mim, mas para várias colegas este curso foi fundamental. No ano de 2006 muitos professores novos integraram a rede, pois há 20 anos não havia concurso público para ingresso na rede. O que me preocupa, no entanto, é que nestes 11 anos não houve avanços nem atualizações no material didático nem nas formações. Aliás, o que mudou foi para pior, os livros estão piores e as formadoras menos capacitadas.*

*Os textos e atividades dos livros do Programa são inclusive temas das “provas de mérito” dos professores.*

- 8. Você, enquanto professor da Rede Estadual de São Paulo, sentiu-se parte da formulação e implementação desta Política Educacional ou apenas um executante? Disserte e exemplifique.**

*Apenas executante. Ao término de vários anos, encaminhamos (via gestão escolar) sugestões de alteração do material, o que não vi realizadas.*

- 9. O Programa Ler e Escrever é uma Política Educacional destinada à alfabetização dos alunos da Rede Estadual de São Paulo. Desta forma, comente sobre a concepção de alfabetização com a qual você mais se identifica. Esta concepção se parece com a fundamentada pelo Programa?**

Acredito na concepção construtivista de educação, esta concepção estaria fundamentada pelo programa, se este tivesse mantido seu princípio de implementação. O que vejo hoje, no entanto, é que ele se reduz a um nome de livro, não um programa de ensino. “Hoje vou usar o Ler”, dizem as colegas, simplesmente realizando cegamente as atividades do livro, como se fosse uma apostila a ser seguida quando, no entanto, deveria haver nessa fala a intenção “hoje vou aplicar o programa através das atividades propostas no livro”.

**10. Você acredita que o Programa Ler e Escrever pode contribuir para melhorar o aprendizado dos alunos?**

(  ) Sim      (  ) Não      Por quê?

*Sim desde que não seja única forma a ser utilizada. O Programa e o material são insuficientes e empobrecidos.*

**11. A proposta do Programa está sendo aplicada na sua escola?**

(  ) Sim      (  ) Não      De que forma?

*Alguns professores ainda frequentam os cursos de formação e utilizamos as sequências didáticas em todos os anos.*

**12. Em caso positivo, você sentiu dificuldades na aplicação?**

(  ) Sim      (  ) Não      Quais?

*Sim, por exemplo: Governo considera tão essencial o programa e ano passado, por exemplo, não havia exemplares suficientes para todos os alunos. O material que deveria ser consumível teve que ser trabalhado em dupla, pois só havia livros para metade da turma.*

**13. Os professores e coordenadores pedagógicos se reúnem para a discussão da proposta pedagógica e para a avaliação da prática? Em caso positivo, de que forma essas reuniões contribuem para a melhoria da prática pedagógica? Se não, quais as consequências para o processo de ensino-aprendizagem?**

*Em muitos ATPCs o Programa torna-se pauta. O que sinto, no entanto, é que por estar tanto tempo entre nós, o Programa foi banalizado. Muitos professores julgam total domínio sobre o material, o que considero um erro. É um trabalho extremamente difícil e de constante revisão.*

**14. Segundo as Orientações Didáticas do Programa Ler e Escrever, de que maneira devem ser feitas às avaliações do rendimento dos alunos? Com qual frequência? O que o Programa determina que seja realizado com os alunos que não avançam? Na sua perspectiva, quais as consequências destas práticas para o processo de ensino-aprendizagem?**

*As avaliações devem ser diagnósticas e frequentes, para que possamos acompanhar o desenvolvimento dos alunos e, prioritariamente devemos oferecer modos diferentes de avaliação para que todos os alunos possam “provar” suas habilidades. O que tem acontecido, no entanto, são avaliações externas, apenas para quantificar, e não*

*qualificar o ensino, desconsiderando assim e o trabalho diário de sala de aula. A prática tem entrado em contradição com a própria essência do que nos é proposto.*

**15. Você considera adequado o modelo de material didático proposto?**

( ) Sim      (x) Não      Por quê?

*O material está desatualizado e insuficiente para o ensino atual.*

**16. O Programa Ler e Escrever determina práticas pedagógicas que devem ser implementadas nas rotinas. Você trabalha de acordo com as orientações do Programa? Por qual motivo? Você acredita que essas práticas trouxeram resultados positivos? Por quê?**

*Trabalho parcialmente. Sigo sim as orientações, mas, além disso, trabalho com os temas propostos pela comunidade escolar.*

**17. O material do Guia de Orientações Didáticas destinados aos professores da Rede Estadual Paulista traz algumas Situações de Aprendizagem que devem ser incorporadas à rotina pedagógica. Dentre essas práticas estão as Atividades Permanentes, os Projetos e as Sequências Didáticas. Disserte sobre o modo como você incorpora essas situações em seu planejamento? Aqui, cabe o seu julgamento com relação às implicações, positivas ou negativas, dessas orientações.**

*Acredito nas práticas de atividades permanente, sequências didáticas e projetos. Trabalho sim com as orientações do Programa, mas procuro sempre ampliar os temas com outros portadores textuais e atividades diferenciadas. Essas práticas trazem resultados positivos, pois provocam maior motivação e envolvimento dos alunos.*

**18. Cite e justifique algumas, na sua opinião, limitações do Programa Ler e Escrever.**

*É um material difícil de ser trabalhado. Sinto que muitos professores o utilizam de forma errônea ou incompleta. Não são atividades do tipo pergunta e resposta e vejo que muitos colegas não se envolvem suficientemente.*

**19. Cite e justifique alguns pontos, na sua opinião, positivos do Programa.**

*Orienta os professores e favorece a organização da rotina, isso norteia positivamente nosso trabalho.*

**20. Você acredita que o Programa Ler e Escrever pode contribuir para melhorar a educação pública de modo geral? Disserte.**

*Pode sim, porém considero que revisões urgentes precisam ser realizadas. Assuntos mais atuais, cursos melhor elaborados para aperfeiçoamento dos professores, maior interdisciplinaridade entre os assuntos.*

**Universidade Nove de Julho**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE**  
**Linha de Políticas Educacionais – LIPED**

**Pesquisa Educacional:**  
**Questionário sobre o Programa Ler e Escrever da Rede Estadual de Ensino de São Paulo**

**Questionário 3 – Professores**

**1. Nome (fictício): Marta**

**2. Disserte brevemente sobre a sua formação acadêmica. (Procure responder em seu texto algumas perguntas como: realizou magistério? Possui formação superior? Qual a área de formação? Possui Pós-graduação? Qual a área de estudo? Outros cursos que contribuíram para a sua formação).**

*Fiz Magistério com especialização na Pré-escola, Cursei Pedagogia, Participei de formações oferecidas pela Secretaria da Educação de SP como: Letra e Vida, Lee e Escrever na formação de Professor Coordenador, Ensino da Matemática nos Anos Iniciais, e PNAIC de Matemática.*

**3. Comente a sua atuação profissional na área educacional. (Disserte, em sua resposta, sobre o tempo em que trabalha na área educacional, se já trabalhou na Rede Privada de Ensino, quais cargos e funções já ocupou, se possui envolvimento em Sindicatos e quais, e outras informações que achar pertinentes).**

*Sou professora do Ensino Fundamental 1 há 25 anos na Rede Estadual de Ensino, exercei a Função de Professor-coordenador durante 5 anos e 6 meses, e há 3 anos e 6 meses sou professora na Rede Municipal de Ensino, no cargo de Professor de Educação Infantil.*

**4. Qual a sua compreensão sobre as Políticas Públicas, principalmente no âmbito educacional? (Disserte sobre uma visão geral: qual a importância destas para a educação, qual o papel do professor na execução dessas políticas, sua opinião sobre as políticas educacionais no Brasil, principalmente na Rede Estadual Paulista).**

*Políticas Públicas são determinações impostas pelo Governo seja ela a nível Federal, Estadual e/ou Municipal que devem ser cumpridas. Na Educação, mais precisamente no Governo do Estado de São Paulo, temos o Ler e Escrever e o Projeto EMAI, acredito que são importantes, mas precisam ser reformuladas.*

**5. Qual a sua opinião com relação às avaliações em larga escala, por exemplo o SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo)?**

**Você acredita que estas avaliações contribuem, de fato, para a Educação? Qual o papel do professor na execução dessas provas? De que modo o Estado se utiliza dos resultados destas para melhorar, ou não, o sistema educacional? (Disserte levando em consideração a sua visão sobre o que é avaliação, e identifique-a).**

*Na minha opinião o SARESP não veio pra medir só rendimento dos alunos e sim para monitorar o trabalho do professor. Acredito de contribui em parte, pois na maioria das vezes, nós professores acabamos virando “treineiros” de atividades voltadas ao SARESP e perdemos o foco do que realmente é a nossa função. Na realização dessas provas o professor não deve intervir, mas na maioria das vezes quando isso não acontece, no caso do 3º ano, os alunos não realizam a contento. Não acredito que sirva para melhorar e sim para monitorar.*

*Minha dúvida é, e sempre será, os resultados apresentados são reais ou não. Para mim a avaliação contínua, do dia-a-dia, professor x aluno, é sempre a real, e é nessa que me baseio.*

6. **Na Rede Estadual de Ensino de São Paulo, os resultados obtidos através do SARESP estão diretamente ligados ao Sistema de Bonificação aos professores da Rede. Qual a sua opinião com relação a este tema? Você acredita que esta bonificação incentiva à participação dos professores ou apenas mascara os reais resultados? Como é o seu posicionamento diante deste tema? Disserte.**

*Com certeza os resultados obtidos estão ligados a Bonificação e incentiva, mas acredito que também mascara resultados. Não acho adequado que os resultados estejam atrelados a essa bonificação, pois os que recebem muitas vezes no ano posterior não conseguem a meta, já que com o passar dos anos, ela aumenta; em contrapartida os que nunca atingem sempre se desanimam. Enfim, não concordo que a bonificação seja feita dessa forma.*

7. **Com relação especificamente ao Programa Ler e Escrever na Rede Estadual Paulista comente como foi feita – ou é feita - a formação do professor para a execução das atividades propostas. Esta formação se deu de qual maneira, em quais horários e espaços? Qual foi a reação inicial do corpo docente ao Programa?**

*No início só recebemos o livro e nos foi dito que deveríamos usá-lo, não havia formação específica, só as ATPCs. Depois criou-se um horário de Projeto, onde o professor dos anos iniciais deveriam fazer. Atualmente só temos o horário das ATPCs, mas o Projeto já está há tanto tempo e sem reformulações, que quem já trabalha com ele desde o início não tem dúvidas e já aplica. O problema são os novos professores que não tem nem mais a formação inicial do Letra e Vida, e isso seria essencial.*

8. **Você, enquanto professor da Rede Estadual de São Paulo, sentiu-se parte da formulação e implementação desta Política Educacional ou apenas um executante? Disserte e exemplifique.**

*Só executei, e no início foi difícil, pois como é baseado na concepção do construtivismo, as comandas foram distorcidas. Eu particularmente consegui realizar, pois participei do primeiro grupo de formação do Letra e Vida, mesmo assim tive muitas dúvidas, aplicava o*

*que sabia, fazia as intervenções necessárias, posso dizer que mesmo assim tive progressos na minha turma.*

- 9. O Programa Ler e Escrever é uma Política Educacional destinada à alfabetização dos alunos da Rede Estadual de São Paulo. Desta forma, comente sobre a concepção de alfabetização com a qual você mais se identifica. Esta concepção se parece com a fundamentada pelo Programa?**

*O Ler e Escrever é destinada à alfabetização, pois suas atividades são totalmente voltadas a Concepção do Construtivismo, onde o aluno é protagonista na realização do mesmo e o Professor é o Mediador, que orienta e não dá respostas prontas, espera surgirem das dúvidas e questionamentos da turma.*

- 10. Você acredita que o Programa Ler e Escrever pode contribuir para melhorar o aprendizado dos alunos?**

Sim       Não      Por quê?

*Sim, muito, principalmente no que diz respeito a produção de texto.*

- 11. A proposta do Programa está sendo aplicada na sua escola?**

Sim       Não      De que forma?

*Com as atividades propostas nos guias e as formuladas pelos professores, baseadas no programa.*

- 12. Em caso positivo, você sentiu dificuldades na aplicação?**

Sim       Não      Quais?

*Só no início quando não tínhamos claro do que era a Concepção Construtivista. Mas agora é tranquilo.*

- 13. Os professores e coordenadores pedagógicos se reúnem para a discussão da proposta pedagógica e para a avaliação da prática? Em caso positivo, de que forma essas reuniões contribuem para a melhoria da prática pedagógica? Se não, quais as consequências para o processo de ensino-aprendizagem?**

*Constantemente, quando na elaboração das rotinas semanais, após a realização das sondagens de escrita e das avaliações realizadas mensalmente. Compartilhar as dúvidas nos faz refletir sobre a nossa prática e nos ajuda a reformular a mesma.*

- 14. Segundo as Orientações Didáticas do Programa Ler e Escrever, de que maneira devem ser feitas às avaliações do rendimento dos alunos? Com qual frequência? O que o Programa determina que seja realizado com os alunos que não avançam? Na sua perspectiva, quais as consequências destas práticas para o processo de ensino-aprendizagem?**

*A Avaliação deve ser feita sempre após a realização das Sequências didáticas e/ou Projetos, nas sondagens mensais, isto é, a avaliação deve ser contínua para que o*

*professor saiba, quando e como avançar com a turma. Os alunos com hipóteses ainda não equivalente ao da turma, devem realizar atividades e avaliações de acordo com seus saberes, o professor deve sempre ampliar essas atividades e propor desafios. Mas existem alunos que demoram mais pra avançar e as vezes só o trabalho do professor não é suficiente, vejo que a Recuperação Paralela ajudava muito nesse trabalho, só que há 2 anos não temos mais esse recurso.*

**15. Você considera adequado o modelo de material didático proposto?**

( ) Sim      (x) Não      Por quê?

*Precisa ser reformulado com novas propostas de temas e atividades.*

**16. O Programa Ler e Escrever determina práticas pedagógicas que devem ser implementadas nas rotinas. Você trabalha de acordo com as orientações do Programa? Por qual motivo? Você acredita que essas práticas trouxeram resultados positivos? Por quê?**

*Sim trabalho, porque primeiro é determinado pela Secretaria da Educação e também porque acredito no Programa que trouxe resultados positivos no que diz respeito à alfabetização no geral, vejo principalmente isso, nas Produções de textos, essa liberdade que eles têm ao escrever, apesar dos erros ortográficos e da pontuação.*

**17. O material do Guia de Orientações Didáticas destinados aos professores da Rede Estadual Paulista traz algumas Situações de Aprendizagem que devem ser incorporadas à rotina pedagógica. Dentre essas práticas estão as Atividades Permanentes, os Projetos e as Sequências Didáticas. Disserte sobre o modo como você incorpora essas situações em seu planejamento? Aqui, cabe o seu julgamento com relação às implicações, positivas ou negativas, dessas orientações.**

*Sempre insiro as Atividades Permanentes, Sequências Didáticas e os Projetos, onde aparecem os estudos de textos, leituras sejam compartilhadas ou individuais. Muitas vezes é difícil preparar as atividades de acordo com cada agrupamento de alunos, de acordo com suas hipóteses, então faço com todos e procuro fazer as intervenções com esses individualmente.*

**18. Cite e justifique algumas, na sua opinião, limitações do Programa Ler e Escrever.**

*Acredito no Programa, mas como já disse anteriormente, os temas das sequências didáticas e dos projetos, precisam ser reformulados, assim como, os textos. E acredito que se faz necessário a formação dos novos professores.*

**19. Cite e justifique alguns pontos, na sua opinião, positivos do Programa.**

*A estrutura do programa é bom e funcional.*

- 20. Você acredita que o Programa Ler e Escrever pode contribuir para melhorar a educação pública de modo geral? Disserte.**

*Acredito que sim, só que ele foi atrelado a Progressão Continuada e isso limita a reprovação que muitas vezes se faz necessária.*

**Universidade Nove de Julho**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE**  
**Linha de Políticas Educacionais – LIPED**

**Pesquisa Educacional:**  
**Questionário sobre o Programa Ler e Escrever da Rede Estadual de Ensino de São Paulo**

**Questionário 4 – Professores**

1. **Nome (fictício):** *Simone*
2. **Disserte brevemente sobre a sua formação acadêmica. (Procure responder em seu texto algumas perguntas como: realizou magistério? Possui formação superior? Qual a área de formação? Possui Pós-graduação? Qual a área de estudo? Outros cursos que contribuíram para a sua formação).**  
*Não fiz magistério e sim colegial normal, pois na época não tinha interesse em ser professora. Sou formada em Pedagogia com habilitação para lecionar nas séries iniciais do Ensino Fundamental I e Administração Escolar e pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Educacional.*
3. **Comente a sua atuação profissional na área educacional. (Disserte, em sua resposta, sobre o tempo em que trabalha na área educacional, se já trabalhou na Rede Privada de Ensino, quais cargos e funções já ocupou, se possui envolvimento em Sindicatos e quais, e outras informações que achar pertinentes).**  
*Iniciei a minha carreira como professora na Rede Privada de Ensino em 2005 e após passar em um concurso público da Rede Estadual de Ensino assumi o cargo e me dediquei integralmente ao mesmo.*
4. **Qual a sua compreensão sobre as Políticas Públicas, principalmente no âmbito educacional? (Disserte sobre uma visão geral: qual a importância destas para a educação, qual o papel do professor na execução dessas políticas, sua opinião sobre as políticas educacionais no Brasil, principalmente na Rede Estadual Paulista).**  
*Sabendo que as políticas públicas são ações coletivas que visam à orientação e garantia de direitos perante a sociedade, no qual envolve compromissos e tomadas de decisões que almejam determinadas finalidades, as ações governamentais devem ser sempre planejadas com objetivos, metas, efeitos e com efetividade, porém o professor participa pouco e desconhece muitas vezes as políticas públicas educacionais do nosso país.*

- 5. Qual a sua opinião com relação às avaliações em larga escala, por exemplo o SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo)? Você acredita que estas avaliações contribuem, de fato, para a Educação? Qual o papel do professor na execução dessas provas? De que modo o Estado se utiliza dos resultados destas para melhorar, ou não, o sistema educacional? (Disserte levando em consideração a sua visão sobre o que é avaliação, e identifique-a).**

*Acredito que o Saresp é uma forma de medir a qualidade de ensino das escolas da Rede Estadual de Ensino, porém uma avaliação em larga escala não é capaz de avaliar as particularidades de cada unidade escolar e os desafios que enfrentam frente aos problemas sociais de cada comunidade.*

*O Professor tem papel fundamental na execução da avaliação e precisa estar envolvido com a mesma, porém ele não participa da elaboração das avaliações.*

*O Estado se utiliza dos resultados das avaliações para medir o grau de aprendizagem dos estudantes e para cobrar das escolas mais qualidade de ensino, mas falta suporte e direcionamento para a melhoria do ensino.*

- 6. Na Rede Estadual de Ensino de São Paulo, os resultados obtidos através do SARESP estão diretamente ligados ao Sistema de Bonificação aos professores da Rede. Qual a sua opinião com relação a este tema? Você acredita que esta bonificação incentiva à participação dos professores ou apenas mascara os reais resultados? Como é o seu posicionamento diante deste tema? Disserte.**

*Eu não concordo com o pagamento da bonificação, pois a responsabilidade sobre os resultados fica vinculada ao professor não levando em consideração as particularidades de cada unidade escolar e sua comunidade.*

- 7. Com relação especificamente ao Programa Ler e Escrever na Rede Estadual Paulista comente como foi feita – ou é feita - a formação do professor para a execução das atividades propostas. Esta formação se deu de qual maneira, em quais horários e espaços? Qual foi a reação inicial do corpo docente ao Programa?**
- Quando comecei a lecionar na Rede Estadual de Ensino em 2008 o programa Ler e Escrever estava sendo implantado, no início houve um pouco de resistência por parte do professorado, pois estavam acostumados a utilizar metodologias tradicionais de ensino, porém aos poucos foram aprendendo a trabalhar com o novo material e a resistência foi diminuindo.*

*Na implantação do material as capacitações ocorriam com mais frequência, existiam formações para os professores nas Diretorias de Ensino e nas reuniões de HTPC, mas com o passar dos anos somente os professores coordenadores recebiam as capacitações nas Diretorias e tinham a obrigação de passar aos professores. Em minha opinião isso não deveria ter acontecido muito pelo contrário as capacitações deveriam permanecer até que toda a Rede estivesse capacitada para trabalhar com o material do Ler e Escrever, pois acontece uma grande rotatividade de professores na Rede e nem sempre todos tiveram a oportunidade de estudar o respectivo material.*

- 8. Você, enquanto professor da Rede Estadual de São Paulo, sentiu-se parte da formulação e implementação desta Política Educacional ou apenas um executante? Disserte e exemplifique.**

*Enquanto professor fui executante, pois não participei da implementação desta Política, apenas recebi orientações para executá-la.*

- 9. O Programa Ler e Escrever é uma Política Educacional destinada à alfabetização dos alunos da Rede Estadual de São Paulo. Desta forma, comente sobre a concepção de alfabetização com a qual você mais se identifica. Esta concepção se parece com a fundamentada pelo Programa?**

*Identifico-me com a concepção de alfabetização construtivista, pois a mesma leva o estudante a participar ativamente da construção do seu conhecimento, o aluno reflete, usa o que já sabe, cria, questiona e não apenas decodifica, decora.*

*A concepção com a qual me identifico está fundamentada pelo Programa Ler e Escrever.*

- 10. Você acredita que o Programa Ler e Escrever pode contribuir para melhorar o aprendizado dos alunos?**

Sim       Não      Por quê?

*Sim porque o Programa tem qualidade, está embasado em teorias de pesquisadores e estudiosos de renome na Educação.*

- 11. A proposta do Programa está sendo aplicada na sua escola?**

Sim       Não      De que forma?

*Durante as reuniões de HTPC.*

- 12. Em caso positivo, você sentiu dificuldades na aplicação?**

Sim       Não      Quais?

*Não porque participei de capacitações e diversos estudos para a aplicação do mesmo.*

- 13. Os professores e coordenadores pedagógicos se reúnem para a discussão da proposta pedagógica e para a avaliação da prática? Em caso positivo, de que forma essas reuniões contribuem para a melhoria da prática pedagógica? Se não, quais as consequências para o processo de ensino-aprendizagem?**

*Os professores se reúnem nas reuniões pedagógicas e nas reuniões de HTPC para avaliação da proposta pedagógica e para avaliação da prática.*

*Nessas reuniões são discutidos os resultados das Sondagens Diagnósticas, das avaliações realizadas durante os bimestres e também o dia a dia de cada turma, com o objetivo de traçar estratégias para a melhoria da aprendizagem.*

- 14. Segundo as Orientações Didáticas do Programa Ler e Escrever, de que maneira devem ser feitas às avaliações do rendimento dos alunos? Com qual frequência? O que o Programa determina que seja realizado com os alunos que não avançam?**

**Na sua perspectiva, quais as consequências destas práticas para o processo de ensino-aprendizagem?**

Segundo as Orientações Didáticas do Programa Ler e Escrever as avaliações devem ser contínua, ou seja, diariamente. Com os alunos que não avançam o professor faz uma recuperação contínua, diária com estratégias diferenciadas para que os mesmos avancem em seu processo de aprendizagem.

As consequências são positivas, pois os alunos são avaliados constantemente com a intenção de se melhorar a prática pedagógica para que todos os alunos avancem, porém no que diz respeito à recuperação contínua é um trabalho árduo para o professor que precisa ministrar diferentes estratégias durante as aulas para dar conta de todos os alunos em seus diferentes níveis de aprendizagem, o que muitas vezes o mesmo sozinho não consegue dar conta.

**15. Você considera adequado o modelo de material didático proposto?**

( x ) Sim      ( ) Não      Por quê?

Porquê é um material atualizado que apresenta os conteúdos de forma interdisciplinar e dinâmico.

**16. O Programa Ler e Escrever determina práticas pedagógicas que devem ser implementadas nas rotinas. Você trabalha de acordo com as orientações do Programa? Por qual motivo? Você acredita que essas práticas trouxeram resultados positivos? Por quê?**

Sim trabalho, para ter uma rotina mais organizada, não perdendo de vista todos os conteúdos que devem ser trabalhados para alcançar as expectativas de aprendizagem. Essas práticas trouxeram resultados positivos, pois criou uma rotina para o uso de materiais diversos e práticas diferenciadas, como por exemplo, a leitura diária de diversos gêneros textuais, roda de conversa, roda de jornal, etc. Ressalto somente que em algumas unidades escolares as quais eu trabalhei faltavam material para se cumprir as atividades propostas pelo Guia de Orientações como o jornal e revistas diversas por exemplo.

**17. O material do Guia de Orientações Didáticas destinados aos professores da Rede Estadual Paulista traz algumas Situações de Aprendizagem que devem ser incorporadas à rotina pedagógica. Dentre essas práticas estão as Atividades Permanentes, os Projetos e as Sequências Didáticas. Disserte sobre o modo como você incorpora essas situações em seu planejamento? Aqui, cabe o seu julgamento com relação às implicações, positivas ou negativas, dessas orientações.**

Incorporo as atividades permanentes, os projetos e as sequências didáticas dividindo-as de acordo com o horário de aulas e grade curricular, fazendo as alterações conforme a necessidade da turma a qual estou trabalhando, considerando o que é mais relevante.

**18. Cite e justifique algumas, na sua opinião, limitações do Programa Ler e Escrever.**

*Um ponto negativo são os projetos didáticos de leitura e escrita que fica muito tempo focado em um único gênero textual, isso faz com que o aluno se aprofunde no gênero em questão, mas também se desinteresse com o passar do tempo e também a escassez de formação continuada para o professor.*

**19. Cite e justifique alguns pontos, na sua opinião, positivos do Programa.**

*Ressalto como pontos positivos a organização do programa com vista de uma participação efetiva do aluno no processo de ensino aprendizagem, o guia de orientações didáticas como um norteador do trabalho do professor, o que leva o mesmo a estudar diariamente, pois se não houver estudo, dedicação e compromisso ele não dará conta de trabalhar com o programa como se deve e também o material ser interdisciplinar e consumível.*

**20. Você acredita que o Programa Ler e Escrever pode contribuir para melhorar a educação pública de modo geral? Disserte.**

*Acredito que de forma geral o Programa Ler e Escrever contribui para melhorar a educação pública, pois se trata de um conjunto de ações direcionadas para os anos iniciais do EF e contempla a formação de professores, a elaboração e distribuição de materiais pedagógicos, entre outros subsídios, visando à melhoria da alfabetização na rede estadual.*

**Universidade Nove de Julho**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE**  
**Linha de Políticas Educacionais – LIPED**

**Pesquisa Educacional:**  
**Questionário sobre o Programa Ler e Escrever da Rede Estadual de Ensino de São Paulo**

**Questionário 5 – Professores**

1. **Nome (fictício):** *Rafaelle.*
2. **Disserte brevemente sobre a sua formação acadêmica. (Procure responder em seu texto algumas perguntas como: realizou magistério? Possui formação superior? Qual a área de formação? Possui Pós-graduação? Qual a área de estudo? Outros cursos que contribuíram para a sua formação).**  
*Magistério (extinto CEFAM – Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério). Superior Pedagogia – Mackenzie. Pós Graduação em Psicopedagogia – Uninove e Inclusão – Unesp. Extensão Universitária em Distúrbios do Desenvolvimento – Mackenzie. Curso LIBRAS (inicial, intermediário e avançado).*
3. **Comente a sua atuação profissional na área educacional. (Disserte, em sua resposta, sobre o tempo em que trabalha na área educacional, se já trabalhou na Rede Privada de Ensino, quais cargos e funções já ocupou, se possui envolvimento em Sindicatos e quais, e outras informações que achar pertinentes).**  
*Lecione a 19 anos, sendo 10 na rede particular de ensino e 9 na rede pública de São Paulo (Estadual e Municipal). Destes, 4 anos foram dedicados a coordenação pedagógica na rede estadual de SP, 6 anos como professora de Educação Infantil, 9 anos professora do ensino fundamental I. Sou sindicalizada no Estado e Prefeitura, muitos anos como representante sindical nas escolas em que atuei. Atuei como formadora do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PENAIC) nos anos de 2013 e 2014. Participei do Projeto Piloto de correção das Avaliações do SARESP pela VUNESP em 2013 e nas efetivas correções até 2015. Autora e Tutora desde 2016 de cursos no ambiente virtual. Palestrante em cursos de Jogos e Alfabetização para docentes. Contadora de Histórias em serviços voluntários.*
4. **Qual a sua compreensão sobre as Políticas Públicas, principalmente no âmbito educacional? (Disserte sobre uma visão geral: qual a importância destas para a educação, qual o papel do professor na execução dessas políticas, sua opinião**

**sobre as políticas educacionais no Brasil, principalmente na Rede Estadual Paulista).**

*Partindo do pressuposto que a educação é um direito de todos, necessitamos de políticas públicas que garantam não só atendimento com qualidade dos educandos, bem como, a permanência dos mesmos.*

*Para nós professores, é fundamental conhecer as políticas públicas vigentes para lutar pela sua efetivação e qualidade e alcançar o objetivo almejado.*

*Hoje no Brasil existem algumas ações que o governo promove na educação cujo foco é incentivar o ensino de qualidade e oportunidades para todos. Às vezes, o objetivo não é alcançado, mas é primordial continuar buscando a melhoria da qualidade da nossa educação.*

5. Qual a sua opinião com relação às avaliações em larga escala, por exemplo o SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo)? Você acredita que estas avaliações contribuem, de fato, para a Educação? Qual o papel do professor na execução dessas provas? De que modo o Estado se utiliza dos resultados destas para melhorar, ou não, o sistema educacional? (Disserte levando em consideração a sua visão sobre o que é avaliação, e identifique-a).

*Se essas avaliações acontecessem de forma diagnóstica, de forma que contemplassem a realidade escolar e social de nossos educandos e após houvessem intervenções pontuais que orientasse gestores e professores em como atuar para que o rendimento e aprendizagem dos alunos se aperfeiçoasse, seria perfeito. Mas na realidade isto não acontece. O governo associou a avaliação ao dinheiro o que causa certa competição entre as escolas, onde o foco (aprendizagem significativa) perde o foco. Muitos professores alunos são “massacrados” em nome do “bônus” a qual se pretende, isso, quando o sistema não é burlado...*

6. Na Rede Estadual de Ensino de São Paulo, os resultados obtidos através do SARESP estão diretamente ligados ao Sistema de Bonificação aos professores da Rede. Qual a sua opinião com relação a este tema? Você acredita que esta bonificação incentiva à participação dos professores ou apenas mascara os reais resultados? Como é o seu posicionamento diante deste tema? Disserte.

*A educação não pode ser tratada de maneira objetiva, com base em lucros e resultados, pois o nosso capital é “humano”, o que requer compreender as especificidades humanas, que são complexas e interpretativas.*

7. Com relação especificamente ao Programa Ler e Escrever na Rede Estadual Paulista comente como foi feita – ou é feita - a formação do professor para a execução das atividades propostas. Esta formação se deu de qual maneira, em quais horários e espaços? Qual foi a reação inicial do corpo docente ao Programa? O Coordenador Pedagógico de Cada escola comparece as reuniões semanais de formação do Programa Ler e Escrever nas respectivas diretorias de ensino. Esta formação é feita pelos Professores da Oficina Pedagógica e Formadores contratados pela Secretaria Estadual de Educação. Assim, os coordenadores ficam com a missão de transmitir aos seus professores em ATPC a formação do Programa.

- 8. Você, enquanto professor da Rede Estadual de São Paulo, sentiu-se parte da formulação e implementação desta Política Educacional ou apenas um executante? Disserte e exemplifique.**

*Apenas um executante, pois quando ingresssei na rede o Programa já acontecia.*

- 9. O Programa Ler e Escrever é uma Política Educacional destinada à alfabetização dos alunos da Rede Estadual de São Paulo. Desta forma, comente sobre a concepção de alfabetização com a qual você mais se identifica. Esta concepção se parece com a fundamentada pelo Programa?**

*Sócio-construtivista. Sim, se parece.*

- 10. Você acredita que o Programa Ler e Escrever pode contribuir para melhorar o aprendizado dos alunos?**

Sim       Não      Por quê?

- 11. A proposta do Programa está sendo aplicada na sua escola?**

Sim       Não      De que forma?

- 12. Em caso positivo, você sentiu dificuldades na aplicação?**

Sim       Não      Quais?

- 13. Os professores e coordenadores pedagógicos se reúnem para a discussão da proposta pedagógica e para a avaliação da prática? Em caso positivo, de que forma essas reuniões contribuem para a melhoria da prática pedagógica? Se não, quais as consequências para o processo de ensino-aprendizagem?**

*Sim, se reúnem para a discussão, mas sinto-os perdidos na hora de decidir quais intervenções, projetos e atividades utilizara para sanar alguma dificuldade que apareça.*

- 14. Você considera adequado o modelo de material didático proposto?**

Sim       Não      Por quê?

- 15. O Programa Ler e Escrever determina práticas pedagógicas que devem ser implementadas nas rotinas. Você trabalha de acordo com as orientações do Programa? Por qual motivo? Você acredita que essas práticas trouxeram resultados positivos? Por quê?**

*Sim. As práticas propostas pelo Programa são frutos de estudos baseados no desenvolvimento dos educandos, contemplando cada fase da alfabetização, na prática e realidade escolar podemos notar isso. Ao final do ano podemos perceber significativo avanço na aprendizagem dos mesmos.*

- 16. O material do Guia de Orientações Didáticas destinados aos professores da Rede Estadual Paulista traz algumas Situações de Aprendizagem que devem ser incorporadas à rotina pedagógica. Dentre essas práticas estão as Atividades Permanentes, os Projetos e as Sequências Didáticas. Disserte sobre o modo como você incorpora essas situações em seu planejamento? Aqui, cabe o seu julgamento com relação às implicações, positivas ou negativas, dessas orientações.**

*O Material do programa está sempre em atualização, formadores e professores da rede estão sempre discutindo a implementação e rendimento das atividades e projetos. Não existe dificuldade em associar todo o material em nossa rotina, pois estão de acordo com a faixa etária e desenvolvimento cognitivo dos alunos, além de temas muito atuais e significativos para eles.*

- 17. Cite e justifique algumas, na sua opinião, limitações do Programa Ler e Escrever.**

*No livro do 2º ano (laranja) o grau de aprofundamento das atividades de alfabetização poderia ser maior. Atividades de produção de texto, segmentação e ortografia ajudariam mais.*

- 18. Cite e justifique alguns pontos, na sua opinião, positivos do Programa.**

*Os projetos e sequências didáticas são o diferencial deste material, além de interessantes, as crianças ao estudarem os temas propostos aprendem a desenvolver a criticidade, capacidade de opinião própria, oralidade e escrita, muitas vezes de forma curiosa e divertida.*

- 19. Você acredita que o Programa Ler e Escrever pode contribuir para melhorar a educação pública de modo geral? Disserte.**

*Sim. Se adaptado com a realidade de cada região.*